

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE**  
**E SUA APROPRIAÇÃO PELAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E**  
**PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**  
**CASO: PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL**

**ANTONIO SERGIO DA SILVA**

São Carlos  
2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA**

**DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE**  
**E SUA APROPRIAÇÃO PELAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E**  
**PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**  
**CASO: PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL**

**ANTONIO SERGIO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr Ioshiaqui Shimbo

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586ds

Silva, Antonio Sergio da.

Dimensões da sustentabilidade e sua apropriação pelas entidades da sociedade civil e pela administração municipal. Caso: projeto Jaboticabal sustentável / Antonio Sergio da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2006.

214 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Política ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Políticas públicas. 4. Dimensões. 5. Participação política. I. Título.

CDD: 363.7 (20<sup>a</sup>)



## FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTONIO SERGIO DA SILVA

Dissertação defendida e aprovada em 25/10/2005  
pela Comissão Julgadora

---

Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo  
Orientador (DECiv/UFSCar)

---

Prof. Dr. Miguel Aloysio Sattler  
(UFRGS)

---

Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira  
(DECiv/UFSCar)

---

Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira  
Presidente da CPG-EU

Dedico a você, Araci.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Araci, pelo seu amor, incentivo e companheirismo nessa trajetória onde através da sua cumplicidade pelo seu instinto de pesquisa, pude conquistar mais este horizonte. Aos meus filhos João Francisco e Mariana que a todo momento cobraram a minha presença como um alerta para a vida. Quando eu disse ao Chico que havia terminado e só faltava fazer quatro versões, ele colocou as mãos na cabeça e disse um “não desconsolado” de uma criança de oito anos, achando que seria escrever tudo outra vez.

Ao meu orientador e amigo professor Ioshiaqui Shimbo por acreditar como pesquisador, entre outras coisas, na formação da sociedade, na horizontalidade, na solidariedade, na produção do conhecimento e por orientar este trabalho e por me incentivar no caminho da construção do saber.

Ao amigo e professor Bernardo A. N. Teixeira, por acreditar na possibilidade de uma sociedade mais sustentável viabilizando o Projeto Jaboticabal Sustentável.

À Nádia Fontes que deu início à minha expectativa de fazer o mestrado junto aos professores Shimbo e Bernardo.

À Sandra Regina Mota Silva e Marcos Sorrentino pelas publicações que muito contribuíram para direcionar este trabalho.

À Tissyana Adeodato, companheira de pesquisa e de momentos difíceis, porém felizes em contribuir pela sustentabilidade.

Aos amigos Eduardo, Patrícia, André, Michely, Michela, Marli Mon Ma, Juliana, Juan e Manfredini, grandes companheiros de mestrado.

À professora Maria Esmeralda P. S. Demattê, como poucos, carrega a tarefa de prover uma sociedade melhor, e pela oportunidade de ter compartilhado alguns momentos dessa tarefa.

À professora Ana Margarida T. Caminhas, pelo incentivo em desenvolver alternativas para a realização do fazer a educação.

Aos meus professores da banca de qualificação, José Francisco e José Gilberto de Souza, pelas interferências, sugestões e críticas que puderam contribuir com a pesquisa.

Ao professor Carlos Eduardo Matheus do CRHEA-USP, por ter me proporcionado a oportunidade de ser responsável pela disciplina sobre sociedades sustentáveis incorporada no currículo do curso de especialização em educação ambiental.

Aos professores da UNESP-Jaboticabal, José Gilberto de Souza, Mário Benincasa, Sergio Valiengo Valeri, Ivor Bergerman de Aguiar, Rinaldo César de Paula e Maria Esmeralda S. P. Dematê que incentivaram a busca desses novos horizontes.

À UFSCar, aos professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e à Sônia, secretária da seção de Pós-graduação, pela amizade e prestatividade.

Ao GAJS, em especial à Cláudia, Márcia, Ingrid, Angélica, Rubens, Grazielli, Walkíria, Fernanda, Alessandra e outros que comigo acreditam em mudanças.

À “Juventude” dos oitenta e um anos da Dona Sebastiana, minha mãe, e à Martha, minha irmã, que incentivaram a todo momento.

À Elizabeth Molnar Alonso, minha sogra, Hermínio Alonso, meu sogro, e seus filhos, pelo incentivo e total apoio a este trabalho, incluindo as literaturas enviadas pelo Odair que me foram importantes.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E SIGLAS

### FIGURAS

FIGURA 1 – Coluna do tempo do Projeto Jaboticabal Sustentável.....	105
FIGURA 2 – Esquema representativo da Dimensão Política como eixo norteador Transdimensional da Sustentabilidade.....	192

### QUADROS

QUADRO 1 – Identificação das entidades entrevistadas, atividade, período de participação no projeto e data da entrevista.....	90
QUADRO 2 – Método de coleta e análise dos dados referente à hipótese quanto ao tipo de informação, fonte de evidência instrumentos e procedimento de coleta de análise.....	94
QUADRO 3 – Relação dos sindicatos com sedes/bases em Jaboticabal, SP.....	97
QUADRO 4 – Bairros identificados pelas respectivas associações de moradores em Jaboticabal.....	99
QUADRO 5 – Conselhos e comissões no Município de Jaboticabal.....	100
QUADRO 6 – Entidades com adesão ao Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, 2004.....	111
QUADRO 7 – Entidades parceiras no Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável e característica de atuação.....	129

### TABELAS

TABELA 1 - Distribuição de trabalhadores formais por setores de geração de emprego em Jaboticabal, SP.....	96
TABELA 2 - Relação de algumas das associações existentes em Jaboticabal e suas atividades.....	98
TABELA 3 - Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 1: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2002.....	117



TABELA 4 - Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 2: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2003.....	119
TABELA 5 - Entidades do GAJS na elaboração do Caderno 2: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2003.....	120
TABELA 6 - Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 3: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2004.....	121
TABELA 7 - Entidades participantes nas três Mostras Jaboticabal Sustentável.....	123
TABELA 8 - Identificação das dimensões sobre as características dos indicadores da água formulados pelo GAJS.....	126
TABELA 9 - Entidades participantes na elaboração dos indicadores da água, característica de atuação e número de representantes presentes.....	127
TABELA 10 - Entidades participantes na elaboração da Carta de Princípios e o número de representantes.....	128
TABELA 11- Composição do Grupo Articulador e Facilitador do Fórum.....	130
TABELA 12 - Principais ações desenvolvidas pelo GAJS entre 1999 e 2004.....	131
TABELA 13 - Comparação entre participações de instituições e pessoas da sociedade civil e do poder público nas diversas atividades do GAJS no período de 1999 a 2004.....	132
TABELA 14 - Número de entidades da sociedade civil organizada e do poder público municipal no envolvimento nas atividades concretas do PJS.....	133

## **SIGLAS**

GAJS – Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável

PJS – Projeto Jaboticabal Sustentável

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

PPM – Poder Público Municipal

SC – Sociedade Civil

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>1</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>2</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>

## CAPÍTULO 1

A SUSTENTABILIDADE COMO DEBATE.....	7
1.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.....	7
1.2 As dimensões da sustentabilidade.....	18
1.2.1 A dimensão ambiental da sustentabilidade.....	24
1.2.2 A dimensão social da sustentabilidade.....	27
1.2.3 A dimensão econômica da sustentabilidade.....	29
1.2.4 A dimensão cultural da sustentabilidade.....	32
1.2.5 A dimensão política da sustentabilidade.....	35
1.2.6 A dimensão política da sustentabilidade como eixo norteador de projetos mais sustentáveis.....	38
1.2.7 A indissociabilidade entre as dimensões da sustentabilidade e o conceito de transdimensionalidade.....	40

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICAS PÚBLICAS: A NECESSIDADE DE PROCESSOS

PARTICIPATIVOS.....	46
2.1 Alguns comentários sobre a prática da política pública.....	47
2.2 Considerações sobre democracia e políticas públicas.....	52
2.3 A descentralização como condição de governabilidade e de participação.....	54
2.4 Considerações sobre processos democráticos e participativos.....	61

2.5 A organização em sociedade e formas de participação.....	69
2.6 Exemplos de gestões mais democráticas e as limitações por conflitos.....	74
2.7 Reflexões sobre processos participativos e a sustentabilidade.....	81

### **CAPÍTULO 3**

ESCOLHA DE PERGUNTA E ESTRATÉGIAS GERAIS DE PESQUISA.....	84
3.1 Definição do problema de pesquisa e a lacuna existente.....	84
3.2 Pergunta e hipótese de pesquisa.....	86
3.3 Objetivos da pesquisa.....	87
3.4 Definição de método da pesquisa.....	87
3.4.1 A estratégia aplicada como estudo de caso.....	88
3.4.2 Método e procedimento de coleta e análise dos dados.....	90

### **CAPÍTULO 4**

A EXPERIÊNCIA JABOTICABAL SUSTENTÁVEL.....	95
4.1 Caracterização do município de Jaboticabal no contexto da pesquisa.....	95
4.2 Síntese histórica do Projeto Jaboticabal Sustentável.....	102
4.3 A experiência do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS) no processo participativo na incorporação de conceitos sustentáveis.....	107
4.4 A experiência do processo participativo nas ações coletivas do GAJS.....	112
4.4.1 Formulação de princípios e dimensões da sustentabilidade pelo GAJS.....	113
4.4.2 Processo participativo na elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável.....	116
4.4.3 Participação das entidades nas Mostras Jaboticabal Sustentável.....	123
4.4.4 Formulação coletiva de indicadores de sustentabilidade da água.....	125
4.4.5 Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável.....	128
4.4.6 Oficina de formação de agentes locais da sustentabilidade.....	130
4.4.7 Comentários sobre a experiência em processos participativos.....	131

## **CAPÍTULO 5**

### **ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES**

<b>PARTICIPATIVAS.....</b>	<b>134</b>
5.1 A relação entre a sociedade civil e a administração municipal, na perspectiva de participação nas políticas públicas.....	134
5.1.1 Estímulo e desestímulo à participação das entidades junto ao GAJS no Projeto Jaboticabal Sustentável.....	135
5.1.2 Principal objetivo das entidades.....	139
5.1.3 Transmissão interna do conhecimento adquirido entre as entidades.....	142
5.1.4 Presença de conflitos entre as entidades do GAJS.....	143
5.1.5 Posturas assumidas pelas entidades durante as atividades do GAJS.....	148
5.1.6 Abertura de espaços políticos cedidos pela prefeitura para participação do GAJS.....	151
5.1.7 Formas de participação consideradas como retorno da prefeitura ao GAJS.....	153
5.1.8 Abertura para participação de demais entidades.....	155
5.1.9 Interesse das entidades enquanto desenvolvimento de políticas públicas.....	158
5.1.10 Ação e participação do GAJS no Conselho Municipal de Meio Ambiente.....	161
5.2 A relação entre entidades da sociedade civil organizada e a administração pública local na perspectiva das dimensões da sustentabilidade.....	164
5.2.1 Perfil de dimensão da sustentabilidade das entidades participantes.....	164
5.2.2 Ações decorrentes do PJS desenvolvidas pelas entidades.....	166
5.2.3 Caracterização em dimensão da sustentabilidade considerada sobre as ações práticas das entidades.....	168
5.2.4 A transdimensionalidade entendida pelas entidades sobre as ações realizadas.....	169
5.3 Considerações de entidades não participantes sobre o PJS.....	170
5.4 Considerações sobre a experiência do GAJS no PJS.....	173

**CAPÍTULO 6**

<b>A PRÁTICA DOS ESPAÇOS PARTICIPATIVOS.....</b>	<b>180</b>
6.1 A prática dos espaços participativos, a partir do ponto de vista das entidades.....	180
6.2 Relações entre as dimensões da sustentabilidade e interesses ao processo participativo no GAJS.....	183
6.3 Dimensão da sustentabilidade apropriada pela administração local, voltada para as políticas públicas.....	184
6.4 A administração municipal e a função de fomentadora.....	186
6.5 Fatores limitantes que transcendem a cultura participativa ocorridos na Dimensão Política da Sustentabilidade.....	188

**CAPÍTULO 7**

<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>193</b>
------------------------	------------

**CAPÍTULO 8**

<b>COMENTÁRIOS.....</b>	<b>194</b>
-------------------------	------------

<b>LITERATURA CITADA.....</b>	<b>197</b>
-------------------------------	------------

**ANEXOS**

<b>ANEXO 1: Síntese das análises qualitativa e quantitativa sobre a participação das entidades pesquisadas.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO 2: Questionário apresentado aos representantes das entidades.....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO 3: Termo de consentimento para coleta de dados em entrevista.....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO 4: Carta de Princípio do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável.....</b>	<b>211</b>

## RESUMO

Atualmente, existe a necessidade de se realizar experiências alternativas que trilhem os processos democráticos participativos sobre as políticas públicas, considerados como um referencial balizador, pois contribuem para a construção de novas relações nos espaços públicos de participação entre a sociedade e o poder, rumo a uma sociedade mais sustentável. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre as entidades da sociedade civil organizada e a administração pública local, na perspectiva de participação nas políticas públicas e nas dimensões da sustentabilidade determinantes na prática dos espaços participativos a partir de uma experiência piloto, o Projeto Jaboticabal Sustentável, realizada em Jaboticabal, SP. Quanto à estratégia de pesquisa, a unidade de análise foi o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, composto por entidades da sociedade civil e representantes do governo municipal durante as atividades coletivas. Os resultados foram obtidos através de relatórios de atividades, realização de entrevistas e observação do pesquisador. A administração pública assumiu a função de fomentadora e centralizou suas ações na dimensão ambiental, limitando as ações em dimensão política pela restrição das formas de participação. A construção coletiva do conhecimento sobre a sustentabilidade favoreceu a compreensão dos processos participativos necessários para a transformação da cultura política. A dimensão ambiental foi a determinante nas relações entre as entidades; as entidades da sociedade civil assumiram a dimensão política perante a centralização da administração; a dimensão da sustentabilidade não incorporada pela administração foi a política. Neste caso, a dimensão política da sustentabilidade passa a ser determinante nas relações para o alcance da sustentabilidade. A nulidade ou a unilateralidade da dimensão política nas relações entre entidades da sociedade civil organizada e a administração pública enfraquece a transdimensionalidade presente na dimensão política da sustentabilidade, pois é nesta dimensão que se ancora a sinergia e a ressonância dos ideários das ações nas diferentes dimensões, moldando a própria sustentabilidade. A dimensão política se apresenta como eixo norteador nas relações para o alcance da sustentabilidade.

## ABSTRACT

Nowadays necessity exists to accomplish alternative experiences that go through the democratic participative processes on the politics considered like a referring set marker because they contribute to the construction of new relationships in the public spaces of participation between the society and the power heading for a more sustainable society. Then the objective of this research was to analyze the relationships between the entities of the organized civil society and the local public administration in the participation by the perspective of the sustainability dimension which are determining at the practice of the participation space to leave from a pilot experience called Sustainable Jaboticabal Project accomplished at Jaboticabal, State of São Paulo. The unit of analysis was the Sustainable Jaboticabal Group Action composed by entities of the civil society and the municipal government's representatives during the collective activities. The results were obtained through reports of activities, accomplishment of interviews and the researcher's observation. The public administration assumed the function of provider and its action were centralized at the environmental dimension and limited the development of the political dimension by restriction on the participation ways. The collective construction of the knowledge about sustainable favored the understanding of the participative processes for the transformation of the political culture. The environmental dimension was like a determining in the relationships between the entities; the entities of the civil society adopted the political dimension before the centralization of the administration; the dimension of the sustainable not incorporated by public administration was the politics. In this case, the political dimension of the sustainable is decisive in the relationships to reach the sustainable. The nullity or the unilaterality of the political dimension in the relationships between entities of the organized civil society and the public administration it weakens transdimensionality which is present at the centrality of the political dimension of the sustainability because it is on this dimension that the synergy and the resonance of the actions devise in the different dimensions are anchored and then moulding own sustainability. The political dimension itself presents like shaft leader in the relationships to reach the sustainability.

## APRESENTAÇÃO

A sustentabilidade tem sido considerada como um discurso necessário e global. No entanto, os conceitos e princípios relacionados a esse discurso e formulados recentemente sinalizam alternativas aos debates tradicionais de desenvolvimento, e alternativas sobre as formas democráticas de gestão das políticas públicas.

A expectativa presente sobre os modos de vida mostra depender essencialmente de que as novas teorias sobre o termo sustentabilidade possam ter a sua aplicação, avaliação e reavaliação constante sobre o modelo pretendido. Por ser considerada uma ambiciosa proposta, uma vez que a sustentabilidade requer uma amplitude de aspectos, a sua formulação propõe o envolvimento de princípios e dimensões de forma indissociável, relativos às questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais.

A possibilidade de trilhar experiências práticas que traduzem um caráter conceitual articulado sobre as dimensões da sustentabilidade, compreende a construção de condições políticas favoráveis de organização e mobilização de atores sociais para o seu enfrentamento e superação dos problemas. O ponto de partida para o aprofundamento do debate e da prática sustentável em comunidades está em uma das características básicas da sustentabilidade, ou seja, a que consiste na construção de novas relações nos espaços públicos de participação entre a sociedade e o poder.

A transição rumo à sustentabilidade diz respeito a um processo essencialmente dinâmico e contínuo, de maneira que provoque, em cada caso, mudanças e adaptações sucessivas e determinantes em atender as necessidades e aspirações de todos. Um dos maiores desafios será, certamente, o de como viabilizar as políticas necessárias para converter os novos conceitos em mudanças consideráveis.

As propostas recentes, dentro da concepção de participação popular nas relações de poder local, têm apontado para o envolvimento da população na formulação e nas decisões sobre as políticas públicas. Esse desafio de abertura participativa requer condições que resultem em uma nova relação de trocas de responsabilidades nas



decisões municipais, transparência, legitimidade político-administrativa e cidadania ativa.

A participação da sociedade torna-se peça fundamental e indispensável para uma mudança no quadro de políticas públicas, por novos espaços públicos e novas formas de exercício de cidadania, pois é na participação que se encontra a força transformadora para a viabilidade de um projeto sustentável. Nesse caso, a sustentabilidade inspira-se em experiências onde os resultados dos processos democráticos entendem a sinergia entre poder e sociedade na governança local, criando espaços e incentivos para um processo mútuo de aprendizagem contínua e dinâmica.

As visões pluridimensionais da sustentabilidade mostraram diretrizes que devem, sobretudo, buscar soluções para o sistema como um todo, interligando as dimensões ambiental, social, econômica, política e cultural, configurando-se como um instrumento transdimensional para o concílio das necessidades básicas e sustentáveis.

A dimensão política da sustentabilidade passa a ser determinante para o alcance da sustentabilidade, assim como a dimensão também determinante pelos conflitos, quando há fragilidade nessa dimensão nas instâncias participativas, principalmente por posturas centralizadoras, quer do poder, quer da sociedade civil.

Embora o termo sustentabilidade tenha suas origens conceituais em dimensão ambiental, as reivindicações por espaços de participação nas políticas públicas transcendem para um aspecto mais abrangente, pela necessidade de práticas sócio-político-culturais junto à esfera pública. Sendo assim, a dimensão política da sustentabilidade torna-se passível de se apresentar como eixo norteador para ações mais sustentáveis transcendendo as diferentes dimensões.

O estudo de caso único e pautado na análise das relações entre as entidades da sociedade civil e administração pública local na perspectiva de participação nas políticas públicas e nas dimensões da sustentabilidade, tendo como unidade de análise o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS), pelas atividades desenvolvidas no Projeto Jaboticabal Sustentável, torna esta Dissertação de Mestrado uma ferramenta de análise sobre a prática dos espaços participativos, caracterizando a dimensão da sustentabilidade determinante no processo participativo.

Nesse aspecto, a relevância social e científica da pesquisa encontra-se na verificação prática da construção desses espaços de participação sobre as políticas locais

propondo a inclusão de grupos sociais para intervir nas políticas públicas, consistindo como também relevante fator histórico de formação da cultura política, capaz de mover a sociedade para as alternativas inovadoras, democráticas e sustentáveis da gestão pública.

O desenvolvimento dessa pesquisa foi motivado, inicialmente, pelo histórico do pesquisador em relação ao movimento político-social por liberdades democráticas e pela formação como educador e, posteriormente, pela oportunidade da relação direta na participação do Projeto Jaboaticabal Sustentável como representante de entidade participante e pela relação também direta como pesquisador da UFSCar no Projeto de “Incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas públicas em pequenos e médios municípios.”

Na Engenharia Urbana, quanto à necessidade de pesquisas sobre o enfrentamento dos problemas relativos à urbanização e suas inter-relações, a dimensão política, apresentando-se como uma dimensão passível de conduzir coletivamente às ações mais sustentáveis, colabora em direcionar novas estratégias para a formulação das políticas públicas de forma participativa junto à sociedade. Portanto, pretende-se contribuir ao referencial teórico e prático sobre gestões públicas democráticas e mais sustentáveis, através da sistematização e análise das relações entre a sociedade civil e a administração municipal e suas interferências na perspectiva das dimensões determinantes.

Sendo assim, reconhecendo que o diálogo para a construção da sustentabilidade requer a presença e a inter-relação das dimensões da sustentabilidade, no Capítulo 1, é abordado o debate acadêmico da atualidade sobre as controvérsias entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, ampliando-se na caracterização dos aspectos em dimensão ambiental, social, econômica, política e cultural da sustentabilidade. Aborda-se a indissociabilidade existente entre essas dimensões pela leitura da presença da transdisciplinaridade nas necessidades de ações mais sustentáveis, e caracteriza-se a dimensão política, no caso, como uma dimensão norteadora da sustentabilidade pela transdimensionalidade dessas necessidades.

No Capítulo 2 são abordadas as considerações sobre o debate da prática das políticas públicas, das necessidades de alternativas sobre os processos

descentralizados e participativos, assim como as formas de organização da sociedade e suas limitações por conflitos por participação nas políticas públicas.

No Capítulo 3 são apresentadas as estratégias gerais da pesquisa pela descrição da definição da lacuna existente, identificada através da análise dos debates abordados na literatura e da percepção do pesquisador. Assim, aponta-se os objetivos gerais e específicos e a definição do método de pesquisa.

No Capítulo 4 é feita uma síntese histórica da implementação do Projeto Jaboticabal Sustentável e as ações práticas realizadas pelo GAJS para análise dos resultados no contexto das relações participativas e da relação de dimensão da sustentabilidade, que são apresentadas no Capítulo 5.

A verificação da prática dos espaços participativos sobre a relação entre as entidades da sociedade civil e a administração, os fatores limitantes e as dimensões determinantes e/ou norteadoras nas relações, são apresentados no Capítulo 6.

No Capítulo 7, são decorridas as conclusões da pesquisa. E, por fim, no Capítulo 8 são comentados alguns elementos fundamentais para discussão, entendidos como determinantes para a formulação de políticas públicas mais participativas, os quais possibilitam o trilhar da sustentabilidade.

## **CAPÍTULO 1**

### **A SUSTENTABILIDADE COMO DEBATE**

No Brasil, assim como em várias outras nações, o processo de urbanização e as cidades como produto desse processo reproduziram grandes transformações, principalmente a partir da segunda metade do Século XX, em função do ritmo de industrialização ocorrido, e da conseqüente concentração populacional. Este processo passou a provocar profundos impactos, inicialmente considerados na esfera ambiental e social, e posteriormente refletidos e percebidos em outras esferas como, por exemplo, a econômica, ética, política, tecnológica e cultural, surgindo questionamentos sobre a sustentabilidade da organização vigente sobre a vida planetária.

É evidente a necessidade de implementação de algumas estratégias para o enfrentamento das questões relacionadas com a sustentabilidade local e global. Nesse sentido, algumas propostas como o incentivo à inovação, a descentralização política, o fortalecimento da sociedade através de canais de participação, a implementação de índices e indicadores, por exemplo, surgem para contribuir com o debate atual sobre a sustentabilidade. Tais demandas por inovações estratégicas foram percebidas também pelo consenso sobre a insustentabilidade diante do enfrentamento de uma infinidade de problemas de difícil solução, e provocados pelo modelo contemporâneo de produção e reprodução da vida. Como exemplo desta problemática estão a degradação ambiental, a ineficiência dos transportes coletivos, os altos índices de desemprego e a desigualdade e injustiça social.

#### **1.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**

O termo desenvolvimento sustentável surge a partir dos anos 80, quando as discussões sobre as questões ambientais tornaram-se crescentes perante a ameaça das ações humanas sobre a finitude dos recursos naturais, evidenciando a necessidade da criação de novos padrões de desenvolvimento econômico. A Conferência de Estocolmo,

em 1972, abre inúmeras discussões resultando em 1974 na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e direcionando alguns critérios para o modelo de desenvolvimento vigente. Nesse mesmo início de década, Inacy Sachs sugere o conceito de ecodesenvolvimento formulando seus princípios básicos em seis aspectos, os quais são comentados por Brüseke (1996), como sendo: a) satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito à outras culturas, e f) programas de educação. Nesse caso, Sachs propõe uma concepção alternativa de política de desenvolvimento como uma crítica aos modos para a época.

Concebido em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum” também intitulado como “Relatório de Brundtland” e elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, insere em seu corpo o termo desenvolvimento sustentável. Nesse documento, o termo desenvolvimento sustentável aparece definido, segundo Ribeiro (2001), como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.”

Tendo o Relatório Brundtland como base para discussão e aprofundamento, a ONU realiza em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, definindo um documento intitulado Agenda 21, propondo um programa de metas sobre as novas diretrizes para o desenvolvimento.

Para Brüsecke (1996), o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva onde tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO e outras entidades internacionais adotaram este conceito para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. O autor comenta que “esse tripé do desenvolvimento sustentável virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projeto de natureza mais variada no campo socioeconômico dos países e regiões do nosso velho Terceiro Mundo.”

Ao que parece, as teorias de desenvolvimento foram inspiradas nas sociedades (neo)liberais ocidentais como um modelo a todos os países, fundamentada na idéia de que o desenvolvimento sócio-econômico pode ser advindo dos avanços técnicos-científicos, e deles, a modernização, a liberdade, o progresso, o crescimento, etc. Nessa perspectiva de pensamento, o termo desenvolvimento assume uma expressão positiva, sendo, portanto, considerado como favorável ao que se sugere como crescimento, sendo este um bem para todas as nações, para todos os lugares. Isso implicou, de certa forma, na construção da compreensão de que o desenvolvimento fosse sugerido como uma chave para a melhoria da qualidade de vida.

No entanto, o desenvolvimento apresenta implicações diferentes sobre as também diferentes condições e situações de uma nação, de um povo, de uma cultura, e, entre outras coisas, no processo de organização social e política local. Nesse aspecto, são necessárias maiores apreensões sobre as abordagens de conceitos e idéias para melhor definir termos, como por exemplo, o termo desenvolvimento.

Goulet (2002) comenta sobre o termo desenvolvimento assinalando a geração de pelo menos três conflitos de valor que constitui o bem viver. Mencionando um romance de situação fictícia, vincula, por um lado, um modelo de desenvolvimento que valoriza a colaboração, amizade, saúde e um alto grau de igualdade econômica, alcançados num regime comunitário de uso disciplinado dos recursos. O segundo modelo valoriza luxos materiais, egoísmo individual e competição econômica, obtida numa situação de recursos abundantes e resultando em grandes desigualdades. A esse primeiro conflito de valor, o autor questiona “quão essencial para qualquer sociedade é igualdade ou equidade?” Para um segundo conflito de valor o autor questiona sobre os fundamentos de justiça em relação às diferenças sociais e econômicas: “Deve a justiça apoiar-se em autoridade herdada, o governo da maioria, um contrato social? Direitos políticos e liberdades individuais têm prioridade sobre direitos coletivos sociais e econômicos, visando assegurar que necessidades sejam supridas e que o bem comum da sociedade seja realizado?” (GOULET, 2002).

O terceiro conflito de valor é apresentado quanto à centralização sobre os critérios que uma sociedade deve adotar na sua postura em relação à natureza, questionando a forma de interpretar a natureza enquanto estoque de matéria prima ou enquanto seus ritmos naturais a qual promove a sobrevivência das espécies.

Esses conflitos são questionados pelo autor, no sentido da proposição de novas reflexões de valores assumida por uma sociedade desenvolvida, a qual proporcionaria respostas normativas e institucionais satisfatórias para as questões de valor. Goulet, nesse caso, provoca as discussões em torno do termo desenvolvimento, mencionando que tal desenvolvimento “não pode existir quando necessidades de primeira ordem de muitos são sacrificadas em favor das necessidades de luxo de poucos, ou quando as necessidades de melhoria de muitos não são satisfeitas.” O autor sustenta que os componentes mais essenciais do desenvolvimento são bens qualitativos, os quais as pessoas livremente escolhem ou valorizam, o que contribui em determinar uma sociedade de sustentação da vida.

Almeida (1999) considera que a noção de desenvolvimento se encontra em evidência em termos universal como sendo um bem para todos os lugares, pensado e ampliado de maneira uniformizante em detrimento das originalidades locais como as características de seus povos e suas culturas. O autor esclarece que sobre a noção de desenvolvimento, “é um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura, portanto sem muita clareza para a diversidade de organizações sociais entre os povos.” Preconiza, nesse caso, que:

“A fronteira entre a modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo, se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto a modernização é um processo e desenvolvimento uma política.” (ALMEIDA, 1999).

Nesse sentido, a idéia de uma sociedade sustentável visivelmente se confronta com inúmeros problemas que passam por maiores reflexões, onde os próprios valores econômicos, de certa forma impostos à sociedade, são incompatíveis com a sustentabilidade, os quais apresentam-se como dominantes e excludentes sociais, que por sua vez interferem ou pretendem regular as atividades humanas. Portanto, a sustentabilidade sugere ser vista como uma proposta alternativa e urgente ao conceito de crescimento econômico, o que significa re-qualificar o desenvolvimento para reconciliar as necessidades sociais e a preservação ambiental.

As grandes aglomerações urbanas e a cidade pensada em termos de qualidade de vida, oferecem inúmeros debates que passam por implicações sobre moradia, saneamento, consumo, resíduos, e, entre outras, a prática da cidadania através de estruturas que possam favorecer o desenvolvimento do diálogo da sociedade junto às políticas locais. Dessa forma, o espaço urbano pode ser reconhecido como um fruto das relações estabelecidas por indivíduos e grupos sociais que nele interagem. Têm-se notado que a forma dessas relações estabelecida, historicamente apresenta resultados de interesses de poucos, pelas relações desiguais, concentrando nas mãos dessa minoria, entre outras coisas, a renda, o poder e a informação. Portanto, a imprecisão do conceito de sustentabilidade confronta-se com padrões históricos de apropriação e consumo orientado pela lógica do modelo de desenvolvimento e, também, por pressões de grupos sociais dominantes.

A Agenda 21 Brasileira, comentada por Novaes (2000) e formulada nas proposições da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, coloca em evidência que “no processo de urbanização há a necessidade de uma profunda reformulação no desempenho das políticas públicas de intervenção nas áreas urbanas, devendo ser o eixo estrutural das políticas voltadas para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis.” Segundo Almeida (1999), a noção de desenvolvimento sustentável identifica a Agenda 21 Brasileira como “um novo projeto para a sociedade capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza.” No entanto, Leroy et al. (2002) comentam sobre a dificuldade de conceituação existente sobre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, atribuindo disparidades em vários aspectos presentes de forma que:

“... tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável, como hoje está proposto, são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor sua vontade ao conjunto da humanidade.” (LEROY et al., 2002).

Na abordagem sobre desenvolvimento sustentável, esses mesmos autores sustentam em relação aos conceitos convencionais de desenvolvimento, que tais conceitos “se baseiam na iniquidade e na ideologia do crescimento ilimitado.” Percebem



que, a palavra desenvolvimento, como substantivo e acompanhada com o adjetivo sustentável, “tornou ainda mais espessa a cortina de fumaça que envolve o uso abusivo e a disputa ideológica pelo significado real dessas duas palavras.” Os autores também comentam que “a rigor, o processo da Rio 92 poderia ser interpretado, sob certo ângulo, como uma operação de modernização ecológica”, referindo-se ao uso econômico dos recursos naturais.

Algumas questões ao redor do termo sustentabilidade encontram-se também evidentes no modelo de desenvolvimento econômico-industrial, o qual traz como balizamento, os princípios do mercado pela busca da produtividade, da lucratividade e da competitividade, sob as características próprias do processo vigente de reprodução do capital. Esse modelo tem provocado profundos impactos negativos sobre o desenvolvimento social e sobre o ambiente. Cavalcanti (1998) confere assim as controvérsias conceituais contidas quanto à dimensão econômica e à dimensão ecológica enquanto recursos naturais como fonte de transformação em bens. O autor acrescenta que:

“Este crescimento, sob as formas em que é compreendido, conduz sempre a algum tipo de agressão contra o meio ambiente. Mesmo o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório no sentido de uma contradição das próprias palavras se analisada sob a forma do comportamento humano que busca a acumulação de capital, provocando o esgotamento de recursos naturais não renováveis.” (CAVALCANTI, 1998)

Nesse aspecto, o conceito de desenvolvimento sustentável vem produzindo inúmeros debates, não somente quanto à sustentabilidade sobre as questões ambientais, mas também quanto à sua relação com o desenvolvimento econômico, social, entre outros, construindo ao seu redor um caráter polêmico de interpretações e consensos. Percebe-se que a sustentabilidade não está na existência de um modelo simples de desenvolvimento, e sim dentro de uma complexidade que caracteriza as necessidades, tanto das relações humanas como dos ambientes naturais. A noção de sustentável fundamentalmente reconhece a insustentabilidade econômica, social e ambiental dentro das premissas de desenvolvimento da sociedade contemporânea,

acompanhada pela injustiça social provocada por esse mesmo modelo de desenvolvimento.

Tem-se, como exemplo, a necessidade do constante aumento da oferta energética para satisfazer as demandas da sociedade, o que não assegura que tais necessidades são decorrentes da melhoria da qualidade de vida da população menos favorecida. Principalmente como no Brasil, um país com concentração de renda e desumanização de grupos e de classes sociais, cujas tendências devem ser combatidas.

Mesmo nas premissas contidas na Agenda 21, entende-se que a adaptação tecnológica e o crescimento econômico deveriam levar à sustentabilidade e à redução da pobreza. No entanto, Leroy et al. (2002) analisam que nessa ótica, todos os atores sociais, os quais mulheres, jovens, populações indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores, empresários, cientistas, técnicos, agricultores etc, são incitados a participar da tomada de decisão para a construção desse desenvolvimento sustentável, como se todos fossem iguais e tivessem igual possibilidade de participação. Nessa abordagem, o desenvolvimento sustentável, segundo os autores, “apresenta-se sujeito ao crescimento econômico e é entendido como sendo ele que vai permitir reduzir a pobreza e melhorar o meio ambiente, sendo a participação ainda não plenamente reconhecida.”

Assim, o respeito à diversidade cultural dos povos, às formas de participação política dos cidadãos, à biodiversidade local atrelam-se ao campo do envolvimento de opções políticas necessárias a cada caso, a cada povo, a cada comunidade, devendo o pensamento econômico ser concebido de forma ética junto ao campo social. A discussão sobre os valores humanos e as necessidades locais passa a ser um desafio para as transformações que permeiam a construção de políticas voltadas para uma sociedade mais justa e economicamente equitativa.

O termo sustentabilidade e seu significado, apresentam-se, por um lado, em processo de debate onde evidencia-se a necessidade de maiores diálogos no envolvimento de amplos aspectos necessários para a sua realização. Por outro lado, são poucas as experiências quanto à sua aplicabilidade. Ressalta-se aqui um grande desafio quando se considera a participação de atores sociais, agentes políticos e também pesquisadores em se tratando de reconhecer o conceito sustentabilidade. Para tal experiência, deve-se propor a sua formulação pela abertura de canais de participação reconhecendo e envolvendo as várias questões necessárias. Porém, essa afirmação

merece atenção no sentido do que Steinberger observa sobre as “amplas camadas da sociedade urbana que não relacionam seus problemas cotidianos ao meio ambiente urbano pois ainda não perceberam seu papel como agentes de mudança da própria realidade.” (Pecchio, 1995 apud STEINBERGER, 2001).

Steinberger (2001), ao abordar a (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(n) espaço urbano, mostra uma emergência nessa área de investigação. A autora comenta sobre a compreensão de planejadores/pesquisadores, identificando três pares de conceitos bases como raízes para entender o que é sustentabilidade urbana: ambiente/meio ambiente, desenvolvimento sustentável/sustentabilidade ambiental e território/urbanização. Quanto ao enfoque do reconhecimento do ambiente/meio ambiente, a autora comenta existir “uma falta de identidade sobre o entendimento de ambiente e meio ambiente.” Quanto ao desenvolvimento sustentável/sustentabilidade ambiental, foi identificada “a polêmica instalada entre os que acreditam na (im)possibilidade de uma relação mais equilibrada entre economia, sociedade e meio ambiente, ante o modelo capitalista.” No entanto, sobre os posicionamentos encontrados, a autora constata a dimensão política que perpassa todos eles, introduzindo o terceiro par de conceitos, nesse caso, o próprio território/urbanização na relação com o meio ambiente.

Percebe-se, a importância da investigação teórica e prática sobre a sustentabilidade, uma vez que envolve atores sociais e agentes de governo na incorporação das várias dimensões que requer a compreensão da sustentabilidade. Essa mesma autora, ao concluir a existência da dimensão política perante o território urbanizado sobre a questão ambiental, assinala a necessidade de maiores debates sobre as relações sociais, econômicas, culturais e ainda, as relações políticas presentes.

Nesse sentido, Acselrad e Leroy (1999) esclarecem que “a depender dos atores a que se referem os problemas, a sustentabilidade é abordada de modo bastante variável, pois a questão da sustentabilidade levanta desafios tanto aos formuladores de políticas e aos movimentos sociais, quanto à comunidade científica.” Para os autores, “trata-se de produzir quadros conceituais que permitam superar os pontos de estrangulamento dos modelos de desenvolvimento que vigoraram desde o pós-guerra.” Os mesmos autores também alertam aos altos índices de desigualdade social e de degradação das próprias bases materiais do desenvolvimento e consideram que a

sustentabilidade está ligada aos problemas da dinâmica social, como questões de justiça social, igualdade entre gêneros e participação política de atores locais. Complementam, os autores que “a noção de sustentabilidade tem tudo a ver com a possibilidade de se criarem práticas moldadas pela sociedade que estabeleçam relações sólidas e de longo prazo entre esta sociedade e a base material de sua existência.”

Pode-se considerar, portanto, haver a necessidade da compreensão de que a problemática ambiental tem seu reconhecimento na interdependência das desigualdades sociais agravando as condições de vida da forma de relacionamento entre a sociedade e a natureza, conduzindo ao uso predatório dos recursos naturais. É percebida, também, a necessária integração dos conhecimentos das ciências da economia, da ecologia, da sociologia e outras, no sentido de uma maior aproximação entre as ciências naturais e sociais, para melhor compreensão das políticas necessárias a um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Stroch (1998), considerando as políticas de desenvolvimento e as inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade planejada, sugere a existência de vínculos com a forma de distribuição dos benefícios sociais por ele gerado, e que para tanto, “as políticas não podem continuar a serem orientadas pelos tradicionais modelos normativos e tecno-econômicos de planejamento.”

A presença da pluridimensionalidade nos debates é percebida entre as demandas sociais, econômicas, ambientais, políticas e outras, que, a depender da organização de uma comunidade, passam necessariamente a interligar-se. Stroch também percebe essa interligação pluridimensional quando salienta que

“... as transformações sociais provocadas por intervenções econômicas têm resultado em fortes rupturas nas relações estruturantes das sociedades que as recebem, entendidas em sua dimensão política, cultural, ética, sócio-psicológica e mesmo étnica (no caso de comunidades indígenas), sobretudo quando se trata de regiões menos desenvolvidas.” (STROCH, 1998).

Percebe-se então que os debates conceituais sobre a sustentabilidade mostram a incorporação de uma perspectiva pluridimensional que articula a economia, a sociologia, a ecologia, a política etc. numa visão de integração das ciências para uma conceituação mais rigorosa que possa superar as propostas iniciais de desenvolvimento.

Portanto, os aspectos ambientais inicialmente levantados enquanto prioridades nos conceitos de desenvolvimento sustentável passam a ser sinérgicos com os vários aspectos da sustentabilidade tratados anteriormente, como as questões de desigualdade social geradas pela má distribuição dos benefícios, como os padrões de produção capitalista versus os padrões de reprodução natural dos recursos, e também como outras questões que afetam a sociedade atual com implicações sobre as gerações futuras. Notamos em Sachs (2000), ao apontar que o “nosso sucesso na criação de projetos sustentáveis dependerá enormemente de nossa habilidade em desenvolver tais sistemas de produção e em torná-los cada vez mais produtivos através da aplicação da ciência moderna.”

O Projeto Brasil Sustentável e Democrático veiculou em seu sítio eletrônico o artigo de Joachim H. Spangenberg (1996), intitulado “Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade”, representando, de certo modo, as tendências do pensamento europeu sobre a sustentabilidade. Spangenberg menciona uma dupla crise, sobre as conseqüências das práticas atuais de exploração excessiva dos recursos naturais, as quais ameaçam a estabilidade dos sistemas de sustentação, favorecem uma crise ambiental no nosso estilo de vida e economias. O autor relaciona essas crises ambientais e econômicas com o surgimento de um problema percebido, onde “a quota de participação do trabalho na renda nacional total dos países da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) tem diminuído de maneira constante nos últimos 20 anos.” Ele também comenta sobre os limites da sustentabilidade reconhecendo que boa parte da poupança monetária dos países considerados ricos provém do esgotamento do capital natural de outros países e da exploração das riquezas das comunidades globais. Nesse mesmo artigo, ele alerta sobre o espaço ambiental disponível em que estabelece um teto para o nível de uso dos recursos naturais, propondo a definição de uma “fronteira entre o viver no espaço e o consumo exagerado que ultrapassa a capacidade de sustentação.”

Spangenberg propõe uma avaliação do impacto político que teriam as recomendações para a sustentabilidade, as quais passam pela maior eficiência dos produtos, por uma economia sustentável e estilo de vida sustentável. No entanto, questionando sobre como se pode construir uma sociedade melhor, através de uma

política sustentável, o autor menciona sobre a prioridade ética do paradigma da sustentabilidade sendo a seguinte:

“Não dê prioridade nem ao sistema, nem ao partido, nem aos mercados; coloque as pessoas em primeiro lugar e, depois, veja de que forma o mercado, o Estado e todas as partes da sociedade poderão contribuir. Nisso, a sustentabilidade dá uma orientação de se buscar o consenso, baseado na integração dos participantes e no compartilhar das responsabilidades.” (SPANGENBERG, 1996)

No entanto, no artigo de Henri Acselrad para a Conferência Alemanha Sustentável no Conflito Norte-Sul, ocorrido em novembro de 1997, o autor destaca a pertinência democrática das estratégias argumentadas no relatório “Alemanha Sustentável”, apontando alguns limites no que se refere às estratégias políticas. Ele considera que, tanto o relatório Alemanha Sustentável, como também o debate sobre Europa Sustentável, concentram seus focos “na minimização do uso de matéria e energia a ser alcançada através de uma redução de níveis de consumo, motivada por preocupações com a equidade.” No aspecto da estratégia argumentativa, Acselrad (2004) percebe que “a proposta de auto-limitação inteligente procura politizar o ato do consumo, mobilizando os consumidores como cidadãos, abertos a preocupações sociais e ecológicas.”

Em análise ao artigo de Spangenberg, Acselrad percebe que foi considerado o direito humano a uma igual porção do uso dos recursos em escala global, que se baseia em um acesso igualitário ao patrimônio comum da humanidade. Esta proposta metodológica da Europa Sustentável, na análise de Acselrad, aponta para a necessidade de uma redistribuição dramática do uso dos recursos. O autor interpreta contrapondo essa questão entendendo que para que a Europa viva nos limites de seu espaço ambiental, “não se está propondo uma efetiva redistribuição do uso dos recursos, mas apenas uma redução do uso motivado pelas práticas de consumo na Europa.” Para Acselrad, o debate sobre a Europa Sustentável, com seus diferentes relatórios prioriza a redução dos insumos de matéria e energia, através da diminuição dos níveis de consumo, sob a ótica da equidade. No entanto, Acselrad conclui que “a questão, da forma como foi formulada, não aponta para o objetivo anterior de uma redistribuição

justa dos recursos naturais mundiais, mas para uma redução no consumo por parte dos países do Norte.”

O repertório do debate apresentado em torno da sustentabilidade, com suas expectativas de melhoria da qualidade de vida, construção de espaços participativos, reforma no sistema econômico, mudanças culturais sobre o consumo e outras, são proposições que buscam modelos sustentáveis como prática a ser explorada. São debates que exercem implicações nos diversos campos das atividades humanas, sob as quais poderão ser pautadas as novas experiências na formulação de opções políticas à sustentabilidade, sem que haja privilégio sobre a economia, que haja maior respeito à diversidade biológica e, sobretudo a dedicação às aspirações sociais sobre a vida em todas as formas.

A presença de debates com abordagens pluridimensionais sugere a aproximação entre as várias ciências como base de investigação sobre a sustentabilidade. Nesse aspecto, Rohde (1998) propõe que “a investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes constituem tarefa básica, premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo necessária para realizar o pretendido desenvolvimento sustentável.”

Assim, pode-se considerar que a sustentabilidade está, necessariamente, vinculada às mudanças inovadoras sobre uma política de concílio entre as suas relações sobre as diferentes dimensões, considerando novas propostas de mudanças, quanto aos modos que regem as atuais necessidades. Para finalizar, Cavalcanti (1998) complementa sobre a noção de desenvolvimento sustentável sugerindo que “o dever da ciência é explicar como, de que forma ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade.”

## **1.2 As dimensões da sustentabilidade**

No debate sobre a sustentabilidade, a sua abrangência expressa-se em diferentes áreas do conhecimento, o que confere como condições inerentes para a sua aplicação. No entanto, as dimensões da sustentabilidade mostram algumas

especificidades correlatas entre si, as quais colaboram com os enunciados das características da sustentabilidade.

A diversidade dos fatores que envolvem os trabalhos de Steinberger (2001), mencionados anteriormente, mostra uma leitura da sustentabilidade compreendida sobre a questão ambiental centralizada mais nos aspectos urbanos e suas relações, levantando debates sobre as dimensões necessárias para maiores apreensões. A autora observa a sustentabilidade com a capacidade de a tudo se referir, aferindo a sustentabilidade como um paradigma. Nesse caso, Steinberger sustenta duas noções chaves. A primeira é a sustentabilidade ampliada “que realiza o encontro político entre a agenda ambiental e a social ao enunciar a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais e a necessidade de enfrentar a degradação do meio ambiente junto com o problema de pobreza.” A segunda, é a sustentabilidade progressiva que “é vista como um processo a ser construído paulatinamente e capaz de romper o círculo vicioso da produção excludente e implementar um círculo virtuoso.” Tais noções se apóiam em quatro dimensões básicas identificadas no conceito de sustentabilidade apontado pelo Ministério do Meio Ambiente e comentadas por Steinberger (2001):

- A ética, que considera a vida da própria espécie humana e dos demais seres;
- A temporal, que estabelece a necessidade do planejamento a longo prazo;
- A social, que busca o pluralismo político e menos desigualdade, e,
- A prática, que propõe a mudança de hábitos de consumo e de comportamento.

Silva e Shimbo (2001) perceberam quanto ao termo sustentabilidade, inicialmente impregnado à esfera ambiental, que “essa limitação foi extrapolada para os campos econômicos, sociais e políticos, expressando estreitos vínculos entre as abordagens.” Os autores aproximam a esse debate, o exemplo da formulação de indicadores de sustentabilidade na cidade de Seattle (EUA), onde a comunidade participante indica como premissas à sustentabilidade a conciliação da proteção ambiental, o atendimento das necessidades básicas de todos, uma economia dinâmica e a manutenção da justiça. Assim, esses autores apresentam um diálogo que tange com as considerações nas quais ligam a sustentabilidade aos problemas de dinâmica político-social.



Nesse sentido, Acselrad e Leroy (1999) consideram a sustentabilidade de forma que esta “poderá surgir quando a sociedade for chamada a se expressar e a participar.” Os autores indicam que o desafio da construção da sustentabilidade democrática está em “fazer das camadas populares sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural.” Sustentam também que “a necessidade de mudanças de concepções da sustentabilidade podem ser informadas pelo olhar da cultura, das tradições, dos modos de apropriação do território, de significação e uso do meio ambiente natural.” Nesse caso, tais considerações servem para compreender que, no caminho para a sustentabilidade deve-se considerar os espaços de participação da sociedade, ou seja, a inclusão da dimensão política da sustentabilidade, o que não impede de somar e interagir com outras dimensões, caso necessário, como a tecnológica, a institucional, a ética e outras.

As idéias sobre a sustentabilidade apontam necessariamente para a compreensão de fenômenos complexos de forma que a indissociação entre os vários aspectos e dimensões são evidenciados. Tal compreensão pode ser melhor visualizada em Acselrad e Leroy (1999), onde comentam a respeito dessa indissociação ao mostrarem que “o objetivo da sobrevivência ambiental tem que estar profundamente articulado com outros objetivos, entre eles a equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana.”

A relação entre as várias dimensões da sustentabilidade está presente em um outro ponto crítico que envolve a dimensão econômica. Acselrad e Leroy (1999) percebem que “cada atividade econômica pode apresentar uma abordagem parcial da questão ambiental a qual é subordinada, pois é seu recurso à lógica do capital.” Implicitamente, o aspecto temporal surge como valor no sentido de recuperação do ambiente enquanto bens materiais renováveis para a economia, dada a viabilidade do tempo necessário para a reprodução do capital. Os autores consideram dois problemas nesse sentido: a concorrência entre os diversos usuários do meio ambiente e a diferença de tempo entre o capital e a natureza. Essas questões apresentam-se indissociáveis quanto à velocidade de rotação de capital e ao tempo de recuperação do ambiente como recurso.

Uma das contribuições sobre as concepções das dimensões da sustentabilidade está no trabalho realizado por Silva (2000), que ampliou o grau de abrangência das teorias e princípios da sustentabilidade, envolvendo as várias reflexões comentadas anteriormente. Nesse sentido, a fundamentação sobre a existência de uma dinâmica pluridimensional sobre a sustentabilidade contribui para com a definição dos princípios básicos para a sustentabilidade, pesquisada pela autora, através da sistematização dos princípios gerais da sustentabilidade traçada por alguns autores. Na análise apresentada por Silva, encontram-se as proposições genéricas de tópicos e condições evocadas como essenciais para sinalizar os princípios básicos para a sustentabilidade. Assim, a autora apresenta uma síntese das características da sustentabilidade com os aspectos mais representativos, identificados sob três grupos temáticos de caráter Progressivo, Holístico e Histórico. São eles:

a) Caráter Progressivo: este se distingue pelo Caráter de Tendência e pelo Caráter Dinâmico. Como Caráter de Tendência tem-se o processo onde se pretende atingir determinadas metas de forma contínua e reavaliada. Como Caráter Dinâmico, tem-se a condição de interagir com o dinamismo da realidade em que se insere, adequando-se continuamente.

b) Caráter Holístico: os componentes considerados são de Caráter de Pluridimensionalidade, de Indissociabilidade e Interdisciplinaridade. Como Caráter Plural, envolve os aspectos básicos ambientais, econômicos, sociais e políticos, podendo ser acrescidos de novas dimensões se houver a exigência. Ao Caráter de Indissociabilidade, este estabelece que além do envolvimento dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos, exige um vínculo indissociável para que se garanta a condição de sustentabilidade. Quanto ao Caráter Interdisciplinar, a amplitude das interações demanda o envolvimento de diferentes áreas do conhecimento teórico e prático.

c) Caráter Histórico: este é considerado pelas implicações espaço-temporal e de participação dos atores sociais nas atividades, sendo o Caráter Espacial a capacidade de transcendência sobre os limites locais. Já o Caráter Temporal admite a relação de tempo no equacionamento das práticas do passado, do presente e as práticas que serão exercidas no futuro.

Dessa forma, as características apresentadas resultam na base instrumental para os princípios da sustentabilidade onde Silva (2000) considera quatro dimensões fundamentais, cujas abrangências, sem abandonar outras características, apontam para uma estrutura teórico-conceitual básica para a sustentabilidade. São as Dimensões Ambiental, Social, Econômica e Política, onde nesse instrumental pluridimensional têm-se os seguintes aspectos e princípios:

- Aspecto Ambiental: Manutenção da integridade ecológica por meio da prevenção das várias formas de poluição, da prudência na utilização dos recursos naturais, da preservação da diversidade da vida e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas.
- Aspecto Social: Viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão.
- Aspecto Econômico: Realização do potencial econômico que contemple prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, buscando-se resultados macrossociais positivos.
- Aspecto Político: Criação de mecanismos que incremente a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.

Esta sistematização revela os aspectos observados da sustentabilidade, sendo acompanhados por seus princípios, os quais apresentam-se como base dos elementos essenciais aos aspectos citados. Sendo assim, a abrangência das interações entre os aspectos conduz a uma multiplicidade de abordagens permitindo a flexibilidade da incorporação dos princípios e estratégias da sustentabilidade discutidos por Silva (2000). Posteriormente, Silva e Shimbo (2001) reconhecem mais uma dimensão

considerada também fundamental para compor a estrutura teórico-conceitual para a sustentabilidade, qual seja:

- Aspecto Cultural: Promoção da diversidade e identidade cultural em todas as suas formas de expressão e representação, especialmente daquelas que identifiquem as raízes endógenas, propiciando também a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referenciem a história e a memória das comunidades.

A visão pluridimensional da sustentabilidade também foi comentada por Brasil (2000) na abordagem sobre Cidades Sustentáveis. O documento apresenta o enfoque da noção da Sustentabilidade Ampliada referindo-se ao esforço coordenado de várias dimensões na realização de uma função. O documento aponta a indissociabilidade entre os fatores sociais e ambientais como fundamental para a construção de um pacto para superar as diferenças e conflitos de interesses. Segundo o documento, foi verificado que “por alguns segmentos setoriais no Brasil, existe uma razoável desenvoltura sobre o conceito de sustentabilidade.” Nessa mesma pesquisa foram identificadas quatro dimensões básicas:

- Dimensão Ética: Reconhece que no almejado equilíbrio ecológico está em jogo mais do que um padrão duradouro de organização da sociedade, mas a vida dos demais seres e da própria espécie humana (geração futura);
- Dimensão Temporal: Que rompe com a lógica do curto prazo e estabelece o princípio da precaução, bem como a necessidade do planejamento de longo prazo;
- Dimensão Social: Que expressa o consenso de que só uma sociedade sustentável com pluralismo político e menos desigual, pode produzir desenvolvimento sustentável, e
- Dimensão Prática: Reconhece como necessária a mudança de hábitos de consumo e comportamentos.

Percebe-se, neste mesmo documento, o uso do termo dimensão para os elementos temporal e prático. Uma vez que, compreende-se como dimensão a extensão, a grandeza, a importância de algo e, como caráter, o conjunto de tendências e

disposições que caracterizam algo, nesse caso, os termos temporal e prático podem ser considerados como caráter temporal, enquanto sua tendência no percurso, e, como caráter prático, enquanto seu processo ou enquanto sua aplicação na realidade.

Como se pode notar, a dimensão econômica e a dimensão política não aparecem explícitas neste documento. Porém, pode-se considerar que aparecem de forma implícita onde propõe o reconhecimento da necessidade do pluralismo político e a diminuição das desigualdades. Dessa forma, entende-se que a sustentabilidade ampliada deve também propor a dimensão política no sentido de que o fortalecimento da sociedade civil e de canais de participação possam colaborar para maiores discussões e iniciativas econômicas mais estratégicas no uso dos recursos naturais que são utilizados como insumos na produção, transversalizando o debate.

Ao abordar sobre a Sustentabilidade Progressiva, o documento aponta a concepção sob o aspecto progressivo da redução da degradação do meio ambiente, a redução da pobreza e das desigualdades, anunciando que essa progressividade não significa adiar as decisões e as ações que importam para a sustentabilidade, mas “retirar paulatinamente a legitimidade dos mecanismos e dos instrumentos que permitem à economia e à sociedade serem desenvolvidos em bases insustentáveis.”

Quanto às dimensões da sustentabilidade abordadas, tem-se a compreensão de que a sustentabilidade deve ser vista através de um questionamento permanente sobre seus pontos de equilíbrio entre as diferentes dimensões numa perspectiva transdimensional da sustentabilidade. Sendo assim, são verificados alguns elos entre as dimensões na presença da transdimensionalidade existente, onde este assunto será abordado, e acompanhado da reflexão sobre a dimensão política.

### **1.2.1 A dimensão ambiental da sustentabilidade**

“A dimensão ambiental da sustentabilidade aponta como princípio a manutenção da integridade ecológica por meio da prevenção das várias formas de poluição, da prudência na utilização dos recursos naturais, da preservação da diversidade da vida e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas, onde um dos propósitos encontra-se na manutenção e recuperação das bases dos ecossistemas

naturais sobre os quais têm-se as formas de estruturação e reprodução da vida.” (SILVA, 2000).

Os ecossistemas são os meios das interações entre os organismos, populações, comunidades e o ambiente físico-químico e, portanto, a conservação das espécies representam as condições de sustentação das inter-relações. A dinâmica e o equilíbrio dos ecossistemas dependem da sua biodiversidade. O conceito de cadeia alimentar traduz os fluxos e as trocas de energia dos ecossistemas. Portanto, compreender e respeitar as dinâmicas é entender que a espécie humana é apenas uma das partes desse sistema.

Considerando a extensão do debate sobre a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade, visto que requer infinitos argumentos, a exemplo do contexto da pesquisa, pauta-se, nesse caso, sobre as atividades humanas, as quais, nesses últimos anos provocaram profundas mudanças no planeta, desde os impactos negativos provocados pela agricultura, aos impactos da produção industrial para a transformação de bens a serem consumidos em larga escala.

Um dos elos de transcendência da dimensão ambiental da sustentabilidade ancora-se sobre as questões de dinâmica energética, no desperdício de energia e de materiais. Bermann (2004) alerta sobre as formas de exportação de energia materializada em produtos metálicos e químicos, em insumos de origem florestal e de bancos genéticos de interesse comercial como essências, princípios ativos farmacêuticos, oleaginosas, etc. Segundo o autor, a perspectiva de sustentabilidade energética “deve necessariamente se apoiar num amplo processo de reestruturação industrial e agrícola num sentido bastante distinto das tendências atuais.”

Outra característica de ação em dimensão ambiental da sustentabilidade encontra-se sobre o uso do solo para a produção de alimentos. A agricultura sustentável tem ocupado um grande espaço em torno das discussões sobre as atividades agrícolas. Sua importância maior encontra-se na concepção econômica de produção de alimentos e serviços pelo manejo e conservação dos recursos naturais, junto às mudanças tecnológicas. Para Quirino et al. (1999) o conceito de agricultura sustentável apresenta-se como “uma agricultura que contemple, simultaneamente, as dimensões econômica, ecológica e social, segundo os atributos (não exclusivos) de produtividade, estabilidade/resiliência e equidade.” Dentre outras coisas, a agricultura sustentável

propõe melhor conservação do solo, da água, dos recursos genéticos, a mínima degradação ao ambiente, a busca constante de tecnologias apropriadas a cada caso, ser economicamente viável e socialmente aceitável. Em suas estratégias contempla a reutilização de materiais e energia dentro do próprio agroecossistema, como também a eliminação do uso de insumos tóxicos.

O crescimento da população urbana, entre outras coisas, em função da ótica progressista do desenvolvimento econômico e do crescimento ilimitado, provocou diferenças econômicas e de poder entre as camadas sociais presentes nas cidades contribuindo para a insustentabilidade ambiental. Nesse aspecto, são as ocupações de fundo de vale, nas encostas de morros, em áreas de risco, etc., e normalmente são ocupadas por famílias de baixa renda. Franco (2000), comenta que a partir dos anos oitenta surge uma nova modalidade de planejamento orientada para as intervenções humanas dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas. Para o autor, o planejamento ambiental “é todo o planejamento que parte do princípio da valoração e conservação das bases naturais de um dado território como base de auto-sustentação da vida e das interações que a mantém, ou seja, das relações ecossistêmicas.” Dessa forma, a busca de propostas sustentáveis para áreas urbanas são imprescindíveis.

No Brasil, muito provavelmente, os problemas ambientais advindos da industrialização tiveram seu ápice na capital de São Paulo, no ABC paulista, nas áreas de Cubatão e Volta Redonda, incluindo o eixo Rio-São Paulo. Schlesinger (2001) comenta que “ao longo do século, foi assistida a implantação de um parque industrial marcado pela presença de segmentos industriais de caráter altamente agressivo ao meio ambiente.” O autor menciona que a adoção de tecnologias de produção mais limpas é capaz apenas de amenizar os impactos causados pela elevada produção de produtos.

Ao meio ambiente e aos recursos potenciais à transformação em bens, deve-se incentivar melhores práticas e programas de gerenciamento ambiental para a minimização do consumo, dos gastos energéticos, da produção de resíduos, etc., incluindo a inserção nas políticas industriais, de forma constantemente revisada e ampliada à sociedade pelo fortalecimento de participação e controle dessas práticas.

Não exaurindo o assunto, mas, outros aspectos favoráveis compreendem a recuperação, preservação e a manutenção de áreas de mananciais, várzeas, áreas de recargas, etc. necessários para a qualidade e quantidade da água.

### 1.2.2 A dimensão social da sustentabilidade

“A dimensão social da sustentabilidade tem como princípio a viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão.” (SILVA, 2000). Sobre a dimensão social da sustentabilidade, Teixeira et al. (2002), complementa pela “a garantia de que todas as pessoas possam ter condições iguais de acesso a bens e serviços de boa qualidade, necessários pra uma vida digna.”

Considerando os problemas urbanos, a moradia na cidade só se torna viável quando se dispõe de condições mínimas, entre outras coisas, como água, esgoto, rede elétrica, vias públicas. A habitação digna, portanto, passa por tais condições onde a infra-estrutura, espaços de lazer e investimento em equipamentos públicos de qualidade, apresentam-se como condições essenciais e aspectos importantes ao cidadão.

Uma das condições para o ir e vir do cidadão, passa pelo transporte coletivo, onde, ainda no Brasil, o transporte de trabalhadores rurais se faz por caminhões sem a mínima segurança necessária para quem é transportado. A acessibilidade ao transporte coletivo com qualidade e segurança, requer o dever ético do poder público, principalmente para as comunidades mais afastadas dos centros urbanos, normalmente habitadas por pessoas mais carentes de ofertas de bens e serviços públicos. Segundo Grazia et al. (2001), “a sustentabilidade depende também, de que se aumente a oferta e melhore os serviços de transporte coletivo e de massa (trens, metrô, barcas) revertendo a tendência dominante há décadas de privilegio ao transporte individual”, o que contribui também pela melhoria da qualidade ambiental em termos de poluição atmosférica.

Um outro elo na dimensão social da sustentabilidade de aspecto favorável refere-se ao investimento no ensino público direcionado para novas condições de ensino de qualidade. Desde o seu investimento em termos de recursos econômicos à implementação de práticas pedagógicas inclusivas, no sentido da valorização humana e ambiental como práticas que devem tomar espaços na escola transdisciplinarmente. Como exemplo, a ecopedagogia que, embora seu referencial teórico e prático seja considerado como em construção, segundo Gadotti (2000), “ela é uma pedagogia para a



promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana.” O autor considera que a sustentabilidade tem um componente educativo no sentido de que “a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.”

Algumas experiências estão sendo postas em prática atualmente, como o Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e o Programa Com-vida nas escolas do Ministério de Educação, onde as instituições têm como proposta, o enraizamento da educação ambiental na coletividade pela estratégia da formação de pessoas educadoras na capilaridade da sociedade. Dentre os objetivos, têm-se o de provocar reflexões à população e aos educandos quanto à politização e à participação desses, junto ao universo de educadores ambientais populares na sociedade civil, assim como, a proposta de formação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida junto aos estudantes em cada escola.

A dimensão social também transcende a economia enquanto distribuição igualitária de bens, tornando evidente o bom senso econômico. No entanto, um sistema econômico ancorado em uma ideologia capitalista como se tem, passa a ser um sistema ainda mais excludente, provocando desemprego e a baixa renda, entre outros.

Uma das formas para que as pessoas possam obter renda o suficiente para evitar a pobreza, passa pela procura de um local de trabalho no mercado. Porém, as características mostradas por esse mercado apresentam-se insuficientes para tal, dado ao valor do salário mínimo estabelecido, assim como a questão da composição familiar e a renda das pessoas, interferindo negativamente na sua forma de existência social.

Um aspecto favorável à questão do trabalho e renda está no incentivo de cooperativas populares, que acabam por si engajando e politizando seus trabalhadores ao sentido da horizontalização desde a coordenação da produção até a distribuição da renda gerada.

A dimensão social requer, entre outras coisas, o investimento na formação de pessoas, no lazer social, na informação, entre outras coisas, sendo esses os elos de articulação nesta dimensão. Também, o elo da sustentabilidade sobre a saúde pública, em especial a saúde preventiva, cuja melhoria da qualidade do atendimento é de responsabilidade dos governos. Quanto à promoção da saúde pública, deve-se prover

o atendimento a todos, concedendo privilégio às pessoas mais carentes, crianças e idosos.

Outro aspecto favorável à dimensão social da sustentabilidade pode ser considerado a constituição de um Plano Municipal de Assistência Social. Cardoso (2003) comenta que o poder público e a sociedade organizada, ao elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, traça os rumos da política de assistência social para o município, “seja no que diz respeito à execução de serviços, programa e projetos pela prefeitura, seja no atendimento realizado pelas entidades e organizações civis, pois é no Plano que as diretrizes da política do município para a assistência social estará definida.” Dessa forma, a sociedade civil organizada deve construir espaços de articulação junto aos seus governos para a busca de soluções para as suas necessidades, priorizando os setores mais evidentes.

Esses aspectos citados em dimensão social, não significam que devam ser decididos burocraticamente por articulação de leis ou por investimento de uma parcela maior de recursos públicos. As condições reais para uma melhoria de qualidade de vida, passa pela incorporação das decisões no coletivo entre governo e população sobre as prioridades locais necessárias.

### **1.2.3 A dimensão econômica da sustentabilidade**

“A dimensão econômica da sustentabilidade tem como princípio a realização do potencial econômico que contemple prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, buscando-se resultados macrossociais positivos.” (SILVA, 2000).

Gómez (1999) comenta que “os princípios da economia clássica supõe uma disponibilidade ilimitada de recursos naturais em um contexto no qual só os bens escassos têm valor (preços); portanto, as regras institucionais das economias capitalistas se ocupam com pouco empenho no estabelecimento de critérios e mecanismos para corrigir essa situação.” Sendo assim, percebe-se nesse início de século, o esgotamento causado pelo estilo de desenvolvimento pautado na exploração econômica dos recursos naturais, alterando as condições de vida no planeta. Ainda Pádua (1999) menciona que “no capitalismo industrial não é raro encontrar atividades em que o processo produtivo

consome três vezes mais energia do que a gerada pelo produto.” A degradação ambiental passa a ser uma conseqüência inevitável do chamado progresso proposto por um pensamento de desenvolvimento, o qual provocou a insustentabilidade sobre as questões ambientais, e com ele a desigualdade e a injustiça social.

Altvater (1995) comenta sobre os estilos de vida e de trabalho, observando a tendência do homem moderno destacada na sua individualização, flexibilidade, mobilidade e autonomia, cujas características repousam no materialismo produzindo problemas ecológicos de considerável amplitude. Para o autor, “a individualização é o momento da modernização de sociedades fordistas e pós-fordistas, e por isso ela é considerada e valorizada como sendo progressiva, seja na produção, seja no consumo.” Quanto ao consumo, o autor percebe que alguns produtos ganham um novo aspecto de função, passando por condições de preservação, higiene e mercantis fazendo com que “as embalagens atinjam o ponto máximo civilizatório, surgindo a indústria do lixo que se constitui no reverso da racionalização econômica.” Portanto, o homem passa a ser um produtor de lixo, como sendo a condição de sobrevivência. Altvater ainda acrescenta que “diante do lixo produzido, cada indivíduo torna-se um NIMBY (Not In My Back Yard – não nas minhas costas) e procura evitar o problema externalizando-o eliminando-o, reprimindo-o.”

Como aspecto favorável à dimensão econômica da sustentabilidade, pode ser o prolongamento da vida útil dos bens de consumo, que passa a ser uma questão imperativa para que seja obtida a redução do desperdício de matérias-primas e de energia. A produção tecnológica encontra-se em evidência nos dias de hoje para a minimização dos problemas gerados. No entanto, o desafio maior, passa por concepções de políticas de produção mais limpas e também pela atitude dos consumidores, no sentido de evitar determinados produtos não sustentavelmente aceitáveis.

O constante apelo ao consumo de novos modelos de produtos que na verdade trazem poucas, ou quase nenhuma inovação, induz ao constante descarte de materiais. Essa cultura do descarte contribui para que seja inibida a geração das atividades dos profissionais que trabalham com reparos, em substituição àqueles materiais que vão sendo eliminados pela cultura do descarte, tornando os padrões de consumo ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos.

Lazzarini e Gunn (2002) sustentam que “a busca de um padrão de consumo sustentável passa pela eliminação da pobreza e pela mudança nos padrões de consumo, com base na mudança dos sistemas de produção, comércio e consumo ao mundo.” Para os autores, a mudança de estilo de vida devem privilegiar a qualidade da vida, baseada no atendimento das necessidades básicas em aspectos culturais e espirituais, de maneira que se possa debilitar os aspectos materiais. Lazzarini e Gunn consideram ao que

Os consumidores precisam estar convencidos de que quando fazem compras estão, de fato, exercendo uma responsabilidade social, política e moral que vai além de seus interesses particulares. (LAZZARINI e GUNN, 2002)

Para a dimensão econômica da sustentabilidade, a necessidade de mudanças de estilo de vida que privilegiem a sua qualidade, seus elos transdimensionais estariam ancorados nas necessidades básicas em dimensões culturais, exercitando dentro do meio em que vive o questionamento sobre quais as necessidades materiais poderiam ser contempladas sustentavelmente.

Quanto ao trabalho, a dimensão econômica da sustentabilidade preconiza políticas que devem ser estabelecidas para a diminuição das desigualdades de renda e de padrões de consumo, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios econômicos. A formação de profissionais explorando novas profissões ligadas às questões ambientais, tanto no campo como na cidade, assim como prover condições de trabalho de forma digna, com tecnologias apropriadas, com garantia dos direitos trabalhistas asseguram as boas condições de sustentabilidade econômica.

Alternativas para promover as potencialidades locais, como por exemplo, pelo zoneamento ecológico econômico, possibilitando diversificar os setores e atividades econômicas com a preservação ambiental, colaboram para com as condições sustentáveis locais, potencializando as atividades de micro e pequenos empreendimentos.

O desenvolvimento da economia solidária e o cooperativismo popular têm sido altamente preconizados como alternativa à crise do desemprego, assim como uma nova cultura do trabalho. Segundo Leroy et al. (2002) “trata-se de variadas formas

de auto-gestão dos excluídos de diferentes origens, na busca de alternativas de sobrevivência e de uma nova cultura de relações do trabalho: a cultura da solidariedade.” Singer (2001) complementa que “a economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas.”

Entre outras coisas, a redução de jornada de trabalho, o incentivo ao desenvolvimento da agricultura com práticas sustentáveis, com produção local de alimentos saudáveis, etc., são entendidas como aspectos favoráveis.

A possibilidade de uma economia sustentável compete à formulação de uma política de consumo, que considere a realidade dos limites ecológicos, as necessidades dos seus habitantes com equidade e a busca do equilíbrio entre o que é sustentavelmente necessário e desejável. Pode-se compreender que sustentabilidade, autonomia, cidadania, e democracia estão presentes em suas diferentes contribuições como elo na transdimensionalidade da sustentabilidade econômica.

#### **1.2.4 A dimensão cultural da sustentabilidade**

”A Dimensão Cultural da Sustentabilidade compreende a promoção da diversidade e identidade cultural em todas as suas formas de expressão e representação, especialmente daquelas que identifiquem as raízes endógenas, propiciando também a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referenciem a história e a memória das comunidades.” (SILVA e SHIMBO, 2001).

Ações favoráveis à dimensão cultural da sustentabilidade como valorizar as culturas tradicionais através da construção de espaços para as diferentes expressões existentes em uma comunidade, em uma região, promovendo eventos em praças, escolas, ou demais locais, contribuem para com o fortalecimento da perpetuação dessas expressões. A realização de atividades integradoras, como por exemplo, feiras, teatro, músicas, gincanas, danças, oficinas, etc., tornam-se marcantes para a preservação e disseminação da cultura local.

Como aspecto favorável, o investimento na construção, reforma e restauração de equipamentos culturais como escolas, museus, teatros, pontes, estações de trem, etc., conferem a manutenção cultural para que não se perca os valores e patrimônios históricos. Assim como, a divulgação da história da cidade e a prática de

registro de hábitos e costumes, como a culinária, a pesca, as histórias e as estórias orais, acontecimentos. Entre outras ações culturalmente sustentáveis, deve-se garantir a todos a oportunidade de acesso às informações, incluindo a oportunidade do conhecimento através de cursos, eventos culturais, visitas e viagens em locais de interesse, etc.

Morin (2001) afirma que “o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura.” O autor menciona sobre a cultura, sendo esta “constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social.” Para Morin, existe um duplo fenômeno das culturas que são o da unidade e o da diversidade, por compreender que a cultura existe apenas por meio das culturas, onde a assimilação de uma cultura a outra passa a ser enriquecedora.

Nesse sentido, o direito às diferenças culturais deve ser observado também de maneira enriquecedora. Boaventura de Souza Santos (2002) considera como um dos princípios de cidadania planetária, o princípio da unidade na diversidade, “... pois vivemos em um mundo que é diversamente uno e diverso.” O autor considera dois princípios necessários: o da igualdade e o da diferença, que segundo Boaventura, “o da igualdade exige a redistribuição por lutas, e o da diferença, exige conhecimento igualitário das diferenças, fazendo surgir o direito de ser iguais, quando a diferença nos inferioriza, e o direito de ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza.” Essa é a noção do multiculturalismo progressista de relações horizontais de Boaventura, pois, diferentes culturas falam de dignidade humana que podem conceber direitos organizados e concebidos politicamente, desmascarando as desigualdades.

Nesse discurso, o autor ressalta outras necessidades conjuntas e articuladas como a democracia participativa, os sistemas alternativos de produção como trocas solidárias, a união de diferentes lutas sociais e, entre outras coisas, formas alternativas de informação.

Sobre a dimensão cultural da sustentabilidade enquanto apreensão de novos elos transdimensionais por novas culturas, como a de participação democrática, engajamento em movimentos sociais, e outras, Moreira e Farias (2005) destacam, quanto às relações de governança e cultura, algumas noções que ampliam os horizontes. Para os autores, a cultura entendida apenas como atividade artística, significa que

“...uma governança não dá conta da complexa realidade, do local ao global operando com fatias da realidade, sem qualquer transversalidade. Dessa forma, questões como os patrimônios materiais e imateriais, valores de direitos e da paz, as humanidades, a cultura política, a cultura alimentar e a cultura ecológica situam-se dentro do arcabouço de políticas e da governança.” (MOREIRA E FARIAS, 2005)

Segundo Moreira e Farias (2005) a cultura é central para as práticas e reflexões da governança, “desde que consideremos que estamos construindo paradigmas para uma nova cultura, inclusive a do governar.” A segunda questão, os autores mencionam que “a governança deve entender a centralidade da cultura em todos os processos vitais: da moradia à segurança alimentar, da educação aos processos participativos, do transporte aos valores da convivência pacífica.” Os autores, propondo alguns caminhos para uma governança no campo cultural com transversalidade, entre eles, comentam que poucos governos e gestores sociais estimulam uma governança sensível aos processos culturais, apontando que a cidadania cultural e o desenvolvimento humano são novos paradigmas para uma governança democrática. O reconhecimento da diversidade e dos direitos cultural no território deve ser base da governança local, pois, para Moreira e Farias, “uma governança que não reconhece a pluralidade de seus cidadãos está condenada a governar prioritariamente para a elite cultural, política ou burocrática da localidade.”

A essa questão, os autores complementam que há necessidade de uma mudança na cultura administrativa, nas instituições de governo no sentido de serem capazes de “entender a visão do público, permitir a liberdade de debate e diferença de opiniões, rompendo com a cultura do medo, ainda muito presente, inclusive, nas gestões democráticas.” A participação como cultura de uma sociedade é considerada como importante chave na formação de atores, capazes de mover a sociedade para alternativas inovadoras. Entre outras coisas, a cultura participativa, segundo os autores, “assegura os projetos significativos para a sociedade, contribui para com a moralização da coisa pública.”

Considerando a atuação dos conselhos municipais como agentes multiplicadores de governança democrática, a cultura participativa colabora em redefinir o papel do conselho, tornando capaz de, entre outras coisas, reforçar a autonomia dos movimentos sociais, definir propostas e ações locais, contribuir para a

criação de um projeto global de cidade, garantir a transparência da gestão e a moralidade do uso do dinheiro público e o acompanhamento da implantação dos projetos sociais e culturais definidos como centrais.

Dessa forma, um aspecto básico da dimensão cultural da sustentabilidade é o fato de indivíduos e coletivos possam sentir-se constituintes políticos das suas relações e criarem inter-relações para novas responsabilidades que favoreçam a formação de pessoas capazes de criarem formas de atuarem em correspondência para uma nova cultura política da sustentabilidade.

### **1.2.5 A dimensão política da sustentabilidade**

”A dimensão política da sustentabilidade pressupõe a criação de mecanismos que incrementem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e políticas de exclusão e permitindo o desenvolvimento da cidadania ativa.” (SILVA, 2000).

À essa dimensão considera-se, entre outras coisas, a cidadania em que Silva (2005) menciona que “a noção de cidadania nos traz novas leituras, no sentido de que tanto o exercício da cidadania quanto o exercício da democracia e dos direitos humanos estão ligados”, cujos elos transdimensionais compreendem a formação da cultura política, tanto de atores da sociedade civil, quanto de governantes e agentes das administrações públicas comprometidas com a abertura participativa.

Uma sustentabilidade política depende de instâncias motivadoras para sensibilizar e mobilizar a participação das pessoas. O acesso às informações é considerado necessário e indispensável, para que permita à sociedade civil organizada maior compreensão dos problemas e para que haja a oportunidade política de participação, no compartilhamento nas decisões coletivas sobre as políticas públicas locais. Nesse caso, a participação é considerada como um instrumento útil no aperfeiçoamento das relações entre uma administração local e a sociedade civil, pois promove o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, assim como promove a legitimidade do poder local.

Teixeira et al. (2002), comentam sobre a dimensão política da sustentabilidade que “é preciso instrumentos que garantam a participação efetiva e



organizada da população, em processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos, que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa.” Nesse caso, são inúmeras as formas de participação a serem exploradas pela sociedade, como fóruns, redes, grupos de trabalho, grupos de articulação, conselhos municipais, conselhos escolares, comissões, associações de moradores, sindicatos, movimentos populares, ONGs, e outros, revelando uma amplitude de espaços participativos.

Um elo que transcende a dimensão política da sustentabilidade é o ambientalismo, como movimento social envolvendo proposições políticas ao meio ambiente. Viola e Leis (1992) comentam que “o conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo, particularmente depois da publicação, em 1987, do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, chamado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.” Os autores consideram que “o antigo debate dos anos 70, que de certa forma tinha pensado por separado as questões ambientais e de desenvolvimento, é substituído por outro debate mais convergente e otimista, ou seja, de como fazer para alcançar um desenvolvimento sustentável.”

Para Alonso e Costa (2002), o movimento ambientalista seria, portanto, “o principal agente portador do projeto universal e responsável pela conscientização dos demais setores.” Sposati (2001) considera que

“...o ambientalismo é, ao mesmo tempo uma utopia, uma ética, uma cultura que supõe examinar os chamados comportamentos destrutivos da sociedade industrial e pós-industrial, assim como instalar uma concepção preservadora e preventiva que repense os usos e costumes da modernidade e seu impacto no futuro da vida humana e da natureza.”  
(SPOSATI, 2001)

O papel fundamental das diversas instâncias de participação é a socialização da política, através da transparência democrática. Essas instâncias de participação são abertas a todos na sociedade, e quando numa condição de igualdade entre os pares, pode contribuir para que haja a diluição das diferenças sociais. Entre seus objetivos, encontra-se o de promover o bem estar comum, participando nos processos decisórios. A exclusão, a centralização de poder, a privação do conhecimento, são fatores desfavoráveis à cidadania, provocando o desinteresse das pessoas nas decisões coletivas, desfavorecendo a legitimidade da governança local.

A diversidade das instâncias, com propósitos de atuação que, aparentemente possam apresentar objetivos diferentes, o elo existente entre essas instâncias permite que, embora com suas diferenças, formulem estratégias conjuntas, respeitando suas inclinações. No entanto, é ainda limitada a transição para tornar um indivíduo capaz de se incorporar a coletivos estruturados politicamente, e, por meio desses coletivos, prover a participação efetiva nas políticas públicas. Essa limitação encontra-se, principalmente, na pouca cultura de participação entre atores sociais e poder público. Embora a participação possa promover a oportunidade de atores sociais compartilharem, no que diz respeito ao que é comum a todos, existe, ainda, uma distância entre as administrações e os atores interessados na participação do processo decisório.

Moreira e Farias (2005) comentam que as condições para uma nova cultura política de governança democrática, que passam pelo fomento de espaços de participação, como conselhos, fóruns e outros, notam pouca cultura de participação política e restrição em instâncias definidoras das instituições responsáveis.

“Estamos vivendo um momento de reavaliação dos processos participativos nas cidades. Na verdade, a participação cidadã tem sido restrita enquanto definidora de políticas públicas nos espaços institucionais. A participação nem sempre é bem vista pelos governos, pois pode redefinir planos, dificultar alianças pré-estabelecidas para a governabilidade, criar “tensões insolúveis” e estabelecer reivindicações não previstas. Muitos governos referem-se aos Conselhos Municipais como local destinado à participação e põem em funcionamento essas instituições, apenas para demonstrar a legalidade das ações de políticas públicas ou consultar alguns parceiros importantes para a governança. Alguns vão mais além: organizam conselhos, estruturam atividades, convocam conferências e estimulam fóruns, mas ainda assim a governança é pouco partilhada.” (MOREIRA E FARIAS, 2005).

Ainda os autores complementam que o compartilhamento das ações públicas passa a ser “uma socialização de saberes e querer, um aprendizado democrático entre os diferentes e, o que os une é a igualdade de participação política e de decisão coletiva...”.

A participação da sociedade civil pode ser reconhecida como elemento chave integrador no processo da viabilização de instrumentos, que possam gerar pontes

ou elos de transição entre a democracia representativa e a democracia participativa. As questões, para isso, passam pelo aprimoramento das condições de informações e consciência dos atores locais.

Considera-se como aspectos positivos à dimensão política da sustentabilidade, as considerações de Grazia, et al. (2001), sobre a questão da insustentabilidade e da desigualdade social urbana, em que estabelecem três estratégias consideradas fundamentais para a busca da sustentabilidade. A primeira, transita sobre a ampliação da participação da sociedade nos destinos da transformação ambiental, para que provoque, como resultado, o resgate das funções sociais do Estado, garantindo o direito à cidade. A segunda estratégia refere-se a desmaterialização do padrão vigente de injustiça social e ambiental, propondo a defesa pelos atores em considerar o espaço como instância social, onde se possam construir novos modelos de desenvolvimento, baseados no planejamento sócio-político, que favoreçam a redistribuição da renda, justiça social e mecanismos, que garantam acesso menos desigual aos recursos naturais e ambientais que integram nos espaços urbanos. A terceira estratégia estabelecida pelos autores passa pela gestão do espaço e a ampliação da participação, como eixos prioritários, ou seja, “a gestão democrática da política urbana em todos os níveis da federação, para possibilitar a participação da população no planejamento, na operação e governo nas cidades, das metrópoles e no desenvolvimento da política urbana nacional.”

À essas estratégias formuladas, pode-se tomar como exemplo de instância de participação, os conselhos municipais de meio ambiente e experiências de orçamento participativo, que, fomentadas por administrações mais democráticas, exercitam a participação social, portanto, semeando uma nova relação da população com o poder público. Esse exercício mobilizador da população colabora para a promoção de uma nova cultura política dos atores sociais na formulação coletiva de soluções no enfrentamento dos conflitos locais.

### **1.2.6 A Dimensão Política da Sustentabilidade como eixo norteador de projetos mais sustentáveis.**

O debate apresentado em torno do levantamento bibliográfico sobre a sustentabilidade, aponta para proposições que percorrem, desde a redistribuição

econômica de forma eqüitativa e justa com expectativas de melhoria da qualidade de vida, às estratégias de revitalização dos espaços participativos, propostas de mudanças de atitudes sobre o consumo e outras proposições, que buscam a sustentabilidade.

Steinberger (2001); Leroy et al. (2002); Acselrad e Leroy (1999); Acselrad (1997); Grazia, et al. (2001) e outros autores comentam sobre a necessidade de determinações políticas, para que haja um envolvimento social em amplo aspecto com a população convidada a participar nas tomadas de decisões, no que se refere à questão da sustentabilidade.

Em dimensão ambiental, quanto aos recursos naturais, propõe-se, entre outras coisas, a formulação de políticas de reestruturação da gestão industrial e agrícola. Em dimensão social, um dos exemplos que projetam a sustentabilidade foi apresentado a articulação da sociedade civil organizada e do governo para ações sobre a assistência social junto à população. Em dimensão econômica, apresentam-se necessidades de políticas voltadas para diminuição das desigualdades de renda e de padrões de consumo. Quanto à dimensão cultural, os debates mostraram a apreensão de novas culturas, como a cultura participativa nas relações de governança capazes de mover a sociedade para a moralização do que é público.

São, portanto, debates em diferentes dimensões que exercem necessariamente implicações em dimensão política da sustentabilidade, como a organização da sociedade, a comunicação e informação, a abertura de espaços participativos, o envolvimento da população em consultas, decisões e ações no que se refere ao que é comum, como a educação, como ao trabalho, sobretudo, como a vida. Percebeu-se em torno da articulação do termo sustentabilidade, que passa a exigir maior profundidade para a prática das novas concepções teóricas.

A presença de debates com abordagens pluridimensionais sugerem maiores investigações vinculadas à uma política de concílio entre as suas relações. Seriam elos políticos entre as dimensões ambiental, social, econômica, cultural e demais, para a formulação de novas propostas aos modos que regem as atuais necessidades nessas dimensões.

Os debates que explicitam a dimensão política da sustentabilidade provocam num primeiro percurso interpretativo dessa dimensão, a percepção da existência de fatores que são referenciais à diversidade de elos entre as demais

dimensões da sustentabilidade. Neste aspecto, a dimensão política torna-se passível de assumir como dimensão nucleadora enquanto processo decisório de ações mais sustentáveis, pela capacidade de construção do concílio dos interesses coletivos, pois é capaz de articular decisões considerando as diferentes dimensões que predispõe a própria sustentabilidade. Dessa forma, o eixo norteador da sustentabilidade estaria nessa dimensão pelo seu caráter político-transdimensional, pois estabelece relações em cada aspecto de interesse da sociedade.

As reflexões levantadas apresentam uma nova questão de debate, sugerindo que a dimensão política encontra-se pautada na transdimensionalidade existente, cujas questões de decisão envolvem a indissociabilidade entre as demais dimensões, conferindo a legitimidade para ações em políticas públicas.

### **1.2.7 A indissociabilidade entre as dimensões da sustentabilidade e o conceito de transdimensionalidade**

Pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável lançado pelo Relatório Brundtland, em 1987, posicionou-se como de caráter polêmico, cuja contestação ampliou-se através dos debates conceituais de forma que sobre a questão ambiental, inicialmente de caráter prioritário, notou-se uma reprodução de implicações em outras várias dimensões. O termo sustentabilidade nas propostas anteriores de desenvolvimento é superado pelas suas diversificadas interpretações geradas sobre o seu significado inicial. À sua consolidação como alternativa, incorpora uma perspectiva pluridimensional que requer das dimensões ambiental, econômica, cultural, social, política e outras, uma indissociabilidade nas abordagens.

As abordagens no plano do conhecimento sobre a sustentabilidade sugerem, também, a transdisciplinaridade por elos que transcendem as ciências, como é percebido, por exemplo, em que as interferências ambientais têm suas implicações em questões econômicas, sociais e em outras. Como consequência dessas implicações, surgem novos debates sobre, entre outras coisas, as necessidades humanas, hábitos, o respeito à cidadania e a democracia participativa. Também, o termo sustentabilidade, sobretudo, relaciona os problemas de desigualdades sociais, reconhecendo inclusive a maior responsabilidade relativa à dinâmica do capital.

Nesse aspecto, essas implicações sugerem a compreensão dos elos transdimensionais entre as dimensões envolvidas, os quais podem ser considerados, muitas vezes, como abordagens sob distintas disciplinas, e são responsáveis pelo espaço de debate sustentável para a formulação conjunta de ações.

Assim, a importância da pluridimensionalidade de forma a contemplar os elos transdimensionais, como a interferência na dinâmica dos recursos naturais, os critérios sobre a economia e o consumo, a moradia e emprego, o ensino público com qualidade, o respeito aos hábitos e costumes, a justiça social e a participação democrática nas decisões.

Lazarte (2000) introduz um debate com interesse sobre os paradigmas cognitivos e as aplicações educacionais das tecnologias da informação, entendendo que a sociedade da informação provoca mudanças na forma em que se interpreta o mundo, impacta o ambiente interior da sociedade, e propõe novos desafios sobre as relações sociais. O autor menciona uma situação percebida de que “é realista quem se curva aos argumentos das pressões financeiras internacionais, é utópico quem argumenta pela priorização das necessidades sociais e humanas.” Dessa forma, percebendo ainda ser considerada uma visão utópica, menciona que:

“...o surgimento de novos modos de cognição, a busca de novos modos de vida – vida interior –, e um foco humanista na interação entre a tecnologia e as necessidades sociais são algumas destas dimensões pouco exploradas.” (LAZARTE, 2000)

De certa maneira, existe um consenso em identificar a cultura clássica grega como o início da sistematização do método racional, retomado a partir de Descartes, assim como os princípios da interpretação racional, analítica e fragmentadora da realidade, para facilitar sua compreensão. Uma das manifestações da fragmentação cognitiva é a divisão em áreas de conhecimento, cada uma com sua metodologia peculiar, seus ritos, estruturas de poder e valores, sendo chamada de disciplina. Esta divisão oferece a possibilidade de aprofundar em áreas de estudos específicos e desenvolver seus métodos para investigar determinados fenômenos. Segundo Lazarte (2000), a divisão disciplinar dificulta o compartilhamento das descobertas, métodos e conceitos entre áreas diferentes. Para o autor, a disciplina:

“...aliena a maioria das pessoas do acesso aos conhecimentos desenvolvidos, faz com que o desenvolvimento fragmentário do conhecimento possa levar a resultados contraditórios nas diferentes áreas, estabelece, enfim, uma barreira muito difícil de transpor no movimento de busca da síntese que se segue à análise.” (LAZARTE, 2000)

Lazarte considera que “o estudo de problemas complexos, que exige conhecimentos de várias áreas, tem levado à procura de formas de superar esta fragmentação cognitiva, a qual a realidade não tem por que respeitar.” Como primeira resposta, ocorre o enfoque multidisciplinar, em que especialistas de várias áreas se reúnem para aportar os conhecimentos específicos de suas disciplinas, relevantes para o problema estudado. A dificuldade aqui, Lazarte considera ser o diálogo entre especialistas, com linguagens, visões, propostas e conclusões diferentes. Como segunda resposta, apresenta-se o enfoque interdisciplinar. Para o autor, o enfoque interdisciplinar “permite uma reintegração dos resultados parciais em uma solução não fragmentada. Entretanto, do ponto de vista cognitivo, a pesquisa, a busca de soluções, ainda acontece na parcialidade de cada área.” A terceira proposta seria a transdisciplinaridade, como uma aproximação ao conhecimento que transcende as disciplinas, ou seja, uma visão integrativa que reconhece características específicas do fenômeno que interagem entre si, na qual Lazart comenta ser “um elemento que transcende a fragmentação cognitiva como o elemento integrador.”

Há diversas propostas em construção sobre a transdisciplinaridade, sendo elas sugeridas por alguns autores como Edgar Morin e Ubiratan D’Ambrosio. Para Edgar Morin (2001), ao analisar os princípios do conhecimento pertinente, considera que o ser humano ou a sociedade são como unidades complexas, sendo ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. Morin assegura que a sociedade comporta dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa, etc. Para o autor, um dos princípios do conhecimento pertinente, baseia-se no reconhecimento da multidimensionalidade:

“O conhecimento pertinente deve reconhecer esse caráter multidimensional e nele inserir estes dados: não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes uma das outras; a dimensão

econômica, por exemplo, está em inter-retroação permanente com todas as outras dimensões humanas.” (MORIN, 2001)

Ainda sobre as reflexões de Morin, ele comenta sobre a necessidade de movimentar o conhecimento em sentido inverso, exemplificando que a “ciência física não é puro reflexo do mundo físico, mas de uma produção cultural, intelectual, noológica.” Para o autor, “a energia não é um objeto visível, é um conceito produzido para dar conta de transformações e de invariâncias físicas, desconhecidas antes do Século XIX.” Assim, Morin considera que deva-se ir do físico ao social e também ao antropológico. Portanto, necessário enraizar o conhecimento físico, e igualmente biológico, numa cultura, numa sociedade, numa história, numa humanidade. Para o autor, a partir daí:

“...cria-se a possibilidade de comunicação entre as ciências, e a ciência transdisciplinar é a que poderá desenvolver-se a partir dessas comunicações, dado que o antropossocial remete ao biológico, que remete ao físico, que remete ao antropossocial.” (MORIN, 2001)

D’Ambrósio (2005) comenta que o conhecimento na espécie humana é o resultado da busca associada de sobrevivência e transcendência, “mas diferentemente das demais espécies, os humanos reconhecem as conseqüências dos comportamentos, projetando a sua percepção para o futuro.” D’Ambrósio reconhece o comportamento como sendo subordinado ao conhecimento, o que faz com que “a ação presente leve em consideração as conseqüências futuras, e, cuja subordinação do comportamento ao conhecimento é chamada de consciência.” O autor, admitindo a realidade como fonte primeira do conhecimento gerado de forma holística e de maneira total, considera, portanto, que “o conhecimento não segue qualquer esquema ou estruturação disciplinar.”

Dessa forma, D’Ambrósio enfoca que o acúmulo de conhecimentos disciplinares, embora necessários, tem se mostrado insuficiente na resolução dos problemas que defronta a humanidade. Para o autor, as características da disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são enfocadas da seguinte forma:



- **Disciplinaridade:** É a compartimentalização do conhecimento em clubes disciplinares que se faz obedecendo critérios fixados *a priori* e, naturalmente, somente permitindo o acesso de certos aspectos da realidade. Esse procedimento disciplinar leva a perder a visão global da realidade.
- **Multidisciplinaridade:** Acontece pela insuficiência do conhecimento disciplinar, notada no final do século XVII, fazendo surgir as propostas multidisciplinares, reunindo resultados obtidos mediante métodos de várias disciplinas. A multidisciplinaridade é a que domina os sistemas escolares, como por exemplo, o oferecimento da grade de disciplinas.
- **Interdisciplinaridade:** A complexidade dos fenômenos naturais e sociais observados deu origem a uma organização de conhecimento que transfere métodos de algumas disciplinas para outras, identificando novos objetos de estudos e criando novos métodos de pesquisa. No final do século XX começou a ser aceita como uma possibilidade educacional, mas ainda hoje encontra muita resistência.
- **Transdisciplinaridade:** De uma maneira clara, D'Ambrósio sugere a transdisciplinaridade como uma opção, a qual julga ir além das organizações internas de cada disciplina.

Para o autor, a transdisciplinaridade apresenta um enfoque holístico, que procura elos entre as peças. Nesse caso esclarece que a transdisciplinaridade:

“Não se contenta com o aprofundamento do conhecimento das partes, mas, com a mesma intensidade, procura conhecer as ligações entre essas partes. E vai além, pois não reconhece maior ou menor essencialidade de qualquer das partes sobre o todo.” (D'AMBRÓSIO, 2005)

Assim, D'Ambrósio considera que a proposta da transdisciplinaridade “substitui a arrogância do pretense saber absoluto, pela humildade da busca incessante, cujas conseqüências são respeito, solidariedade e cooperação.”

As reflexões sobre a transdimensionalidade pretendem colaborar junto ao termo sustentabilidade, o qual está orquestrado em dimensões, cujos princípios transcendem entre si, e estão identificados em múltiplas dimensões, podendo conter os

elos transdimensionais que dão a clareza para a sustentabilidade. Esta característica transdimensional da sustentabilidade se dá por considerar a indissociabilidade existente entre as várias dimensões e seus princípios e os elos mencionados dizem respeito à condução do esforço teórico e prático para a sustentabilidade.

Portanto, alguns componentes que contribuem para caracterizar a sustentabilidade poderão estar sinalizados sob os elos entre as partes para promover uma ótica sustentada na transdimensionalidade da sustentabilidade: a) ambientalmente pelos critérios das reais necessidades das transformações dos recursos naturais em bens; b) socialmente sustentável pela redução das desigualdades e pela promoção da justiça; c) culturalmente sustentável pela manutenção da diversidade de expressões; d) economicamente sustentável pelas formas de uso e consumo através da preservação, recuperação e manutenção dos recursos que se transformam em bens econômicos, e c) politicamente sustentável pela garantia da democracia de participação nas decisões.

Muito embora seja de fundamental importância as abordagens dos autores citados acima a respeito da transdisciplinaridade, pode ser aqui entendido, também, como um sinal da necessidade de maiores debates sobre os caminhos rumo à sustentabilidade.

## **CAPÍTULO 2**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS: A NECESSIDADE DE PROCESSOS**

#### **PARTICIPATIVOS**

A prática da política pública preconiza, do ponto de vista sobre o processo democrático, o aprimoramento da criação de espaços e instrumentos políticos que sejam capazes de estimular a participação dos cidadãos nos assuntos públicos, como instrumentos que permitam que a coletividade participe no planejamento e no controle social sobre a gestão da cidade.

Observou-se quanto à sustentabilidade, um discurso com ênfase no modelo político e da participação democrática, considerando o Estado e suas instituições de regulação e de planejamento como instrumentos necessários. No entanto, verificou-se a necessidade de uma política de participação democrática para promover uma ampla mobilização na sociedade organizada e nas esferas governamentais, a fim de promover a sustentabilidade em suas várias dimensões.

Dentre a grande variedade de movimentos sociais que traduzem a ação coletiva nas sociedades contemporâneas, os movimentos reivindicatórios vêm ganhando espaços de pressão no sistema político. A maioria desses movimentos que emergiram nas últimas décadas, trata de sujeitos ou grupos sociais que demandam pelas necessidades básicas, sendo no bairro ou na sua região, procurando o envolvimento, sobretudo, na participação em decisões coletivas sobre as políticas locais. Nesse processo, a sociedade organizada reflete a possibilidade de promover mudanças, tendo como horizonte a ação reivindicatória vinculada à prática da política pública, fomentando a democracia participativa, portanto, a melhoria das condições reivindicadas.

A diversidade dos movimentos sociais em termos de reivindicação à uma dada questão, como por exemplo, a ausência de instrumentos públicos no bairro, o preconceito, a exclusão social, a preservação do meio ambiente, a cidadania ativa, etc., caracterizam-se como movimentos de luta, que compõem os espaços de participação política. Embora as articulações internas sejam orientadas por motivações ideológicas,

Jacobi (1989) comenta que os movimentos sociais “procuram não subordinar seus fins aos das organizações políticas, tornando muito difícil a institucionalização nas relações com Estado, comprometendo seus próprios objetivos”. Entretanto, é de ser considerado a presença de articulações constantes de negociações entre o poder e os movimentos, uma vez que o poder local percebe que a implementação de políticas mais participativas, como por exemplo, o orçamento participativo, estabelece a sua inter-relação com associações de bairros, conselhos municipais, movimentos locais, ambientalistas, etc., estabelecendo uma prática de política pública fortalecida, transparente e concebida de forma mais democrática.

## **2.1 Alguns comentários sobre a prática da política pública**

Segundo Frey (2000), na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens de acordo com os problemas de investigações levantados, sendo eles: o que é um bom governo e qual o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade; o questionamento político referente à análise das forças políticas, que são cruciais para o processo decisório, e, por último, o interesse na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos.

O autor refere-se à avaliação sobre as estratégias para a solução de problemas específicos, como uma análise de campos específicos de políticas públicas, como as políticas financeiras, tecnológicas, sociais, ambientais e outras. Nesse aspecto, segundo o autor, a abordagem da “policy analysis” analisa a inter-relação entre as instituições públicas, o processo político e os conteúdos de política adotados, ou seja, a empiria e a prática política.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas, o autor apresenta alguns conceitos básicos da abordagem analítica da “policy analysis”, os quais referem-se a três dimensões, ou diferenciação teórica de aspectos da política, como:

- A dimensão institucional, ou “Polity”, que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político administrativo. Pode ser entendido como a dimensão da *organização político-*

*institucional*, que abrange o enquadramento jurídico das ações públicas e privadas, e a configuração geral das relações entre o Estado e a sociedade civil em todos os níveis (*polity*).

- A dimensão processual, a “Politics” que refere-se ao processo político, aos objetivos, aos conteúdos e decisões de distribuição. A dimensão do *processo decisório*, envolvendo conflitos e negociações políticas em torno de interesses e demandas econômicas, sociais e culturais, que têm expressão e solução no âmbito dos poderes públicos (*politics*)
- A dimensão material, a “Policy” referindo-se aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material. Portanto, a dimensão das *políticas públicas*, do planejamento e da intervenção governamental para atender demandas coletivas e interesses organizados em áreas sensíveis ou estratégicas, visando garantir a legitimidade política e a estabilidade social (*policy*);

Frey comenta que, na realidade política, essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente. O autor exemplifica como o descobrimento da proteção ambiental, como uma política setorial peculiar, levou a transformações significativas dos arranjos institucionais (*Polity*) em todos os níveis de ação estatal. Por outro lado, em consequência da tematização da questão ambiental, novos atores políticos (associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental, repartições públicas encarregadas com a preservação ambiental) entraram em cena, transformando e reestruturando o processo político (*Politics*).

O autor incorpora em seus estudos outro elemento importante da abordagem da “policy analysis”, o chamado “policy cycle”, o qual refere-se ao fato de que as redes e as arenas das políticas setoriais podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas. Segundo Frey, o “policy cycle” acaba se revelando um modelo heurístico, ou seja, um modelo de perguntas e respostas para a análise da vida de uma política pública. Para o “policy cycle”, o autor elabora uma divisão em fases para um melhor processo analítico, que são elas:

- Percepção e definição de problemas (agenda-setting): Interessando à análise quando um problema passa a ser um problema de policy, a partir do momento em que adquire relevância de ação do ponto de vista político administrativo,

percebido por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública.

- **Elaboração de programas e de decisão:** Em geral, a instância de decisão responsável decide sobre um programa de compromisso, negociado antecipadamente entre atores políticos mais relevantes.
- **Implementação de políticas:** Fase da “policy cycle” onde o interesse da “policy analysis” refere-se ao fato de que, muitas vezes os resultados e impactos reais não correspondem aos impactos projetados. Compara-se os resultados e os fins estipulados na formulação do programa, as ações cumpridas e as causas dos déficits de implementação, a descrição de como e a explicação do porquê. De maneira indutiva e empírica descreve-se o que acontece, quais atores atuam com quais motivos e com quais resultados.
- **Avaliação de políticas e da correção de ação (evaluation):** Apreciação dos programas já implementados e seus impactos efetivos como déficits, conseqüências para ações e programas futuros, avaliação das formas e instrumentos de ação pública e outros, denominando esta fase como de aprendizagem política.

O “policy cycle” fornece, portanto, um quadro de referência para análise processual de resolução de um problema político. Frey comenta que, segundo a concepção desse modelo, o processo de resolução de um problema consiste de uma seqüência de passos. Mas, na prática, os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa seqüência. Isso vale especialmente para programas políticos mais complexos que se baseiam em processos interativos, cuja dinâmica é alimentada por reações mútuas dos atores envolvidos. Segundo Silva e Melo (2000), na análise “policy cycle” sobre as considerações nos aspectos relativos à implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre a formulação de políticas, percebem que “a implementação é entendida fundamentalmente como um jogo de uma só rodada onde a ação governamental expressa em programas ou projetos de intervenção é implementada de cima para baixo.”

Segundo Frey, outras vertentes de pesquisa política, como o neo-institucionalismo ou a análise de estilos políticos, objetam contra essa abordagem explicativa de que nem sempre os atores políticos dispõem de preferências e interesses

claramente definidos, e que deveriam ser levados em consideração outros fatores que exercem influência no comportamento decisório, ou seja,

“isso significa que os atores políticos e sociais agem não somente de acordo com seus interesses pessoais. Também as suas identidades, ora enquanto cidadão, político, servidor público, ora enquanto engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família, influenciam o seu comportamento nos processos de decisão política.” (FREY, 2000)

As instituições, ao mesmo tempo, podem determinar posições de poder, eliminam possibilidade de ação, abrem chances sociais de liberdade e erguem barreiras para a liberdade individual. A institucionalização implica, portanto, custos graves, porque ela não representa somente a exclusão de muitas vozes, mas também o pesadelo da burocratização e das contradições que essa acarreta consigo. As instituições acabam não sendo necessariamente um reflexo de necessidades individuais ou sociais.

Segundo Frey, uma outra vertente de pesquisa designada como “análise de estilos políticos”, vem se dedicando ao aspecto do “como” da política, frisando fatores culturais, padrões de comportamento político e inclusive atitudes de atores políticos, pressupondo a repercussão na qualidade dos programas e projetos políticos elaborados e implementados. Um exemplo disso é o surgimento de novos canais de participação (conselhos populares, orçamento participativo, foros de debate etc.) na política municipal brasileira, esses por sua vez são o resultado, pelo menos em parte, da pressão político-social exercida pelos movimentos sociais e pela sociedade civil em geral. A comparação entre culturas políticas é um dos elementos centrais dessa vertente de pesquisa. Frey identifica estudos sobre “civic culture” apresentando três tipos ideais de cultura política:

- Cultura paroquial: não existe nenhuma cultura política sistêmica;
- Cultura de súditos: a população desempenha um papel passivo e mostra apenas o interesse nos resultados da política, e
- Cultura de participação: interfere de forma ativa nos acontecimentos políticos.

Para Frey, abordagem da cultura política dificilmente pode nos fornecer explicações satisfatórias e definitivas dos estilos políticos, porém, a discussão chama atenção para a variedade de elementos que devem ser considerados na avaliação dos

estilos políticos. Entre eles pode-se distinguir dois objetivos principais de estilos políticos, investigando os possíveis fatores que podem ter levado à consolidação de um certo estilo político e o resultado material do processo de decisão. É possível pensar na implementação de um projeto ou programa político específico, ora realizado por um governo de caráter mais participacionista, com ampla participação da sociedade, ora por um governo de caráter mais tecnocrata, impondo o projeto de cima para baixo.

Além do grau de consolidação democrática deve-se levar em conta outros fatores, sobretudo a cultura política e administrativa, que são responsáveis pela configuração específica das estruturas, dos processos e funções de cada sociedade.

Nesse debate pode-se perceber as possíveis interferências sobre a formulação de políticas sustentáveis, onde os canais de participação abertos às decisões locais compreendem atores cidadãos de diferentes instituições e com diferentes interesses. Tais diferenças podem ser percebidas, por exemplo, os estudos sobre os movimentos sociais, que trazem como tema central, segundo Jacobi (1989), a demanda por diretrizes sociais, a construção de um sistema de igualdade e a consolidação de uma cidadania popular. Diferentemente, quanto aos movimentos ambientalistas, segundo a análise realizada por Freitas (2000), os quatro primeiros objetivos formais estão entre a preservação e conservação da biodiversidade, a educação ambiental, a defesa do patrimônio socioambiental e as atividades ambientais sustentáveis por recomposição florestal.

Mesmo sobre as diferenças enquanto objetivos de entidades, movimentos, associações e outros, convém elucidar sobre o que Daniel (1994) comenta que “os indivíduos se relacionam, também, enquanto membros de comunidades cimentadas por variadas identidades próprias: nação, religião, preferência esportiva, pedaço de cidade em que vive etc.” Portanto, a essas afirmações, compete compreender que, em se tratando de construção de instâncias participativas para a formulação de políticas sustentáveis, através da participação de diferentes entidades, a equidade das abordagens e os caminhos para as políticas públicas podem resultar em diferentes estilos políticos.

No entanto, o estilo político do poder público local deve ser considerado enquanto políticas de descentralização e ações coletivas. A participação de entidades organizadas na formulação de políticas públicas locais requer estabelecer em qual grau



de participação encontra-se em termos de democracia participativa. Assim como a maturidade cultural da sociedade civil organizada em estar junto ao poder, em demandas por informações, consultas e decisões coletivas nas políticas públicas.

## **2.2 Considerações sobre democracia e políticas públicas**

Grazia et al. (2001) consideram quatro atores sociais responsáveis pela transformação e manutenção da natureza, sendo eles: a população, as empresas, as instituições e o governo, assim como o meio ambiente em que se encontram inseridos. Segundo os autores, esses quatro atores, ao atuarem em uma área da superfície terrestre para transformar e administrar a natureza, estruturam o meio ambiente como habitat humano. Portanto, entende-se que, para isso, é necessário criar mecanismos dentro dos governos voltados à implementação de políticas locais de participação democrática.

Reconhece-se, portanto, um déficit de políticas inovadoras que sejam orientadoras de forma democrática, através dos elos entre as partes das diversas dimensões da sustentabilidade, para que se possa implementar estratégias de políticas públicas voltadas ao bem comum.

O debate apresentado no capítulo anterior mostrou a crescente necessidade em fortalecer os espaços públicos, através da criação de novas instâncias de negociações, como fóruns de debates, associações, entre outras. No entanto, para uma efetiva participação, podemos considerar que encontramos uma democracia, ainda verticalizada e debilitada para assumir as demandas necessárias.

Marilena Chauí (2004) comenta que estamos acostumados a aceitar a definição liberal de democracia como sendo o regime da lei e da ordem para garantia das liberdades individuais. Para a autora, essa definição de democracia, por um lado, entende-se a liberdade em direito de ir e vir, vivenciando uma competição econômica de livre iniciativa e a competição política entre partidos. Por outro lado, há a limitação do poder político em defender a sociedade, identificando um elo entre os poderes judiciários e executivos para conter os conflitos sociais e estabelecendo limites. Para Chauí:

“embora a democracia aparece justificada como valor ou como bem, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, medida pelo legislativo, pela ação dos seus representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do estado.” (CHAUÍ, 2004)

Nessa perspectiva de democrática, torna-se conflitante a possibilidade de se implantar propostas que possam estabelecer ações coletivas nas resoluções de problemas, quando atrelados à burocracia técnica do profissionalismo de um executivo centralizador. Chauí percebe, nesse caso, que “os elos entre poderes judiciário e executivo, extrapolam para os processos político-administrativos locais, tornando as políticas de participação democrática limitadas pelas suas próprias falhas.” Inclui-se, nesse caso, a não percepção sobre a presença da sinergia dos interesses sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos, os quais necessitam ser considerados nas abordagens. Nesse sentido, a possibilidade de que as diretrizes das políticas públicas implantadas através de coletivos politizados e emancipados promove a ampliação da participação popular, num instrumento democrático para se chegar a um entendimento coletivo sobre quais caminhos que devem ser trilhados.

Marilena Chauí menciona duas séries de obstáculos, onde a primeira é decorrente da estrutura autoritária que bloqueia a participação e a criação de direitos, e, a segunda, é decorrente das novas ideologias que reforçam a despolitização provocada, de um lado pela fragmentação e dispersão das classes populares, e por outro lado pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado.

Quanto à implantação de políticas públicas democráticas e participativas, no que diz respeito aos valores políticos, assim como ao comportamento dos agentes politicamente responsáveis, a presença da hierarquização e a centralização desempenham papéis conflitantes para as estratégias voltadas para uma sociedade sustentável, perdendo o papel de poder transformador. A estratégia de abertura participativa colabora no exercício da função de intermediação no processo de negociação política da administração, pelo processo de discussão pública e ampla, e pela inclusão de idéias e propostas junto à sociedade.

Nesse aspecto, a descentralização do poder propõe uma sociedade civil politicamente ativa, favorecendo um modelo político de participação democrática. No entanto, a descentralização parte da necessidade de mudanças substanciais de

fortalecimento das instituições, da sociedade organizada, dos sindicatos e demais instâncias. Estes podem ser considerados alguns pressupostos indispensáveis para a promoção de novos valores junto à sociedade e uma distribuição mais justa de poder, abrindo caminhos para superar a inércia política, tanto das administrações públicas, quanto tanto da população.

### **2.3 A descentralização como condição de governabilidade e de participação**

Temas como descentralização, democracia, participação cidadã e outros são temas crescentes nas literaturas, os quais traduzem as pressões sobre governos locais para o fortalecimento das relações com os cidadãos, sobre o processo político e suas ações mais participativas.

Quanto ao papel de pessoas, como agentes de mudança da realidade, a participação requer o reconhecimento entre indivíduos ou grupos de uma sociedade, sobre a sua própria interdependência na comunidade. A participação dos cidadãos na vida política não é possível sem descentralização, ou seja, a administração deve encontrar formas para que atores sociais possam participar das realizações que lhes digam respeito. Para isso, é necessário propiciar a esses grupos mecanismos para que possam contribuir nas políticas locais. Introduzir novas formas de engajamento da sociedade através da informação, consulta e deliberações conjuntas, passa a ser o desafio nas relações entre o poder e sociedade.

No entanto, ao considerar que a noção de sustentabilidade, cujo desafio da sua construção está em fazer das camadas populares sujeitos políticos de seu ambiente material, social, econômico e cultural, de forma que passe a fazer parte dos projetos desses atores sociais, Steinberger considera a observação de Acselrad em “ser preciso caracterizar o contexto sociopolítico em que emerge o seu discurso, pois espaço, território e meio ambiente são objetos das lutas sociais, os quais os atores sociais atribuem distintos sentidos.” (Acselrad, 1997 apud STEINBERGER, 2001)

Arretche (1996) aborda os processos da descentralização como uma reordenação política e administrativa, cujas considerações atuais sobre os processos de descentralização acontecem em diversos tipos, como por exemplo, a redistribuição de

competências no interior de uma política específica, como é o caso da constituição do Sistema Único de Saúde, ou a afirmação de um maior grau de autonomia orçamentária e decisória aos governos municipais, entre outros. Para o mesmo autor, na análise do caso brasileiro, “a idéia da descentralização aparece associada à noção de rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias do Estado centralizado.” Assim, esses processos em curso são abordados sob duas ordens de processos sociais, onde o primeiro, como resposta à crise fiscal e seu impacto sobre a capacidade do Estado em desempenhar suas funções, e o segundo, como um instrumento de democratização do processo decisório das políticas públicas, em direção a formas mais avançadas de participação social.

Quanto à administração local, que busca uma maior participação de forma descentralizada e democrática, Daniel (1990) reconhece a participação popular como elemento essencial para viabilizar a combinação de instrumentos da democracia representativa à democracia participativa. O autor comenta que o cumprimento desse papel supõe certas condições, como a consideração do estágio de organização e consciência dos movimentos sociais reais e a inserção da participação no processo de transformação das relações entre a prefeitura e a sociedade local.

Outro enfoque sobre as condições de governabilidade é a noção de democracia em respeito à natureza do envolvimento dos indivíduos na gestão da vida coletiva. Assim, Arretche (1996) considera que “a presença do envolvimento dos indivíduos se distingue ao serem condicionados pelas maneiras específicas dos processos decisórios.” Nunes (1996) propõe que “pensar um sujeito territorial na sua dupla face de povo e governo pressupõe, então, pensar a organização desses dois elementos.” A essas considerações, para Leroy et al. (2002), a complementaridade está na noção de que “a sustentabilidade do país nunca será alcançada sem a sustentabilidade política, e esta realiza-se com a democratização da sociedade e com a democratização do Estado, a democratização de um como sendo condição da do outro.”

Inúmeros estudos têm sido desenvolvidos globalmente em relação ao fortalecimento de processos participativos. O Logolink se destaca como uma rede global de atores provenientes de organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa e governos, que trabalham para fortalecer a participação na governança local. O Logolink foi fundado pelo Programa de Sociedade Civil e Governança da Fundação Ford e coordenado pelo Institute of Development Studies na Universidade de Sussex, Reino

Unido. Na América Latina, a instituição representante do Programa está a cargo do Instituto Polis, no Brasil. Nessa rede, alguns trabalhos foram observados, entre eles o de John Gaventa, que apresenta os princípios de Democracia Deliberativa Empoderante.

Quanto ao conceito-chave de descentralização proposta nessa rede, é apresentado por McGee et al. (2003) mencionando sobre a definição formulada por Conyers (1990), citado por Nierras et al. (2002) como sendo a descentralização:

“a transferência de poder e/ou autoridade para planejar, tomar decisões e/ou administrar funções públicas em um nível mais alto de governo para um mais inferior.” (McGEE et al., 2003)

No entanto, quando as autoridades locais são democraticamente eleitas e total ou amplamente independentes de governo central, pode ser feita a referência em descentralização democrática. Nesse caso, a governança local democrática recebe a seguinte definição:

“A autoridade significativa delegada às unidades locais de governança que são acessíveis e responsáveis com relação ao conjunto dos cidadãos locais, que desfrutam de plenos direitos políticos e liberdade.” (McGEE et al., 2003)

Nesse aspecto, Gaventa (2001) considera algumas propostas relacionando os termos descentralização e democracia como termos voltados para o fortalecimento da participação cidadã, cuja condução dos significados da cidadania e da participação se dá pela relevância sobre o local.

A primeira das propostas para a descentralização democrática, mencionando como um desafio fundamental para o século XXI, baseia-se sobre a construção de novas relações entre as pessoas comuns, especialmente os pobres, e as instituições que influenciam sobre as suas vidas, sobretudo as de governo. O autor identifica nas literaturas a importância dos avanços nessa área, que ao mesmo tempo levantam e identificam alguns desafios comentando que:

“A evidência empírica da crise do relacionamento entre cidadãos e seus governos não é limitada apenas ao Sul. Em vários países de democracia consolidada, formas tradicionais de participação política deterioraram-se

e estudos recentes mostram claramente a enorme descrença que os cidadãos têm nas instituições do Estado.” (GAVENTA, 2001)

A segunda proposta de Gaventa se encontra na reconstrução das relações entre cidadãos e governos para focar suas intersecções através de novas formas de participação em ambos os lados, para a interlocução e prestação de contas. O autor considera haver, com a queda da legitimidade das instituições públicas, um ataque contra o Estado pela desregulamentação, privatização, redução dos serviços sociais e corte dos gastos das estatais, no lugar de promover a participação, a interlocução e formas mais efetivas de intervenção democrática. Gaventa comenta que “tantos outros autores argumentam que as formas institucionais de democracia liberal, juntamente com uma administração tecno-burocrática, parecem cada vez menos adequadas para enfrentar os novos problemas no século XXI.” Dessa forma, entende-se que, ao se aprofundar em busca de uma governança democrática, há uma divisão no sentido de que, de um lado, prover a atenção ao fortalecimento de processos de participação cidadã em as pessoas expressarem através de novas formas de inclusão, consulta e mobilização. Por um outro lado, prover atenção de como fortalecer o processo e cobrar políticas de mudanças no desenho institucional dessas instituições para uma boa governança. Assim o autor comenta que:

“Na medida em que os enfoques participativos passam do nível de projetos para o nível das políticas, eles inevitavelmente entram em arenas de governo e percebem que a participação somente pode ser efetiva caso o processo esteja articulado com mudança institucional.” (GAVENTA, 2001)

Um terceiro enfoque de proposta por Gaventa, trata-se de repensar a expressão e reconceituar participação e cidadania. Dessa forma, o autor menciona um crescente número de mecanismos sendo explorados no sentido de impulsionar formas mais inclusivas e deliberativas de interação entre o cidadão e o governo, cujos mecanismos variam entre governança participativa e democracia deliberativa. Também, um terceiro mecanismo pode ser citado como o da Democracia Deliberativa Empoderada. A esse mecanismo, Fung & Wright (2001) apud Gaventa (2001) comentam de forma a definir na maneira de que seja:

- **Democrática**, na medida em que confia na participação e nas capacidades das pessoas comuns.
- **Deliberativa**, porque institui a tomada de decisões a partir de argumentações amparadas nas necessidades.
- **Empoderante**, desde que eles tentem vincular ação com discussão.

A quarta proposta defendida por Gaventa percorre sobre o sentido de que, embora haja a busca por novos processos democráticos na governança local, faz-se necessário que haja o aprendizado sobre como eles funcionam, para quem e com quais resultados de justiça social. O autor menciona a existência de estudos recentes de formas participativas de governança local, que apontam resultados positivos sobre alguns exemplos onde, verdadeiramente, a descentralização participativa contribuiu tanto para melhorar equidade, quanto a eficiência dos serviços locais.

Sobre experiências democráticas mais otimistas, o autor comenta sobre o trabalho de Heller, onde os resultados dos processos democráticos mostraram uma sinergia entre Estado e sociedade na governança local, onde foram apontados os seguintes fatores, segundo Heller (2001) apud Gaventa (2001):

- Cria novos espaços e incentivos associativos
- Possibilita um processo de aprendizagem contínuo e dinâmico
- Promove a deliberação e a negociação
- Promove soluções inovadoras para as tensões entre representação e participação
- Cria pontes de conhecimento e autoridade entre as especialidades dos tecnocratas e o envolvimento local

A quinta proposta refere-se à construir condições para o êxito, no sentido de que as estratégias de intervenção efetiva devem iniciar-se com como criar as condições de pré-requisito necessárias para a governança participativa ter sucesso. Nesse sentido, o autor menciona que casos de êxitos encontrados na governança participativa local são limitados a poucos lugares e que, muitas vezes tais êxitos, refletem contextos e condições que dificilmente são encontradas em outros lugares. Citando o exemplo de estudos recentes no Brasil, Índia e na África do Sul, em que

foram identificadas três condições que possibilitaram a governança participativa, segundo Heller (2001) apud Gaventa (2001):

- Forte capacidade do Estado central
- Uma sociedade civil bem desenvolvida
- Uma força política organizada, podendo ser um partido, com fortes características de movimento social.

Para melhor conhecimento quanto aos mecanismos da Democracia Deliberativa Empoderada (DDE), Gaventa revê o trabalho de Fung e Wright, apontando três princípios fundamentais para a DDE, e três princípios de desenho para constituição institucional, como importantes pontos de partida para estratégias de construção de sociedades democráticas. Os princípios de Democracia Deliberativa Empoderante são apresentados da seguinte forma (Fung & Wright, 2001 apud GAVENTA, 2001):

- Focar-se em problemas específicos, tangíveis;
- Engajamento da população comum afetada por estes problemas e os funcionários públicos próximo a eles, e
- Desenvolvimento deliberativo de soluções para esses problemas.

Quanto aos princípios de desenho institucional, são eles segundo os mesmos autores:

- Devolução de autoridade para a tomada de decisão pública;
- Vinculação formal entre responsabilidade, distribuição de recursos e comunicação, e
- Uso e geração de novas instituições estatais que apoiem e orientem esses esforços.

No entanto, para a construção de processos democráticos assentados em práticas e princípios, o autor ainda argumenta que “o trabalho sobre a construção da democracia local precisa estar conectado com o trabalho de empoderamento”.

A sexta e última proposta formulada por Gaventa vem relacionada sobre o questionamento do local na era da globalização. Para o autor, o local e os temas relacionados à participação e ao empoderamento apresentam-se como pontos cada vez



mais freqüentes no discurso do desenvolvimento. No entanto, o local assume vários significados políticos conflitantes, como também, um conceito problemático considerando o aumento do grau de globalização. As razões do questionamento referem-se sobre como os conceitos de participação local estão sendo incorporados pelo discurso do desenvolvimento. Gaventa, mencionando os autores Mohan e Stokke sugere que:

“O consenso paradoxal sobre o papel da participação local num mundo globalizado está repleto de perigo. Participação local pode ser usada para diferentes propostas de vários atores ideológicos. Pode afundar o papel do Estado e dos detentores de poderes transnacionais e pode evidentemente, ou inadvertidamente, impor soluções eurocêntricas para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Esta é uma necessidade para a análise crítica dos usos políticos do local, e também a necessidade de desenvolver um imaginário político que não reproduza essa fraqueza.” (Mohan e Stokke, 2000 apud GAVENTA, 2001)

Evidentemente que quanto ao local, Gaventa refere-se a locais sob o aspecto macro, ou seja, enquanto nações. No entanto, suas considerações refletem em observações que podem ser usadas sob o aspecto micro, como em governanças municipais.

Nesse caso, a extensa argumentação encontrada no discurso de participação, reflete sobre a necessidade em examinar criticamente como e para que propósitos se está sendo construída, e desenvolver uma análise clara sob quais condições do discurso predominante cria-se espaços para a participação. O autor propõe que possamos avaliar de forma a perseguir a legitimidade da participação na percepção de:

“quando o envolvimento de várias instituições que estão promovendo o discurso da participação irá ampliar as oportunidades para a construção da democracia genuína no nível local e embaixo de quais condições e irá ocorrer o risco da cooptação e da legitimação do *statu quo*?” (GAVENTA, 2001).

Percebe-se que, enquanto descentralização e participação local, a questão central passa em como construir os processos participativos locais e promover vínculos democráticos e transparentes entre atores. Gaventa menciona haver um envolvimento

duplo, o qual pode ser entendido como uma reforma local para cima e a reforma global para baixo. Dessa forma, as reflexões expostas ampliam as atenções sobre os temas da participação e descentralização como oportunidade de redefinir e aprofundar os significados da democracia, no sentido de assegurar os direitos de uma cidadania inclusiva.

#### **2.4 Considerações sobre processos democráticos e participativos**

Silva e Melo (2000) ao reconhecer a participação da sociedade como essencial à vida democrática e fundamental para o controle social da ação do governo, comentam que “contribuições recentes têm enfatizado a importância de se incorporar grupos envolvidos pelas políticas e nela interessados ao processo de formulação e implementação.” Grazia et al. (2001) complementam, como exemplo, as experiências de orçamento participativo que colocam em cena pública os canais de participação popular, na medida em que este instrumento provoca a discussão e deliberação pela sociedade acerca das prioridades de investimento público. Segundo Maricato (1997), “o orçamento participativo visa substituir o morador, que tem uma relação alienada com os destinos da cidade, pelo cidadão informado.” Pode-se perceber que em face ao desenvolvimento do diálogo e da negociação, a representação da cidadania no cotidiano das ações públicas tende a se estender para o conjunto das políticas, que segundo Acsegrad (1999) “justificam estruturas que favorecem a realização de pactos de atribuição de sentido à duração das cidades, não só em sua materialidade, mas como institucionalidade sociopolítica.”

Grazia e Queiroz (2001) percebem a ausência da questão urbana na agenda política nacional a falta de interlocutores claros, e a inexistência de uma instância nacional de negociação entre os atores. Tal situação vem a prejudicar a atuação dos governos locais e a participação dos atores sociais na formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a cidade. Os autores esclarecem que o poder local é considerado como “espaço privilegiado para a mobilização e politização da sociedade, além de eleito por partidos de oposição e pela produção acadêmica como

lugar prioritário para construir e experimentar a democratização da esfera local, por meio de novas formas de governar em diálogo/negociação com a população.”

A democracia, nesse sentido, estabeleceria fundamentos para que governos e sociedade pudessem, juntos, criar condições de governar para todos. No entanto, a democracia que nos é imposta, parece desconhecer o sentido da participação cidadã, mantendo-se uma democracia restrita, regulada, e manipulada pelos interesses da maioria. Essa visão questiona a própria perspectiva de democracia, sendo que o equívoco maior é a oposição da participação da sociedade restringindo a cidadania.

Marilena Chauí menciona o pensamento de democracia fundada na compreensão social pela perspectiva das lutas de classe, onde a ênfase recai na prática da participação, em que segundo a autora, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos seus representantes. Chauí (2004) caracteriza a democracia de forma a ultrapassar a idéia de regime político, identificado à forma de governo, tornando-a como uma forma geral de uma sociedade. Apresentado de forma sintética, a autora considera a democracia como:

- Uma forma geral da existência social que uma sociedade dividida internamente em classe estabelece as relações sociais, os valores, os símbolos e o poder político a partir da determinação do justo e do injusto, e entre outras coisas, do possível e do necessário e da liberdade e da coerção.
- Uma forma sociopolítica definida pelo princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, sendo que ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores diretamente numa democracia participativa ou indiretamente numa democracia representativa.
- Forma política na qual o conflito é considerado legítimo e necessário, considerando que a democracia não seja um regime de consenso mas do trabalho dos e sobre os conflitos.
- Forma sociopolítica que enfrenta as dificuldades acima mencionadas, conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e da existência real das desigualdades. Os direitos civis devem ser sobredeterminados por direitos econômicos e sociais, significando que a democracia não se limita a garantir direitos, mas criar novos direitos sendo um regime político aberto às mudanças.

- Única forma sociopolítica onde o caráter popular do poder evidencia-se nas sociedades de classes, contra a cristalização jurídico-política, que favorece a classe dominante. A cidadania se constitui pela criação de espaços sociais de lutas e pela instituição de formas políticas de expressão permanente de garantia dos direitos.
- Forma política pela qual a distinção entre o poder e o governante em que deixa claro que a existência de eleições não significa alternância de poder, mas assinala que o poder está sempre vazio e que tal poder tem a sociedade como detentora.

A democracia caracterizada por Chauí permite conceber um regime político de direitos instituídos e criados no interior do tecido social, como retorno aos espaços também sociais de lutas por reivindicações de uma sociedade mais democrática. Para a autora, “a anulação de privilégios e carências anulam as desigualdades sociais, econômicas e políticas pela manutenção dos princípios de igualdade e de liberdade como uma marca de uma democracia moderna.” Tal formulação de regime democrático passa a dispor de meios de regulação e monitoramento de forma a prover a percepção social das prioridades, das opiniões, da sociabilidade coletiva.

Diversos obstáculos são colocados pela autora para a consolidação de uma democracia social em oposição à uma política liberal consolidada. Incluem-se em obstáculos à democracia, as relações hierárquicas as quais são sustentadas ainda nas instituições sociais como na religião, na família, na escola, no trabalho, etc. reproduzindo o sentimento de subalternidade entre as classes populares, resultando na naturalização das desigualdades econômicas, sociais e étnicas.

Quanto à democracia e participação, Santos Júnior (2005) considera ser preciso reconhecer as novas e velhas práticas, onde papel do poder público e a atuação de novos atores sociais vêm re-configurando os mecanismos e os processos de tomada de decisões. O autor comenta sobre um novo regime de ação pública descentralizado, “no qual são criadas novas formas de interação entre o poder público e a sociedade, através de canais, mecanismos de participação social, principalmente em torno dos conselhos de gestão.”

Ao entendimento do que seja a democracia, o autor parte da concepção onde o regime democrático apresenta duas dimensões fundamentais. A primeira, por ser

um regime representativo de governo, implicando em eleições competitivas. A segunda é a garantia que o sistema delega à algumas liberdades e direitos fundamentais, que definem a cidadania política, cujas bases são as associações e organizações da sociedade civil, com base na constituição de agentes, que também é parte constitutiva da cidadania civil e social. Portanto, na democrática, na forma de competição pelo poder através de eleições, Santos Júnior (2005), menciona que a garantia de direitos da cidadania política depende de dois aspectos, quais sejam “o grau de inclusão social e a existência da cultura cívica e a conformação de esferas públicas de interação entre governo e sociedade.”

Nesse caso, implica na habilidade de atores agentes de governo e da sociedade civil organizada, na construção de espaços pela formulação de uma governança descentralizada. Pode-se desejar que a ampliação da participação popular possa se aprofundar numa articulação maior de participação cívica e política, permitindo que haja a possibilidade de transcender a democracia representativa para uma democracia participativa.

Em alguns governos de esfera municipal, percebeu-se que vem ocorrendo o exercício da cidadania política com espaços de participação, como as experiências de orçamento participativo, conselhos municipais mais ativos, e outros. Considerando a democracia representativa como competidora e um modo indireto de os cidadãos exercerem poderes, a satisfação dos cidadãos depende, inicialmente, do grau de responsabilidade dos representantes escolhidos, o que pode conduzir ao envolvimento político dos cidadãos.

À esse debate pode-se retomar os trabalhos do Logolink, já mencionado anteriormente, através do seu relatório síntese sobre os marcos legais para participação cidadã. Segundo McGee (2003), as formas de democracia participativa envolvem cidadãos na tomada de decisão e deliberação, e embora elas geralmente não levem a decisões finais formais, são melhores do que as formas representativas de democracia para revelar as preferências do povo. Nesse caso, podemos compartilhar com as reflexões do autor, onde os mecanismos para participação política são usados para fornecer “possibilidades reais para o enriquecimento da vida política e administrativa do local, bem como para melhorar a capacidade de resposta dos serviços públicos às necessidades dos cidadãos.”

Espaços como fóruns, associações, etc. são considerados como espaços em que a sociedade possa ganhar conhecimentos e habilidades para colaborar junto aos governos a controlar e a responder os problemas, conduzindo à uma democracia participativa de forma delegada. Através de novas formas de inclusão, consultas e mobilização concedidas para informar e influenciar as instituições políticas, a democracia participativa delegada pode ser considerada como:

“A reestruturação de instituições democráticas de forma a incorporar inovações que trazem à tona a energia e a influência de pessoas comuns, geralmente retiradas de camadas mais inferiores da sociedade, para solução dos problemas que as incomodam.” (Fung e Wright, 2001 apud McGEE, 2003)

McGee acrescenta que sobre as definições acima, está o conceito de deliberação como um mecanismo que enriquece a democracia participativa, onde a deliberação surge das preocupações com os direitos dos cidadãos em participar e com o que o povo pode fazer pela democracia. Nesse caso, a democracia deliberativa enfatiza:

“Trazer à tona ampla participação pública em um processo que fornece aos cidadãos uma oportunidade para considerar os assuntos, ponderar alternativas e expressar um julgamento sobre que política ou candidato é preferido. Isto é diferente dos modos comuns, fracos, de envolvimento público pela liberdade e qualidade de participação.” (Weeks, 2000 apud McGEE, 2003)

No entanto, a autora menciona que “embora democracia participativa, delegada e deliberativa sejam sempre termos concorrentes em ciências políticas e debates de governança, até o momento não passam de aspirações”.

Termos como participação, participação política, são termos importantes como ponto de referência para as diferentes formas de democracia, cujo termo participação abrange uma variedade de abordagens. McGee nota que a observação crítica da prática, junto com avanços conceituais refinou a compreensão das diferentes intensidades ou níveis de participação propiciados aos participantes em uma determinada instância. Nesse caso, sobre o contexto de participação em processos de construção de políticas ou tomada de decisão política, nas pesquisas realizadas pelo Logolink, a sistematização do conhecimento existente sobre como funcionam na prática

os processos de participação, a escada básica elaborada para indicar formas foi a seguinte:

- trocas de informações;
- consultas;
- tomada de decisão conjunta, e
- iniciação e controle pelas partes interessadas.

Nesse caso, McGee (2003) observa dois pontos:

- Em primeiro lugar, o que se refere à participação algumas vezes consiste em nada mais do que no fornecimento de informações de um ator para os outros, com os últimos sendo referidos como participantes, e, freqüentemente, consiste em um ator consultando outros sobre seus pontos de vista, sem nenhuma obrigação de incorporar os pontos de vista expressos.
- Em segundo lugar, a força das relações entre participantes ou partes interessadas e o potencial politicamente transformativo de sua interação diferem consideravelmente entre um nível de intensidade e outro.

Gonzalez (1996) considera os níveis de participação, em informação, consulta, iniciativa, fiscalização, concertação, decisão e gestão. Como trocas de informações, é considerado o conjunto de dados, fatos, noções e mensagens através dos quais os participantes conhecem e interpretam uma situação. Como consulta, o autor considera como o procedimento mediante o qual os participantes opinam sobre todos ou alguns dos aspectos de um problema ou situação. Essa opinião se constitui em um elemento de juízo para a tomada de decisão. Decisão é a adoção de uma idéia ou forma de atuação sobre um problema, escolhida a partir da formulação de duas ou mais alternativas. Para o autor, a gestão é a administração de um conjunto de recursos de natureza muito diversa, destinada a executar as ações necessárias para obter um resultado final.

Portanto, pode-se buscar compreender os níveis de participação e as formas de abordagens que são manifestadas em gestões mais democráticas, incluindo a descentralização, assim como a relação entre os cidadãos e agentes do governo local.

No entanto, há vários entraves para a consolidação da participação da sociedade civil. Para Sampaio (2005), o Fórum Mundial Social recebe uma relevância, onde “se exercita a construção, num diálogo mundial, de formas de participação que irão quebrar o mundo do neoliberalismo”. Participar politicamente ainda é uma meta, pois,

“significa, fundamentalmente, tomar parte das decisões sobre políticas públicas. Consiste formar uma opinião sobre a decisão do Estado; em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou, até hoje, a plena participação política de seus cidadãos.” (SAMPAIO, 2005)

Sampaio comenta que a ampla inclusão e a alta participação são processos que dizem respeito às condições de funcionamento da dinâmica democrática. Para um novo modelo democrático, o grau de desigualdade social no Brasil, segundo o autor, “é gerador de situações que bloqueiam ou dificultam as possibilidades de ampla habilitação/inclusão social requeridas para a instituição de governos baseados nesse modelo de governança.”

Sendo assim, passa a ser imperativo gerar condições para o enfrentamento sobre as desigualdades sociais, como condição para a participação e para a efetividade da democracia. Contudo, maiores obstáculos são percebidos, como exemplo, ao que Bava (2001) menciona que “vivemos em uma sociedade regulada pela lógica do mercado, impondo os padrões individualistas, privatista, competitivo, concorrencial, que desrespeita o interesse público e a ética democrática.” Nesse cenário, o autor percebe que são poucas as condições para que a sociedade possa promover novos padrões democráticos, inovações políticas que criem espaços públicos à novos atores políticos. A história de lutas sociais e suas conquistas, para o autor, são importantes acontecimentos a serem resgatados para que se reconheça que “o fundamental do desenho das sociedades é a ação coletiva dos seus cidadãos.”

Sobre algumas experiências de participação cidadã nos governos locais, Bava (2001) comenta que deve-se alertar pois também ocultam seus significados. Segundo o autor, “se é verdade que em muitos casos elas constroem novos espaços públicos e novas formas de exercício de cidadania, também é verdade que nem sempre



elas são virtuosas e servem ao fortalecimento da democracia.” Enquanto participação, o autor percebe que

“muitas delas apropriam os espaços como mecanismo de cooptação e de controle político, de forma que as experiências prestigiam a imagem dos governantes, desarticulando a capacidade de pressão de importantes setores da sociedade, e mantém sob controle as manifestações e demandas populares.” (BAVA, 2001)

A formulação e execução das políticas públicas têm em suas implicações determinados pactos entre a sociedade, de forma que possam contribuir para a abertura para as reais transformações. Segundo Leroy et al. (2002), “as condições estão colocadas sobre os diferentes setores, os quais devem aceitar negociar, e, portanto sacrificar algum interesse particular, e que esses setores se comprometam e se engajem nas políticas pactuadas.” Sobre tais condições, os autores as diferenciam das políticas governamentais de alcance reduzido, para políticas estratégicas de longo prazo, onde esta última apresenta como finalidade “a possibilidade da existência de uma sociedade em que todos tenham a cidadania reconhecida, condições de equidade social e de reprodução da vida e da sociedade de maneira ecologicamente saudável e socialmente justa.”

Franco (2000), ao discorrer sobre consensos de desenvolvimento local integrado e sustentável, aponta para o que diz respeito às condições políticas e institucionais onde “se exige um sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação Estado e sociedade.” Isso pode ser entendido como a inclusão de processos participativos em políticas públicas em que

“o primeiro objetivo da sustentabilidade supõe o fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias, a redistribuição a elas de recursos e de informação para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão.” (LEROY et al., 2002)

Assinalam os autores que “não por acaso, as idéias de redes, fóruns, grupos de trabalho, articulação, estão sempre presentes, mostrando que, à amplitude e à complexidade dos desafios, a sociedade responde com estratégias que juntam vários atores.”

Segundo Frey (2001), a participação popular torna-se peça fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. Considera o autor que se pode distinguir duas orientações distintas dentro da abordagem política de participação democrática: “primeiro, uma vertente que enfatiza a própria luta do povo, mais especificamente dos excluídos contra o poder predominante das elites tradicionais, e segundo, uma vertente que se concentra na idéia e na suposta força da sociedade civil e na necessidade da criação de uma esfera pública, que deveria tornar-se força motriz do sistema político e a força transformadora dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável.”

A tendência atual da sustentabilidade tem em seu desafio a criação de espaços participativos que sejam capazes de estimular a cidadania em direção aos assuntos públicos. As reivindicações e propostas dos diversos setores da sociedade devem manter o diálogo crítico, de forma que a comunidade, as associações, as entidades de classe e demais instituições possam compartilhar sobre as decisões locais. A sustentabilidade demonstra a sua extensão sobre as inovações de práticas administrativas que podem resultar em melhoramentos através da implementação de política de co-responsabilidade e de interdependência. A prática da política de conexões entre a comunidade, a sustentabilidade e o poder implica em laços mais fortes de diálogo.

Portanto, é preciso uma atuação constante da sociedade e de políticas que estimulem a participação e a ampliação democrática por parte do governante, fortalecendo a capacidade dos cidadãos de se auto-governarem na vida coletiva.

## **2.5 A organização em sociedade e formas de participação**

São diversas as abordagens que permitem compreender o papel dos movimentos sociais. Uma delas é a de Jacobi (1989), que comenta que no processo que determina a emergência de uma ação coletiva organizada, estão envolvidos diversos aspectos: “a sua base social, os agentes externos, assessores ou articuladores sociais, os valores de referência, a noção de carência e necessidade e a concepção de transformação social.” De acordo com Scherer-Warren (2001), encontra-se, também o movimento

social como “um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis as relações familiares, comunitárias, societárias, no local, no nacional e no planetário.”

Na análise dos movimentos sociais, quanto ao modo pelo qual os valores se materializam em ações, Habermas (1990) apud Alonso e Costa (2002) percebe que são estudos sobre gêneros de protesto social e ativismo político onde a questão da sustentabilidade, o movimento ambientalista se ancora nos últimos anos. Nesse caso, "o movimento ambientalista seria um dos novos movimentos sociais, resultantes das tensões estruturais da sociedade ocidental, reações defensivas contra a intrusão do Estado e da economia no mundo da vida.”

Scherer-Warren (2001) identifica os Novos Movimentos Sociais (NMS) por uma multiplicidade de novos sujeitos com especificidades diversas, que vêm se fortalecendo por meio de inovadoras formas de participação na esfera pública, sendo o associativismo civil, uma das formas de participação. Para o autor, as associações civis são compreendidas como:

“formas organizadas de ações coletivas, empiricamente focalizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, etc.”  
(Scherer-Warren, 2001)

São inúmeras formas de organizações que possibilitam que o coletivo de cidadãos fortaleça a convivência política de participação, abrindo espaço e gerando processos participativos para um constante exercício de cidadania. Entre essas formas de organizações, Scherer-Warren oferece uma tipologia que, dentre as diversas formas apresentadas pelo autor, algumas são relatadas aqui de forma sintética:

- a) Associações comunitárias: por onde os moradores encaminham suas reivindicações. Podem ser associações de amigos de bairro, de moradores, de favelados, etc.
- b) Associações de classe: sindicatos, associações de profissionais que lutam pela defesa de interesses de uma categoria específica de trabalhadores. Muitas vezes coadunam a defesa meramente corporativa de uma categoria com lutas políticas mais abrangentes pela cidadania, como, por exemplo, no denominado sindicato-

cidadão, que em muitos locais coordenou a Campanha do Betinho e, mais recentemente, trabalha-se para a formação de redes de solidariedade, articulando o associativismo civil em torno de questões de gestão pública local nos municípios.

- c) Mútua ajuda: grupos de ações de solidariedade para minimizar a carência de segmentos sociais específicos como idosos, crianças de rua, atingidos por enchentes, etc. Situam-se, freqüentemente, na fronteira da filantropia e do assistencialismo. Incluem-se atividades de mutirão urbano, cooperativas de serviços para enfrentar os processos de exclusão.
- d) Organizações não-governamentais: As ONGs, que trabalham a serviço de outros grupos carentes ou em prol da defesa ou conquistas em torno de problemas específicos, como meio ambiente, mulher, negro, etc.

Quanto às práticas dessas organizações em termos de articulação das reivindicações, lutas pela cidadania, para Scherer-Warren (2001), o movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização, e que passa a ser “um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais.” Um exemplo citado pelo autor é o movimento ecológico por “um conjunto de práticas e valores que transcende as ONGs ou grupos de ecologistas e que tem repercussão no tecido social, do cotidiano à esfera pública.”

As relações sociais ou diálogos com a sociedade civil, com os poderes constituídos pelo Estado e com as forças de mercado, como caráter reativo e pró-ativo, segundo Scherer-Warren, encontram-se em dimensão crítico/contestatória, por ações de denúncia, protesto, discriminação, etc. Em dimensão solidarista/cooperativista têm-se as redes de economia solidária e, entre outras coisas apontadas pelo autor, as parcerias para gestão de políticas sociais e públicas. A dimensão propositivista/utópica refere-se a proposta de novos direitos, de reconhecimentos culturais, construção de uma utopia para a transformação social, sistêmica ou civilizatória.

Em termos de participação em políticas públicas, sob a dimensão solidarística/cooperativa de parcerias para gestão de políticas, Scherer-Warren comenta ser necessário constante avaliação dos representantes da sociedade civil para que sua participação não seja apenas usada como “uma forma de legitimação dos desejos e

interesses do poder instituído.” Os espaços podem ser muitos, como conselhos setoriais, orçamento participativo, fóruns, etc. No entanto, o autor comenta que:

“na tradição cultural política brasileira, predominantemente autoritária e elitista, a preempção/apropriação das alternativas mais populares sempre foi a regra das elites no poder, embora justificada por discursos pseudodemocráticos.” (SCHERER-WARREN, 2001)

Nesse caso, Scherer-Warren menciona as observações em Broadbent (1998) em que estabelece quatro possibilidades de resultados dessas parcerias dos movimentos sociais nas políticas públicas. São elas:

- Sucesso: através de reforma ou revolução;
- Cooptação: participação simbólica nas políticas da elite, mas sem conseguir reformas substantivas nas políticas sociais;
- Preempção/apropriação: autoridades introduzem reformas que visam afastar a racionalidade dos movimentos sociais e enfraquecê-los, e
- Fracasso: rejeição e aniquilamento de propostas.

A seguir estão algumas condições que movem a dificuldade de participação da sociedade nas políticas públicas, segundo Fontes (1997) e Scherer-Warren (1999) apud Scherer-Warren (2001).

- A cultura política, que perpassa a esfera governamental e tradições da sociedade civil;
- Na esfera governamental, pode ser lembrado o poder de controle burocrático-administrativo da máquina do Estado, mantendo o controle da informação, etc., não facilitando a participação da sociedade civil;
- A falta de recursos para as políticas sociais, desestimulando o interesse pela participação popular;
- A determinação de prioridades por canais clientelísticos, fisiologistas, partidários, etc;
- Política de preempção/apropriação pelo estado de iniciativas da sociedade civil, descaracterizando-as;

- A precária publicização do poder público, mesmo nos casos em que as parcerias são implementadas.

Pode-se perceber que, comumente, as decisões do poder público local são tomadas por influências das diferentes forças sociais e políticas. A atuação das entidades nos canais de participação é fundamental para que os interesses da maioria sejam vistos, discutidos e percebidos que fazem parte de demandas coletivas. A burocratização presente nas administrações municipais faz parte dos entraves, assim como, a cultura política de autoritarismo são percebidas nas relações, não somente entre agentes de poder, mas como também na sociedade civil.

Percebe-se a possibilidade de que os governos locais podem modificar seus estilos de gestão em termos de relações com a sociedade local. Considerando que a participação pressupõe uma relação de troca entre a gestão municipal e a sociedade, em que nessa relação constroem-se conhecimentos coletivos sobre os problemas, é fundamental o estímulo à organização entre governo e sociedade para que se redefina as relações poder/sociedade. Nesse caso, a dinâmica política pela prática da comunicação mútua, colabora no estabelecimento de uma rede entre os vários saberes, estabelecendo os elos transdimensionais entre os atores, de como se relacionam e como atuam.

A noção de participação traz diferentes entendimentos e é marcada pela população excluída, criando mecanismos para integração de grupos sociais. Portanto, a participação é uma forma de intervenção social, que permite o compartilhamento das situações a partir dos interesses coletivos. Dessa forma, a participação exige condições objetivas em exercer a cidadania pela garantia dos direitos. Exige, também, condições subjetivas, pelo conjunto de motivações do ponto de vista dos interesses individuais dos atores.

Sawaia (2001) observando o ser da participação, comenta a evidência sobre a sua polissemia, cujas formas de participação variam:

- de intensidade: desde a simples adesão até a absorção do indivíduo;
- de espacialidade: participação face-a-face, anônima, virtual, local/global;
- de motivo: por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto e
- de temporalidade: longa duração, imediata.

O autor ainda propõe que essa variedade de atributos não é suficiente para explicar os diferentes usos da palavra participação. Para o autor, os atributos mencionam a qualidade de participação, que diz respeito à função social: excludente ou integrativa. Sawaia (2001) frisando Marx comenta sobre as políticas de participação excludentes, ou seja, uma forma de participação-exploração, em que uns extraem benefícios da participação do outro, como um pseudobenefício garantido pelo Estado protetor em poder gerenciar os assuntos de seus interesses.

Essas condições mostram os desafios que se colocam para as práticas participativas pelo domínio dos interesses privados sobre a participação na formulação, no controle e na decisão sobre as políticas públicas. Romper com essa estrutura passa pela transformação do poder corrompido por práticas clientelistas e autoritárias, assim como pela formulação de espaços e canais que gerem processos participativos efetivos. Por outro lado, a participação da sociedade nas decisões coletivas, traz como um dos resultados a legitimação do governo local, pela forma democrática de ser conduzida as dificuldades enfrentadas pelos atores da sociedade civil para uma legítima participação na esfera pública.

## **2.6 Exemplos de gestões mais democráticas e as limitações por conflitos**

Os debates apresentados demonstraram inúmeras questões sobre processos participativos, mostrando a necessidade de uma formação cultural de participação mais efetiva. Percebe-se que algumas experiências em gestão municipal mais democráticas apontam a emergência desse caminho. Mesmo que tais experiências sejam voltadas a poucos municípios, mostram a tendência à inovação nas políticas locais. Essas iniciativas conduzem para um envolvimento mais descentralizado, indicando caminhos à participação nas decisões e propõe uma nova relação entre a esfera pública e a sociedade.

A essas mudanças são necessárias constantes avaliações para garantir a dinâmica do poder público e a sociedade civil, de maneira que os espaços de discussões disseminem as informações, e que possam ser consideradas como instrumento para a

tomada de decisão conjunta, fazendo com que a sociedade organizada e o poder público possam se educar politicamente.

No âmbito desta pesquisa, durante o levantamento bibliográfico, não foi possível encontrar literaturas pertinentes à pesquisa sobre as relações entre entidades representantes da sociedade civil e a administração pública local, enquanto apropriações de dimensões da sustentabilidade e participação, em referência à formulação de políticas públicas sustentáveis. No entanto, algumas discussões podem ser revistas em trabalhos publicados, os quais apontam para projetos realizados com sucessos, alguns conflitantes, assim como a abordagem sobre as limitações pelos conflitos.

Silveira et al. (2001) comentam sobre algumas iniciativas com caráter anti-exclusão para o desenvolvimento local e alguns parâmetros de políticas públicas. Os autores buscaram verificar a possibilidade desses projetos, programas ou iniciativas, de serem inovadores, transformadores de novas relações, ou se pontuais sem maiores alterações. Sobre os referenciais estratégicos para políticas públicas, os autores mencionam que

“o padrão estadocêntrico do passado e o padrão mercadocêntrico presente encobrem a opção por uma perspectiva sociocêntrica no enfoque estratégico do desenvolvimento sustentável, destacando como elemento chave, a identificação de práticas e instrumentos de gestão integrada das políticas públicas, a partir de espaços institucionais inovadores.” (SILVEIRA et al., 2001)

Para os autores, a inovação entendida como deslocamento de padrões e do empoderamento, cujo termo empoderamento foi colocado como sendo o fortalecimento endógeno e emancipatório, os quais são aspectos essenciais em processos de desenvolvimento local, portanto, alguns focos foram sugeridos serem avaliados. Entre os focos mencionados por Silveira et al. (2001), pode-se enfatizar aqui dois deles: a) a construção de esferas públicas de novo tipo, ampliadas e baseadas na capacitação técnico-política de diferentes atores sociais e institucionais e b) o aprofundamento da democracia participativa e a metamorfose na relação entre os diferentes atores envolvidos.



Nesse caso, os focos mencionados por Silveira et al, contribuem para com a avaliação de estratégias de políticas sustentáveis, considerando a inovação conduzida no sentido do empoderamento.

Dowbor (2001) percebe que o espaço da administração local está mudando, e que “os municípios, grandes ou pequenos, estão gradualmente descobrindo que a dinâmica e a complexidade dos sistemas sociais modernos exige outros caminhos, outras respostas.” O autor observa vinte e cinco experiências que considera como inovadoras e, entre elas, alguns exemplos são aqui apontados.

Nesse documento produzido, o autor menciona diversas experiências, como em Franca, SP, na criação de um Cinturão Verde para, entre outras coisas, favorecer a oferta de produtos mais saudáveis à população e estimular o associativismo e a organização das comunidades rurais, através da prefeitura e três associações de produtores rurais no município. Outro programa comentado foi o Apoio às ONGs, em Uberlândia, MG, em parceria entre Prefeitura e ONGs de atendimento à criança, adolescente, idoso, portador de deficiência, dependente químico e albergado, cujo programa é respaldado por lei municipal que autoriza o repasse de subvenção às entidades.

Em Jaboticabal, SP, a prefeitura e universidades desenvolvem parcerias na área de educação a partir da constatação do baixo rendimento dos alunos do 1º grau, que se deve à carência alimentar. A prefeitura assume como uma das suas prioridades de governo melhorar de forma significativa a merenda escolar. Além disso, na área da habitação foi feita a articulação com as universidades, visando construir moradias por mutirão, destinando verba orçamentária para habitação.

No entanto, em alguns casos a crítica às políticas públicas é presente, como aponta Taschner (2001) sobre o caso da reurbanização de favelas, em São Paulo, SP., em que foi introduzido o conceito de risco ambiental para definição de intervenção, tratando de riscos geomorfológicos como desabamento, inundação ou solapamento. O autor comenta que as normas assumidas pela gestão em relação à habitação popular foram: a) desburocratização e simplificação das normas de construir; b) organização da população escolhendo movimentos populares como interlocutores privilegiados; c) construção de moradias por mutirões co-gestionados entre prefeitura e moradores; d) urbanização de favelas, priorizando as com risco ambiental; e) intervenções em cortiços,

e f) continuação da parceria com o setor privado. A autora comenta que as críticas às políticas vigentes foram inúmeras, ligadas à morosidade do processo de mutirão, à transformação de movimentos populares em máquinas políticas, gerando um novo clientelismo, à continuidade de formação de favelas novas e adensamento das existentes, ao aumento da especulação nas favelas existentes.

Para Taschner (2001), quanto à avaliação de políticas públicas, comenta que “a avaliação torna-se extremamente subjetiva e vaga se não se definirem metas sobre os impactos, tipo de produtos que se quer e processos que se desejam.”

A idéia de um governo com justiça, transparência, entre outras coisas, passa por diferentes relações, por vezes conflitantes, podendo ser entre o governo e a sociedade civil, o governo e os partidos, etc. Nesse caso, as experiências inovadoras por transformações que vêm ocorrendo na formulação de políticas públicas podem interferir sobre as condições efetivas de governabilidade mais democráticas, por reflexos das relações entre a sociedade civil organizada e o governo local, assim como o agente que trabalha junto a ela e o governo ao qual faz parte. Portanto, requer repensar as condições conflitantes como condutas, de atitudes, suas implicações nas relações sociais dos sujeitos com seu grupo e deste entre os demais grupos e sujeitos.

Saravia (2004) apresenta um trabalho sobre os possíveis conflitos, onde reconhece que, no município, a relação do povo e o governo é cotidianamente permanente. O autor percebe que “é onde a autoridade local vive mais nitidamente a responsabilidade de atender de forma eficaz as reivindicações sociais, pois, caso não o faça, sofrerá diretamente o descontentamento social pela ausência das respostas.” Nesse caso, pode-se considerar que no âmbito municipal, a arena de conflitos nunca é instável, podendo gerar tensões e requer que governantes locais contem com a capacidade de negociação e conciliação e que encontrem formas de democratização nos assuntos que diz respeito à sociedade. Nesse aspecto, o poder municipal deve encontrar elementos que contribuam para estimular condutas e métodos que fortaleçam a participação, o trabalho em equipe e a democratização.

Pode-se considerar que o exercício do governo é fundamentalmente uma tarefa de serviços que tem como finalidade satisfazer as necessidades da população. Portanto, tem como uma de suas características a constante relação com situações de conflito que orientam e dinamizam a sua ação. Embora o conflito possa representar

como uma das formas de relação política e social cotidiana junto à população, é presente uma baixa cultura para administrar situações conflitantes e construir soluções para tais problemas. No entanto, no documento produzido por Saravia é abordado o tema sobre gestão de conflitos para diferentes campos de situações conflitantes, que têm sido identificadas como constantes na atuação dos serviços públicos municipais. O autor se refere ao conflito social como:

“Uma relação entre dois ou mais grupos que têm ou pensam que têm, objetivos incompatíveis. Esta relação envolve dois elementos fundamentais: o comportamento - a forma de relacionar-se e as metas - o que se quer alcançar.” (SARAVIA, 2004)

Dentre os diversos exemplos citados por Saravia, alguns são extraídos oferecendo um breve panorama dos conflitos encontrados em administrações municipais. Para os conflitos dentro do governo, encontram-se os que se situam em diferentes esferas como:

- a) Entre a esfera das autoridades políticas e autoridades administrativas, normalmente por um conflito de interesses de poder e de direitos sobre a delimitação de competência, de capacidade de decisão entre outras coisas, provocando posições às vezes inconciliáveis.
- b) Entre grupos com diferentes interesses e visões políticas dentro da equipe do governo em que diferentes estratégias e capacidade de decisão entram em conflito de valores e de poder para orientar a atuação governamental.
- c) Entre os níveis dirigentes e os níveis operacionais devido ao não cumprimento de parâmetros de eficiência, responsabilidade, atitudes, capacidades para execução das políticas e das ações propostas.

Os conflitos do governo em relação com a população, Saravia considera como o terreno mais importante das relações. Neste campo, os tipos de modalidades de conflito são mais complexos e diversos:

- a) Conflitos com setores sociais que se organizam para fazer uma exigência ao governo municipal. Nesse caso, reconhecendo que ambas as partes percebem a existência de metas incompatíveis, é necessário revisar se essa situação é real, visto que em muitos casos, a exigência cidadã, além de suas formas organizadas e de expressão, as demandas são compatíveis com os interesses e possibilidades

do governo. Contudo, devido à ausência de canais de interlocução e participação, sejam geradas situações conflitantes nesta interação.

- Os conflitos que ocorrem nesta relação podem ser de vários tipos: de interesses, por exemplo, numa luta por espaço de decisão ou de legitimação de ações governamentais. Podem ser de opinião sobre políticas de governo, de direito em torno da regulamentação, etc.
- b) Conflitos entre setores sociais do município. Nesse caso, os conflitos encontram-se diante de grupos que representam interesses distintos em relação a um mesmo assunto ou problema que geram relações de conflito ao sustentar diferentes propostas sobre como resolvê-los.
- Nesse tipo de situação, as autoridades municipais devem desempenhar um papel diferente diante do conflito: sua intervenção pode ser mediadora, arbitral ou facilitadora, visto que a solução para esses problemas e interesses contraditórios não está em suas mãos.
- c) Os conflitos dos cidadãos com o governo municipal. A burocratização e a corrupção no que se refere ao atendimento aos cidadãos tornam-se conflitantes ao que se refere aos serviços prestados. Os efeitos levam ao sentimento de desconfiança e geram o distanciamento da sociedade diante das ações governamentais.
- d) Conflitos com outros partidos políticos. O governo municipal é objeto de disputa entre os diferentes partidos que atuam no município. Entre o governo e o partido pelo qual foi eleito, é comum que haja a exigência de um certo tratamento especial ou participação direta na conformação da administração. Assim, também há elementos conflitantes na relação entre partidos de oposição ao governo, com relação a visões e projetos diferentes. A esses conflitos, natural num sistema de partidos, acrescenta-se o fato de que não há uma cultura de pluralidade e diálogo que facilite o intercâmbio e o entendimento entre alternativas políticas distintas.

O panorama apresentado colabora sem pretender abranger a totalidade das relações conflitantes que enfrenta um governo municipal. Para isso, Saravia comenta que “o conflito ocorre sempre dentro de uma interdependência e é o resultado da diversidade que caracteriza nossos pensamentos, atitudes, crenças, percepções,

sistemas e estruturas sociais. É, como a evolução, parte inerente da nossa existência.”

Nesse aspecto o autor demonstra haver outra forma de ver o conflito, ou seja:

- como resultado da diversidade, que pode oferecer possibilidades para o crescimento mútuo e para melhor relação;
- como uma relação que abrange não apenas interesses ou metas incompatíveis, mas também necessidades, valores e percepções;
- como incidentes, que interrompem uma relação para ajudar a classifica-la ou redefini-la a partir de elementos que não haviam sido considerados e
- como confrontação entre diferenças em certos aspectos de uma relação, que não exclui a existência de outros aspectos positivos.

Como papel da autoridade municipal na resolução dos conflitos, o autor sugere necessário que, da mesma maneira que se prepara para cumprir as responsabilidades específicas do cargo, é necessário que se esteja preparado para exercer a função como facilitador na solução dos diversos conflitos. Ainda o autor comenta que, nesse caso, a autoridade ou dirigente que reconheça novas possibilidades poderá na resolução dos conflitos:

- a) Fortalecer sua liderança, por ser capaz de relacionar-se de maneira produtiva com outros atores na busca de soluções mais adequadas e convenientes para todos;
- b) Facilitar o trabalho em equipe, pois promove o esforço coletivo harmônico e respeitoso, resolve problemas organizacionais e interpessoais;
- c) Melhorar as relações com a cidadania, pois oferece mecanismos para encontrar respostas mais próximas das necessidades da população e gera uma interlocução positiva diante de interesses em conflito;
- d) Obter melhores resultados, por ser capaz de identificar e selecionar opções, assim como unir recursos e esforços para melhorar a situação de sua comunidade;
- e) Conhecer melhor seu município, por ser capaz de identificar melhor os interesses e necessidades de seu município, assim como a forma de negociá-los com outros, e
- f) Impulsionar com maior dinamismo e consenso suas tarefas e suas propostas para o desenvolvimento municipal.

A partir da percepção sobre gestões democráticas participantes baseadas numa relação de reciprocidade entre o poder público e a sociedade civil, as possibilidades de conflitos no decorrer das trocas de informações e tomadas de decisões conjuntas, resultam em uma forma do poder local exercer suas atividades com respeito aos cidadãos, com transparências sobre as políticas públicas desejadas em comum. A conformidade do comportamento da sociedade civil com as expectativas do poder local passa a não ser a baseada no autoritarismo, na centralização das decisões ou das ações.

O conceito de sociedade civil analisado por Mochcovitch (1992), a partir das idéias de Gramsci, Mochcovitch comenta a noção de sociedade civil que se dá por uma desarticulação e rearticulação em uma luta hegemônica da população, que “se afasta do sistema de relações econômicas, nas quais Marx centrou seu conceito de sociedade civil, e toma como objeto as instituições que regulamentam, tanto essas relações, como as sociais e a vida cultural em geral.” A colocação do poder público, como instituição numa situação de abertura participativa, cuja relação de reciprocidade de poder confere à sociedade civil a possibilidade de questionar as posições tomadas pelo governo, implica em um componente fundamental no exercício da democracia e da legitimidade do próprio poder.

## **2.7 Reflexões sobre processos participativos e a sustentabilidade**

Diante da revisão de literatura, percebeu-se que nas relações entre a sociedade organizada e a administração pública, existe ainda pouco reconhecimento prático entre suas capacidades na construção de espaços democráticos, ou na formulação de uma sociedade mais sustentável. A formação da identidade política de organização entre os cidadãos depende, entre outras coisas, da forma de identificar as exigências sociais, da possibilidade da interação, da negociação e do diálogo, ou seja, depende da formação político-cultural, que possa induzir a implementação da participação do planejamento e na intervenção, para atender demandas coletivas.

Processos participativos são considerados como processos em que a sociedade possa colaborar junto aos governos, às respostas aos problemas. Porém, atores políticos e sociais devem ter seus interesses definidos de acordo com os

interesses coletivos, para que haja a sustentabilidade no comportamento decisório, refletindo em uma cultura de participação, de maneira a interferir ativamente nos acontecimentos.

Reconhece-se, também, um déficit de políticas inovadoras, que sejam orientadoras de processos democráticos, através dos elos entre as diversas dimensões da sustentabilidade, ou seja, da transdimensionalidade. Transdimensional pela percepção da sinergia contida nos interesses sociais, econômicos, ambientais, culturais e a crescente inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisão, para que se possa implementar estratégias voltadas ao bem comum.

No entanto, a fragmentação e dispersão da sociedade civil têm ainda sido utilizada por governos, impedindo a expressão da sociedade organizada, onde a presença da hierarquização e a centralização desempenham papéis conflitantes na implementação de políticas sustentáveis. Soma-se a esse fato, a baixa cultura participativa de governantes, que assombrados pelo poder, re-distribuem tarefas previamente estabelecidas, considerando como processos descentralizadores, envolvendo a sociedade organizada em cooptação ou preempção, ou então, em conflitos desestruturadores de políticas sustentáveis.

Assim, um dos grandes desafios para a sustentabilidade defronta-se sobre o incremento de novas formas de engajamento da sociedade nas relações de decisão, fazendo surgir da sociedade os sujeitos políticos na construção da democracia participativa desejada.

Na descentralização, através da Democracia Deliberativa Empoderante, comentada por Gaventa (2001), um dos princípios aponta para a necessidade da construção de novas relações entre as pessoas comuns e as instituições que influenciam sobre as suas vidas, sobretudo as de governo, incluindo a percepção do autor de que o empoderamento se dá na medida em que a ação esteja vinculada com a discussão entre pessoas e governo. A essa democracia, pode-se considerar certos requisitos como sendo necessários, já apontados nesse capítulo, onde, entre eles, o da conscientização sobre direito e cidadania, o fortalecimento das associações civis e de movimentos sociais engajados em assuntos de governança, além do fortalecimento das próprias instituições de governança local.

Uma das formas de compreender as diferentes intensidades ou níveis de participação foi mencionada ser através da sistematização sobre como funcionam na prática os processos de participação, indicando as formas apresentadas em níveis. No entanto, a articulação entre a sociedade civil organizada e o poder local, necessita, urgentemente de maiores interpretações, quanto à existência de possíveis apropriações dos espaços pela cooptação ou controle político, que emudecem o processo democrático pelo esvaziamento da sociedade nas instâncias de participação.

Não exaurindo as reflexões, mas direcionando aos propósitos da pesquisa, quanto à dimensão política da sustentabilidade e a articulação da sociedade, essa foi proposta por Leroy et al. (2002), em que “o primeiro objetivo da sustentabilidade supõe o fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias, a redistribuição a elas de recursos e de informação para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão”. Portanto, no levantamento bibliográfico pela busca da consistência da pesquisa proposta, constata-se a necessidade de maiores análises sobre mecanismos descentralizadores, que tornem legítimo a participação democrática da sociedade, onde muito provavelmente, a estratégia de monitoramento coletivo das políticas públicas, através da formulação de indicadores de sustentabilidade, concorre como um dos mecanismos eficazes para o empoderamento da sociedade.

Os exemplos de gestões mais democráticas e seus conflitos explicitados constituíram-se como parâmetros para a percepção sobre a possibilidade de inovação e por transformações na formulação de políticas públicas, incluído o poder de interferência sobre as condições de governabilidade, tendo por reflexos, as relações entre a sociedade civil organizada e o governo local.

Dessa forma, o debate sobre democracia participativa, instâncias, empoderamento, e outros termos que foram lançados neste capítulo, ressurgem nas questões dessa pesquisa para a busca da sustentabilidade em suas diversas dimensões.



## **CAPÍTULO 3**

### **ESCOLHA DE PERGUNTA E ESTRATÉGIAS GERAIS DE PESQUISA**

Quanto às estratégias de pesquisa, estas foram definidas pela revisão de literatura e pela observação direta, que permitiram a identificação de lacunas do conhecimento, ao considerar o Projeto Jaboticabal Sustentável uma experiência que visa o fortalecimento da sociedade civil organizada na participação sobre as políticas públicas locais. Considerando o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS) como um espaço para a elaboração e aperfeiçoamento de tomada de decisões conjuntas, foi definido o problema de pesquisa, hipótese e objetivos, e, posteriormente, o planejamento e execução da coleta e análise de dados.

#### **3.1 Definição do problema de pesquisa e a lacuna existente**

A literatura pesquisada apresentou nos debates que, para que se possa almejar a sustentabilidade, os aspectos ambientais inicialmente levantados enquanto prioridades nos conceitos passam a ser sinérgicos com os vários outros aspectos. Constata-se que, para a possibilidade de aproximação à sua efetividade, isso ocorre, entre outras coisas, em função do reconhecimento das diferentes dimensões da sustentabilidade, cuja sinergia foi aqui colocada como elos da transdimensionalidade. Convém destacar Acselrad e Leroy (1999), anteriormente mencionados, em que articulam a sobrevivência ambiental com a equidade, com a justiça, com os direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, considerando o conjunto de cada sociedade e cada comunidade humana.

Compreende-se que a sustentabilidade requer condições de processos de descentralização democrática e de ampla participação, onde Grazia e Queiroz (2001) também anteriormente mencionados, consideram o poder local como espaço privilegiado para a mobilização e politização da sociedade, incluindo a consideração de estar, para a produção acadêmica, um lugar prioritário para construir e experimentar a

democratização da esfera local, por meio de novas formas de governar, em diálogo e negociação com a população.

Muito embora possa ser considerada a existência da transdimensionalidade e da dimensão política como dimensão passível de ser o eixo norteador para a formulação de políticas sustentáveis, estas considerações apresentam-se observadas e discutidas ao longo do texto, pela percepção de suas interferências na formulação de uma governança participativa para uma sociedade mais sustentável, e pela percepção própria do pesquisador.

O Projeto Jaboicabal Sustentável trata-se de uma experiência de um espaço de participação da sociedade organizada nas políticas públicas, pela busca da sustentabilidade, representada através de entidades de diferentes segmentos, portanto, de diferentes perfis de dimensão. Esse caso é desafiador, tanto à administração municipal, quanto às entidades participantes, e também para a realização desta pesquisa, na qual, as relações entre as entidades enquanto apropriação das dimensões da sustentabilidade, e, enquanto processo participativo, se apresentam como uma lacuna para investigação.

Essa abordagem, relativamente rara de ser verificada, pode ser observada através da constatação sobre qual dimensão da sustentabilidade assumida pelas entidades representantes do governo e da sociedade civil possa ser determinante na condução de ações conjuntas nas políticas públicas locais.

Portanto, reconhecer qual dimensão assume a função determinante nas políticas, transcendendo os interesses sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos, como perfil das entidades, torna-se relevante para o desenvolvimento democrático em processos participativos, por implementação de estratégias de políticas mais sustentáveis.

Ainda diante da revisão de literatura, constata-se a existência de pouco reconhecimento sobre a capacidade das administrações públicas municipais atuarem na construção de espaços democráticos participativos, que possam ser considerados como espaços em que a sociedade civil organizada possa adquirir capacidade e habilidades para partilhar das decisões junto aos governos sobre as políticas públicas locais.

Considera-se, enquanto participação da sociedade, que as formas de sua inclusão podem ocorrer em diferentes níveis, como através de trocas de informação, consultas, decisão conjunta e mobilização concedidas pelo poder local, o que pode ser

considerado como requisitos, que influenciam o grau de descentralização e da democracia participativa. Nessa articulação entre a sociedade civil organizada e o poder local, percebe-se que há necessidade de maiores análises e interpretações no que diz respeito aos níveis de participação da sociedade civil.

### **3.2 Pergunta e hipótese de pesquisa**

Na sistematização sobre a efetividade da participação do GAJS na experiência do Projeto Jaboticabal Sustentável e os perfis de dimensão da sustentabilidade nessa relação, a pesquisa parte da seguinte pergunta:

“Como se desenvolveu a relação entre a administração municipal e o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, na perspectiva de participação nas políticas públicas locais e de abordagem das dimensões da sustentabilidade?”

Considerando o processo de formação dos representantes das entidades desenvolvido pela equipe de pesquisadores da UFSCar para a incorporação de princípios e indicadores de sustentabilidade para o monitoramento participativo das políticas públicas locais, pretende-se explorar a constatação da hipótese de que:

“A administração municipal assume a função de fomentadora do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, porém limitando o desenvolvimento da Dimensão Política da Sustentabilidade, pela restrição das formas de participação nas Políticas Públicas, prevalecendo a Dimensão Ambiental nas ações, porquanto prevalece, ainda, um forte enraizamento sobre as questões ambientais nas discussões sobre a sustentabilidade.”

### **3.3 Objetivos da pesquisa**

#### **A) Objetivo Geral:**

Analisar as relações entre entidades da sociedade civil organizada e a administração pública local, nas perspectivas da participação nas políticas públicas e das dimensões da sustentabilidade.

#### **B) Objetivos específicos:**

- 1) Analisar a prática do funcionamento dos espaços participativos, a partir do ponto de vista das entidades;
- 2) Analisar as relações em dimensões da sustentabilidade e as entidades, de forma a delinear o perfil das entidades por dimensão, caracterizando a dimensão determinante no processo participativo, e
- 3) Analisar a dimensão da sustentabilidade incorporada pela administração municipal que foi determinante sobre a política de participação.

### **3.4 Definição de método da pesquisa**

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas que não se podem manipular comportamentos relevantes. O mesmo autor comenta que o estudo de caso é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” Esclarece, ainda, que baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. Portanto, a estratégia de pesquisa está focada pelo estudo

de caso exploratório dada a característica distintiva sobre o planejamento de coleta de dados, análise das evidências e exposições de idéias de forma a contribuir para a compreensão sobre os fenômenos sociais e políticos complexos apresentados na pesquisa.

### **3.4.1 Estratégia aplicada como estudo de caso**

Buscou-se como estratégia de projeto de pesquisa tratar de, pelo menos, quatro problemas: a) quais questões a estudar; b) quais dados são relevantes; c) quais dados coletar e d) como analisar os resultados.

A esses problemas, os cinco componentes considerados importantes, utilizados para a pesquisa e citados por Yin (2000) foram:

- a) As questões de um estudo atribuído sobre a decomposição da hipótese de pesquisa;
- b) Tendo a hipótese de pesquisa a ser verificada a sua constatação;
- c) Como unidade de análise apresenta-se o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, onde a própria administração pública é integrante do grupo através de seus departamentos, secretarias, etc., junto ao grupo de entidades da sociedade civil;
- d) A lógica que une os dados às preposições através da entrevista. Segundo Yin (2000) “é a idéia da adequação padrão”, em que o autor cita que fora descrito por Donald Campbel (1969) e este, sem rotulá-la como tal, e que por meio da qual várias partes da mesma informação do mesmo caso podem ser relacionadas à mesma proposição teórica.
- f) E por último, os critérios para interpretar as descobertas. Ainda, segundo Yin, não há uma maneira precisa de se estabelecer os critérios para interpretação dessas descobertas. Isso, de maneira que os diferentes padrões estejam contrastando, de forma clara e suficiente, onde as descobertas possam ser interpretadas em termos de comparação de, pelo menos, duas preposições concorrentes, que são elas: questões do estudo, suas proposições e suas unidades de análise, assim como a lógica que une os dados às preposições e pelos critérios para interpretação das descobertas.

As evidências para o estudo de caso foram estabelecidas de forma a convergir em relação ao conjunto de fatos procurados, através de entrevistas, documentação existente, registros e observação participante.

A entrevista, segundo Cruz Neto (1999), é apontada como procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais, inserindo os informes como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores representantes das entidades, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa os quais vivenciaram a realidade que está sendo focalizada. A entrevista como uma técnica, segundo o mesmo autor, se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Serve, também, como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. Ainda, segundo o autor, as entrevistas podem ser estruturadas, que pressupõem perguntas previamente formuladas.

As entrevistas realizadas para obtenção das evidências apresentaram-se com formulação prévia de questionários, portanto, entrevistas estruturadas, o que foi beneficiado pelo fato de que as mesmas questões puderam ser apresentadas às diversas entidades da sociedade civil, e às entidades pertencentes à administração local, como também à própria prefeitura. Foi possível realizar o trabalho através do uso do gravador e posterior transcrição do registro.

As entrevistas foram direcionadas às entidades, através dos representantes participantes das atividades do GAJS. Cruz Neto (1999) ressalta que essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objeto de estudo, o que nos mostra a respeito do Capítulo 2, que decorre sobre processos democráticos e participativos, onde o grupo de entidades participantes se qualifica como objeto, e seus representantes participantes do grupo, os atores a serem pesquisados.

A análise de dados consistiu em examinar as evidências obtidas das variáveis pesquisadas, estabelecendo categorias de análise através de tabelas, recombinao as evidências através das proposições estabelecidas iniciais ao estudo. A estratégia estabelecida para a análise das evidências foi com a utilização de adequação de padrões, citado por Yin (2000), relacionados às variáveis estabelecidas.

### 3.4.2 Método e procedimento de coleta e análise dos dados

Das 32 entidades participantes, foram entrevistadas cinco pertencentes à sociedade civil e cinco ao poder público municipal. O critério de seleção para compor o grupo de entidades pesquisadas foi fundamentado sob a análise qualitativa/quantitativa de participação dessas entidades, apresentado no Anexo 1, e pela percepção própria, como pesquisador participante sobre a relevância dessas entidades durante as atividades do GAJS, as quais permitiram orientar tal seleção. As que contemplaram o critério de seleção para as entrevistas foram: Prefeitura; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (SAAEJ); Departamento Ambiental (Deamb-SAAEJ); Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Promoção Social (Secretaria Municipal de Saúde). Quanto às entidades pertencentes à sociedade civil, as cinco selecionadas foram: Grupo Ecológico Amigos da Natureza (GEAN-ONG); Ingá Ambiental; Movimento Unificado em Defesa do Meio Ambiente (MUDA-ONG), UNESP-FCAV Campus de Jaboticabal (instituição pública estadual) e Faculdade de Educação São Luis.

As entrevistas tiveram início após a formalização do GAJS em Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, entre outubro de 2004 e fevereiro de 2005. Os representantes entrevistados foram codificados para a manutenção ética da pesquisa, conforme o Quadro 1.

**QUADRO 1:** Identificação das entidades entrevistadas, atividade, período de participação no projeto e data da entrevista

ENTIDADE	ÁREA DE ATIVIDADE	PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
PPM1	Administração	2000-2004	13.12.2004
PPM2	Administração	2000-2004	30.12.2004
PPM3	Assessoria Técnica	2000-2004	12.11.2004
PPM4	Administração	2000-2004	20.10.2004
PPM5	Assessoria Técnica	2002-2004	15.10.2004
SC1	Ensino/pesquisa/ extensão	2000-2004	04.02.2005
SC2	Prestação de serviços	2000-2004	13.10.2004

SC3	Ensino/ assessoria política	2000-2004	28.01.2005
SC4	Ensino/pesquisa/ extensão	2000-2004	02.12.2004
SC5	Ensino	2000-2004	27.06.2005
ST	Sindicato	-	13.06.2005
CM	Conselho Municipal	-	21.06.2005

Legenda: PPM – Entidade do Poder Público Municipal / SC – Entidade da Sociedade Civil / ST- Sindicato dos Trabalhadores / CM – Conselho Municipal

Em relação às entidades não participantes, foram entrevistados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e o Conselho Municipal de Educação, onde buscou-se constatar através de entrevistas, os motivos da não participação e as percepções sobre o PJS. As entidades não participantes foram selecionadas pelo pesquisador, porquanto a sua constatação sobre discussões junto aos participantes, pela ausência de entidade de base, de políticas direcionadas à pequenos produtores, ações educativas e outros. Para isso, as perguntas foram selecionadas levando em consideração a impossibilidade da obtenção de respostas claras, pela não participação durante o processo das atividades do GAJS.

As entrevistas foram acompanhadas por um termo de consentimento, onde o entrevistado, representante da entidade, foi considerado ciente, e portanto, autorizado a utilização das informações fornecidas sobre a entidade para finalidades científicas e acadêmicas, cujo modelo se encontra no Anexo 3.

O conteúdo das entrevistas direcionadas aos representantes das entidades foi fundamentado através da decomposição da hipótese de pesquisa, a qual é apresentado no Quadro 2, delineando o método de coleta e análise dos dados referente à hipótese, quanto ao tipo de informação e fonte de evidência. O questionário, apresentado aos representantes das entidades, encontra-se no Anexo 2.

Quanto às entrevistas, optou-se pela técnica de análise do conteúdo como procedimento possível para análise e interpretação através de organização e sistematização dos dados. Gomes (1999) destaca duas funções na aplicação dessa técnica. Uma se refere à verificação de hipótese e/ou questões. Ou seja, encontrar respostas às questões formuladas, confirmando ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipótese). A outra função diz respeito à descoberta do que



está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Assim, os passos para análise de conteúdo podem ser apresentados da seguinte maneira, segundo Gomes (1999):

- a) ordenação dos dados: transcrição, releitura de material, organização de relato e dos dados da observação participante;
- b) classificação dos dados: fundamentação teórica, estabelecendo interrogações para identificar o que surge de relevante em relação às categorias e
- c) análise final: articulação entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, promovendo relações entre o concreto e o abstrato, a teoria e a prática.

Convém expor, nesse caso que, ainda segundo Gomes (1999), há autores que entendem a análise como descrição dos dados e a interpretação como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos. Gomes complementa que outros autores já compreendem a análise num sentido mais amplo, abrangendo a interpretação. Nesse caso, o autor toma o posicionamento de que “a análise e a interpretação estão contidos no mesmo movimento: o olhar atentamente para os dados da pesquisa.” No caso desta pesquisa, foram consideradas a análise e a interpretação, ambas em um único movimento para efeito de obter o resultado final.

Na análise foram elaboradas as categorias para estabelecer classificações sobre os resultados obtidos das entrevistas, estabelecidas anteriormente, através da hipótese formulada e classificada a partir da coleta dos dados. Como categoria geral, foi através das Representações Sociais, onde Gomes (1999) reconhece como se essa categoria “estaria sendo entendida como pensamentos, ações e sentimentos que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade.”

Na análise do conteúdo, o mesmo autor destaca duas funções sobre a aplicação dessa técnica. A primeira se refere à “verificação das hipóteses e/ou questões.” A outra função diz respeito à “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo manifesto.” Sendo, portanto, o emprego da análise do conteúdo para analisar depoimentos de representantes de um grupo social, no sentido de levantar o universo vocabular desse grupo.

Os aspectos analisados a fim de delinear a prática do funcionamento dos espaços participativos, o perfil das entidades por dimensão e a dimensão incorporada pela administração foram os seguintes: estímulo e desestímulo à participação, principais objetivos das entidades, presença de conflitos entre as entidades e percepção de posturas conflitantes, abertura de espaços de participação para o GAJS nas políticas públicas e suas formas de participação, interesse em dimensões por ações nas políticas públicas, perfil de dimensão das entidades e compreensão da transdimensionalidade pelas entidades.

Como unidade de registro, a análise pautou-se pela frase ou oração, como que se referem à decomposição do conjunto de mensagem. Nessa análise, foram definidas as unidades de contexto, segundo Gomes, onde devemos precisar o contexto do qual se refere a mensagem. Portanto, na análise do conteúdo foram definidos a unidade de registro, a unidade de contexto, trechos significativos e categorias (menciona como..., menciona como... exemplificando, menciona como... justificando, menciona como... abolido (...))

**QUADRO 2:** Método de coleta e análise dos dados referente à hipótese quanto ao tipo de informação, fonte de evidência instrumentos e procedimento de coleta de análise.

HIPÓTESE	TIPO DE INFORMAÇÃO	FONTE DE EVIDÊNCIA	INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE
<p>“A administração municipal assume a função de fomentadora do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, porém limitando o desenvolvimento da Dimensão Política da Sustentabilidade pela restrição das formas de participação nas Políticas Públicas, prevalecendo a Dimensão Ambiental nas ações, porquanto prevalece ainda um forte enraizamento sobre as questões ambientais das discussões sobre a sustentabilidade”.</p>	Motivo(s) que estimularam na participação	Entrevistas e observação direta	INTRUMENTO DE COLETA
	Principal objetivo da entidade	Prefeita	Questionário
	Reuniões que tiveram como pauta o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável	Secretários	Registro de frequência
	Momento(s) percebido(s) de conflitos	Agentes municipais	Análise dos documentos produzidos
	Entidade(s) que apresentou(aram) posturas de: Centralização / Dominação / Hierarquização / Abertura participativa	Autarquia	Observação direta
	Espaços políticos que foram criados	Representantes das entidades	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE
	Formas de participação que surgiram	Ações realizadas	Análise das entrevistas
	Presença de entidade(s) de movimento de classes, sindicatos, etc.	Frequência nas atividades	Análise dos documentos produzidos
	Interesse em projetos de políticas públicas	Documentos produzidos	Análise das anotações
	Participação em Conselho Municipal do Meio Ambiente	Anotações diretas	Organização dos dados
Frequência de representante de entidade nas atividades do GAJS		Organização das evidências	
Dimensão da sustentabilidade como perfil principal		Fundamentação sobre as evidências e literaturas	
Ações práticas e decorrentes do Projeto Jaboticabal Sustentável			
Caracterização em dimensão da sustentabilidade das ações praticadas			
Interação das ações com outras dimensões			

## **CAPÍTULO 4**

### **A EXPERIÊNCIA DO PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL**

Pensar uma sociedade sustentável a qual se busca alcançar, implica necessariamente sobre propostas de alteração das estratégias políticas e formular novos critérios sobre as ações que possam refletir nas relações sociais em uma comunidade, em um povo, em uma nação. Busca-se, sobretudo, um repensar constante sobre a sustentabilidade da vida, onde pode-se ser definido por políticas públicas junto à coletividade.

Nesse aspecto, o Projeto de Pesquisa “Incorporação dos Princípios e Indicadores de Sustentabilidade na Formulação de Políticas Urbanas em Pequenos e Médios Municípios”, desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tendo como desdobramento o Projeto Jaboticabal Sustentável, propôs demonstrar a complexidade envolvida na sustentabilidade sobre diferentes questões, em suas várias dimensões, as quais puderam ser apreendidas durante as atividades junto ao Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS).

#### **4.1 Caracterização do município de Jaboticabal no contexto da pesquisa**

O município de Jaboticabal conta com uma área de extensão de aproximadamente 677 km<sup>2</sup>, sendo sua área urbana se estendendo por cerca de 36 km<sup>2</sup>. Pertencem ao município os distritos de Lusitânia e Córrego Rico. A sua localização se dá pelas coordenadas geográficas entre 21° 15' 22'' de Latitude Sul e 48° 18' 58'' de Longitude Oeste, estando, portanto, situado na região Nordeste do Estado de São Paulo e sob a região administrativa de Ribeirão Preto.

Segundo o senso do IBGE (2000), Jaboticabal se caracterizou como município de porte médio, contando com uma população de 62.389 habitantes em área urbana, 4.750 em área rural, somando-se um total de 67.139 habitantes, sendo que desses, perto de 93% da população em domínio urbano. A Fundação Sistema Estadual

de Análise de Dados (SEADE), em 2005, caracterizou o município sob a taxa de urbanização em 95,68%. A mesma fundação caracterizou o município, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 0,815 relativo ao ano de 2000.

Quanto à dinâmica econômica do município de Jaboticabal, esta se encontra voltada às transferências de receitas estaduais e federais, sendo as estaduais, principalmente pelo repasse de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), assim como o repasse de 50% do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Os repasses federais dão-se pelo Fundo de Participação do Município, advindos de Impostos de Renda e de Impostos sobre Produtos Industrializados e pelo Imposto Territorial Rural advindo da tributação recolhida pela União. Acrescenta-se a essa dinâmica econômica, segundo o Plano Diretor de 1998, o repasse do Fundo de Saúde.

Sobre as arrecadações locais, estas acontecem principalmente pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), pela Taxa de Limpeza Pública, assim como pelo Imposto sobre a Transmissão da Propriedade Imobiliária Inter Vivos (ITBI).

Quanto ao emprego e renda no município, Jaboticabal mantinha em 2003, segundo o SEADE, 15.296 trabalhadores formais, distribuídos entre os 1.612 estabelecimentos que representam os setores comerciais, industriais, de serviços e outros (não identificados pelo SEADE), conforme Tabela 01 abaixo.

**TABELA 1:** Distribuição de trabalhadores formais por setores de geração de emprego em Jaboticabal, SP.

<b>Setor</b>	<b>Ano</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Trabalhadores Formais</b>
Indústria	2003	149	4.356
Comércio	2003	645	2.780
Serviços	2003	536	6.623
Outros	2003	282	1.537
Total	2003	1.612	15.296

Fonte: Fundação SEADE, 2005.

Na economia local, as principais indústrias do município despontaram para os setores de cerâmica, de metalurgia e da agroindústria, com a produção de açúcar e álcool. Observa-se em Teixeira et al. (2003) que, quanto à produção agrícola, prevaleceu a produção de cana-de-açúcar, seguida da produção de amendoim e soja. Quanto à produção de cana-de-açúcar, esta recebera incentivo de programas federais, estendendo sua produção por quase a totalidade da área agricultável, sendo substituída pela cultura de amendoim, somente em períodos de reforma de canavial. Nessa atividade, depara-se com o aspecto de monocultura, com a concentração fundiária, e com o êxodo rural, contribuído pela mecanização da colheita e pela forma de atividade rural sendo assumida como agroindústria, pela tecnologia aplicada nos aspectos de produção e econômico.

Ainda, segundo o SEADE, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios em 2000, foi de R\$ 952,05. No entanto, cabe ressaltar a existência de alternativas econômicas, sendo elas em cooperativas populares para o fomento de geração de renda. Essas cooperativas surgiram através do incentivo por parte de pesquisadores vinculados à Universidade Federal de São Carlos e da administração municipal local. Dessa forma, foram percebidas pelo pesquisador, as seguintes cooperativas populares que se estruturaram nos períodos de 1999 a 2004. São elas: a) Cooperativa de Reciclagem Jaboticabal; b) Grupo de Alimentação Mil Sonhos e c) Grupo de Panfletagem de Jaboticabal (COOPANJA).

Quanto às entidades representantes de classe, ou seja, organizações sindicais de representação por categoria de trabalhadores, foram levantados pelo pesquisador a presença de 15 sindicatos sediados em Jaboticabal, expostos abaixo no Quadro 3.

**QUADRO 3:** Relação dos sindicatos com sedes/bases em Jaboticabal, SP.

<b>SINDICATO</b>
Comércio Varejista de Jaboticabal
Dos empregados do comercio de Jaboticabal
Dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Elétrico
Dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário
Dos Funcionários Públicos Municipais
De Movimentação de Mercadorias
Rural de Jaboticabal
Dos Trabalhadores da Indústria de Vidro, Cristais, Louça e Porcelana
Dos Transportes Rodoviário

Trabalhadores Industria M.M.M Elétrico
Dos Trabalhadores na Ind. Alimentícia e Afins
Dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos
Trabalhadores nas Indústrias de Construção Mobiliário
Dos Trabalhadores Rurais
Dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S.Paulo

Também, no contexto desta pesquisa, foram levantadas algumas entidades da sociedade civil organizada, em diferentes formatos, como em organizações não governamentais ambientalistas (ONGs), representação de estudantes, de assistência social, e outras, conforme a Tabela 2.

**TABELA 2:** Relação de algumas das associações existentes em Jaboticabal e suas atividades

<b>ASSOCIAÇÕES</b>	<b>ATIVIDADE</b>
Damas de Caridade São Vicente de Paulo	Assistencialista
Contabilistas	Classe
Funcionários Públicos Municipais	Classe
Irmãs Franciscanas de Cravinhos	Assistencialista
Médica de Jaboticabal	Classe
Pais e Amigos dos Excepcionais	Assistencialista
Nipo Brasileira	Recreativo
Pais e Amigos do Surdo	Assistencialista
Paulista de Cirurgiões Dentista	Classe
Recreativa Ceres	Recreativa
Gomes e Puchini	Recreativa
Regional de Eng., Arquitetos e Agrônomos	Classe
A Terra Rica	Classe/pequenos produtores rurais
Associação Cultural Ecológica Raízes da Terra	Movimento ambientalista
Movimento Unificado em Defesa Ambiental	Movimento ambientalista
Organização Cultural e Ambiental (OCA)	Movimento ambientalista
Grupo Ecológico Amigos da Natureza	Movimento ambientalista
Associação de Proteção aos Animais (APA)	Defesa de animais
Rede Jovem Jaboticabal pela Sustentabilidade	Movimento jovem
APAE	Assistencialismo
Comunidade Negra Cruz e Souza	Movimento de expressão afro-brasileira
Fala Mano	Movimento Jovem
Diretório Acadêmico Fac. Moura Lacerda	Representação estudantil
Diretório Acadêmico Faculdade São Luis	Representação estudantil
Diretório Acadêmico da EE <sup>a</sup> Arrobas Martins	Representação estudantil
Diretório Acadêmico Fernando Costa – FCAV-UNESP	Representação estudantil

Associação dos Pós-graduandos de Jaboticabal – FCAV – UNESP	Representação estudantil
Lar Santo André	Atividades Sócio-educativas para crianças e adolescentes
Vila Vicentina	Assistencialismo à pessoa idosa
Loja Maçônica	Filosófica
Rotary	Filantropia
Lions	Filantropia

Quanto aos bairros, os 61 presentes no município se distribuem nos 36 km<sup>2</sup> de área urbana. Foi observado durante a pesquisa a existência de 11 associações de moradores, com seus respectivos bairros listados no Quadro 4. Por observações próprias e através de informações obtidas por moradores, foi constatado a falta de continuidade, ou a inércia das associações, revelando a inexistência da institucionalização legal das associações de moradores e, também, a baixa liderança e representatividade dos presidentes eleitos. Considerando que tais entidades possam ser caracterizadas como entidades organizadas para diversos fins, como reivindicações, ou outras que se possam fazer necessários, foi também observado, a baixa participação política dessas entidades sobre suas ações, onde pode-se constatar, segundo Viglio (2004) que, mesmo “durante a existência das reuniões, assembléias e conferências para o Orçamento Participativo (OP) nos anos 1999 a 2002, não houve atuação das associações de bairro para mobilizar a população para a participação”, sendo que, segundo o autor “a tarefa de mobilização e convocação foi inteiramente desenvolvida pela administração municipal.”

**QUADRO 4:** Bairros identificados pelas respectivas associações de moradores em Jaboticabal

<b>BAIRRO</b>
COHAB II
Planalto Itália
Jardim das Rosas
Conj. Hab. Ulisses Guimarães
Nova Aparecida
Recreio dos Bandeirantes
Parque Primeiro de Maio
Ponte Seca
Santa Mônica
Jardim Kennedy
Córrego Rico

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaboticabal, 2004.



Compreendendo que a responsabilidade sobre a gestão municipal não é só do poder público, nesse caso, uma gestão democrática entende-se, também, pela co-participação junto aos conselhos municipais nas tomadas de decisão. Uma das funções dos conselhos municipais pode ser considerada pelo exercício do controle social, conferida pela capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o poder público local na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município. Quanto à Jaboticabal, o município conta com 27 conselhos, 24 comissões e juntas municipais e 3 fundos municipais em diversas áreas de atuação sendo eles apresentados na Quadro 5.

**QUADRO 5:** Conselhos e Comissões no Município de Jaboticabal:

<b>CONSELHOS MUNICIPAIS</b>	<b>COMISSÕES e JUNTAS MUNICIPAIS</b>	<b>FUNDOS MUNICIPAIS</b>
Defesa do Meio ambiente	Do esporte	De Saúde
Cultura	Defesa civil	De assistência social
Do Negro	Auxílio e subvenções sociais	Emergencial de auxílio ao desemprego
Saúde	Planejamento industrial	
Defesa do consumidor	Trânsito	
Promoção Social	De emprego	
Agrícola	Junta de julgamento de recursos fiscais	
Da condição feminina	Estudos e transporte de estudantes	
De entorpecentes	Programa Campo/cidade Leite	
Diversões públicas	Administração do aeroporto	
Saneamento básico	Junta administrativa de recursos de infrações	
Educação	Setor de vigilância sanitária	
Orçamentário	Avaliação de projetos de loteamento	
Direitos da criança e do adolescente	Avaliação de imóveis	
Alimentação escolar	Avaliação de bens móveis inservíveis	
Assistência social	Prevenção de acidentes	
Pessoa portadora de deficiência	Conferência da cidade	
Idoso	Fome Zero	
Segurança	Agentes da autoridade de trânsito	
Turismo	Junta médica	
Deliberativo do fundo social de solidariedade	Emprego municipal	

Fiscal da empresa municipal de urbanização	Saúde do município	
Fiscal do pronto socorro	Tratamento do lixo	
Proteção aos animais	Transporte de cidadão	
Renda Mínima		
Defesa do patrimônio		
Segurança alimentar e nutricional		

FONTE: Prefeitura Municipal de Jaboticabal, 2005.

Pode-se entender um partido político, como uma agremiação de cidadãos com afinidades ideológicas e mesmos fins políticos, os quais são a unidade básica das estruturas políticas da maior parte das democracias do mundo atual. Os partidos políticos podem ser considerados como organizações que se fundamentam na ideologia da representação.

O município manteve, durante o Projeto Jaboticabal Sustentável, a liderança política partidária do Partido dos Trabalhadores (PT) junto ao poder executivo, conquistado nas eleições para a gestão de 1997 a 2000, através da coligação entre os partidos PDT, PV e PC do B. Na gestão 2001-2004, a então prefeita municipal vinda do PT foi re-eleita, mantendo sua administração sob a coligação entre os partidos PDT, PV, PC do B e PTB, sendo que o PMN incluiu-se na divisão o poder executivo próximo ao final desta gestão. Observa-se que o Partido dos Trabalhadores apresenta-se como perfil histórico de administrações públicas, um partido de maior abertura política junto à sociedade, através da criação de canais de participação, como por exemplo, o Orçamento Participativo, e do fortalecimento de diferentes conselhos municipais nas suas administrações. Os partidos políticos que participaram na câmara legislativa durante a gestão 1997-2000 foram: PFL, PPB, PMDB, PSDB, PT e PDT. Os partidos na legislatura durante a gestão 2001-2004 foram: PFL, PPS, PL, PT, PRP, PMDB, PV e PSDB.

A caracterização do município no contexto da pesquisa apontou um levantamento sobre os espaços de participação da população, não pretendendo esgotar-se, devido à dificuldade de se verificar a continuidade ou mesmo a existência das atividades de alguns segmentos sociais locais. Portanto, o levantamento dos espaços de participação apresentado pretendeu mostrar a sua existência durante o período da pesquisa.

## 4.2 Síntese histórica do Projeto Jaboticabal Sustentável

O Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem desenvolvido inúmeras atividades em parceria com diversas administrações públicas de pequenos e médios municípios do Estado de São Paulo, buscando o envolvimento sobre a produção de conhecimentos, a capacitação de técnicos das prefeituras envolvidas e de estudantes de graduação e pós-graduação, em áreas como de saneamento e meio ambiente, habitação social, desenvolvimento urbano e regional entre outras.

A universidade compreendendo a necessidade de maior atenção para pequenos e médios municípios, onde emergem problemas resultantes do processo de urbanização, de uma forma geral, a equipe da UFSCar percebeu a carência de capacitação técnica, assim como de recursos financeiros necessários para implementar estratégias para o enfrentamento das inúmeras mudanças ocorridas e das que poderão ocorrer no aspecto da urbanização e suas inter-relações sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, foi implementado o Projeto de Pesquisa “Incorporação dos Princípios e Indicadores de Sustentabilidade na Formulação de Políticas Urbanas em Pequenos e Médios Municípios”, desenvolvido no município de Jaboticabal, SP., e aprovado em 1999, pelo Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esse programa traz principais especificidades os seguintes pontos:

- lidar com investigações e proposições que envolvem simultaneamente a pesquisa;
- a capacitação de atores na construção coletiva dos indicadores, e
- a intervenção direcionada para a construção de novos instrumentos para o desenvolvimento de formas mais participativas de gestão pública.

Os objetivos gerais do Projeto de Pesquisa Incorporação dos Princípios e Indicadores de Sustentabilidade desdobram-se na implementação de uma experiência piloto de um sistema de monitoramento, adotando práticas participativas, como intervenção e controle por parte da sociedade organizada sobre as ações públicas locais, a partir da formulação de indicadores de sustentabilidade. Os benefícios esperados com o resultado do projeto encontram-se:

- na obtenção de indicadores de sustentabilidade;
- na definição de métodos de coleta de dados para obtenção destes indicadores;
- no estabelecimento de métodos para capacitação de técnicos das instituições parceiras para obtenção, análise e utilização destes indicadores;
- na incorporação dos indicadores na formulação de políticas urbanas;
- na capacitação de técnicos para a incorporação dos indicadores na formulação e monitoramento de políticas urbanas, e
- na implementação de métodos para controle, por parte da sociedade organizada, sobre as ações públicas nos seus municípios, a partir dos indicadores obtidos.

A estratégia inicial de implantação deu-se pela parceria entre a UFSCar e a Prefeitura de Jaboticabal, em 1999, durante a gestão 1997-2000. Posteriormente, essa parceria ampliou-se pela inclusão de entidades de diferentes segmentos representantes da sociedade civil. A convite da prefeitura e da universidade, promoveu-se a estruturação de um grupo formado por representantes de entidades da sociedade civil organizada e técnicos do poder público municipal, representando secretarias, departamentos, setores, autarquias, etc.

A formação dessas entidades, através de seus representantes, para a construção coletiva de princípios e indicadores de sustentabilidade para o monitoramento das políticas públicas foi sob a responsabilidade dos professores e alunos da pós-graduação e da graduação da UFSCar, em vários encontros e oficinas, ora quinzenais, ora mensais, a depender do tema e da necessidade prevista. Nesse momento, o projeto recebeu o nome de Projeto Jaboticabal Sustentável (PJS). O grupo de trabalho local foi denominado Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS), o qual foi formado por representantes de departamentos e órgãos da administração municipal, instituições governamentais, ONGs, faculdades, universidades, instituições da iniciativa privada, entidades assistencialistas e outros, cujo grupo manteve-se constantemente aberto para a participação de várias outras entidades, ou mesmo de pessoas que voluntariamente mostrassem interesse.

A implementação do Projeto deu-se pelo desenvolvimento da primeira fase, conforme foi preconizada pela instituição financiadora FAPESP, ocorrida de novembro de 1999 a julho de 2000, através de estratégias preparatórias, como estudos de viabilidade, consolidação de parcerias e, para o início das pesquisas a serem

desenvolvidas pela UFSCar, para sistematizar o conhecimento da experiência em Jaboticabal.

Na segunda fase do projeto, de agosto de 2001 a dezembro de 2004, o grupo de professores e alunos da UFSCar dedicou-se para o desenvolvimento e execução do Projeto, em duas perspectivas principais. A primeira, pelo aumento do conhecimento sobre sustentabilidade e pelo fortalecimento, ampliação e consolidação do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS). A segunda perspectiva objetivou-se para que a sociedade civil organizada e administração municipal estivessem juntas, e habilitadas para o prosseguimento das ações, porquanto o afastamento gradual e estratégico da UFSCar.

A terceira fase foi pautada na continuação das ações, a partir de janeiro de 2005, dentro da perspectiva de ser articulado e conduzido os trabalhos pelos próprios agentes locais.

As atividades do GAJS percorreram parte da gestão municipal, de 1997 a 2000, e, após as eleições, na totalidade do segundo mandato da mesma prefeita re-eleita para a gestão 2001-2004. Durante esse período, o GAJS consolidou-se como espaço de participação, articulando a implementação do projeto, através de encontros periódicos para o planejamento e organização das ações. Ao final de 2004, o grupo se organizou em Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, assumindo a responsabilidade de continuidade do processo de formulação de indicadores, para o monitoramento das políticas públicas locais. A UFSCar realizou a 1ª Oficina de Agentes Locais da Sustentabilidade, com o objetivo de formar pessoas da comunidade e de agentes da prefeitura, a fim de tornarem atores de promoção desse conhecimento, como também atores para o monitoramento das políticas no município, através dos indicadores de sustentabilidade.

Em uma das pesquisas realizadas pela UFSCar, Adeodato (2005) analisou as condições que favoreceram o monitoramento participativo da sustentabilidade por meio de indicadores, assim como as estratégias para incorporação da sustentabilidade em políticas públicas, a partir da experiência desenvolvida no Projeto Jaboticabal Sustentável, correspondendo ao período de 1999 a 2004. As fases e as ações realizadas no Projeto Jaboticabal Sustentável podem ser observadas junto ao período conforme a Figura 1.

	<b>1998</b>	
	Set	Envio do Projeto à FAPESP
	<b>1999</b>	Aprovação <u>Início da Fase 1</u>
	Nov.	Semin. Pesq – Sustent. E Políticas Públicas Indic. de Sustent. Urbana Semin. Pesq – Indicadores Socioeconômicos
	Dez.	Semin. Pesq – O contexto de Jaboticabal Semin. Pesq – Indic. de Saneam, Indic. de Qualid. Urbana, Indic. Habit.
<b>FASE 1</b> <b>8 meses</b>	<b>2000</b>	1º Seminário JS-Apresentação do Projeto JS
	Abr.	1ª Reunião GAJS
	Mai.	Reuniões GAJS
	Jun.	Reuniões GAJS
	Jul.	Relatório Fase 1 (Nov/99-Jul/00) Fim da Fase 1
	Ago.	Reuniões GAJS
	Out.	
	Nov.	Atividades da Equipe de Pesquisa
<b>Intervalo(1</b> <b>ano)</b>	<b>2001</b>	Período de espera de resposta da FAPESP sobre a Fase 2 Reinício do Projeto Início Fase 2
	Ago.	
	Set.	Atividades de Pesquisa
	Nov.	
	Dez.	Retomada das Atividades em Jaboticabal
<b>FASE 2</b> <b>(1º ano)</b>	<b>2002</b>	2º Seminário Jaboticabal Sustentável-Indicadores de Sust
	Fev.	1ª Mostra Jaboticabal Sustentável
	Mar.	Criação da Sala de Referência do PJS em Jaboticabal
	Mai.	Início dos trabalhos do 1º Caderno Jaboticabal Sustentável
	Jul.	Relat. Parcial Fase 2 p/ FAPESP (Ago/00-Jul/02) <u>Cont. Fase 2</u>
	Ago.	Preparação 1º Caderno JS e 2ª Mostra JS
	Set.	2ª Mostra Jaboticabal Sustentável Lançamento do 1º Caderno Jaboticabal Sustentável-“Conceitos”
	Nov.	Preparação 2º Caderno JS e do 3º Seminário JS
	Dez.	3º Seminário JS – Parte 1-Indicadores de Sustent. Para Água
<b>FASE 2</b> <b>2º Ano</b> <b>E ½)</b>	<b>2003</b>	3º Seminário JS – Partes 2 e 3
	Jan.	3º Seminário JS – Partes 4 e 5
	Fev.	1ª Encontro Jaboticabal Sustentável - Planejando para continuar
	Mar.	Preparação 2º Caderno JS e 3ª Mostra JS
	Mai.	2ª Encontro Jaboticabal Sustentável – Re-avaliando o PJS
	Ago.	Lançamento do 2º Caderno JS – “Conhecendo o Município”
	Set.	3ª Mostra Jaboticabal Sustentável

	Out.	Avaliação e Planejamento de Atividades
	Dez.	Início dos trabalhos de Institucionalização do GAJS Início dos trabalhos do 3º Caderno Jaboticabal Sustentável Relat. Parcial Fase 2 p/ FAPESP (Ago/02-dez/03)
	<b>2004</b>	
	Jan.	Discussões para criação do Fórum Jaboticabal Sustentável
	Mar.	Preparação 3º Caderno JS
	Mai.	3ª Encontro Jaboticabal Sustentável-Preparando o Fórum JS
	Jun.	Construção da Carta de Princípios do FJS
<b>FASE 2</b>	Jul.	3º Seminário JS – Parte 6
<b>(3º Ano)</b>	Ago.	Recebimento do Prêmio Especial CEBDS 2004
	Out.	Lançamento do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável Lançamento do 3º Caderno JS – “A água e a sustentabilidade”
	Dez.	1ª Reunião do Fórum Permanente JS 1ª Oficina de Formação de Agentes Locais de Sustentabilidade Relat. Parcial Fase 2 p/ FAPESP (Jan-Dez/04) Fim da Fase 2
	<b>2005</b>	
<b>FASE 3</b>		Início da Fase 3
	Mar.	Reunião de Planejamento do Fórum Permanente JS

FIGURA 1: Coluna do tempo do Projeto Jaboticabal Sustentável

Fonte: Adaptado de Adeodato (2005).

Diante das atividades realizadas, percebeu-se que a estratégia em processos participativos esteve como objetivo central, desde a construção coletiva de conceitos, princípios e dimensões, passando por seminários, mostras, etc., de maneira a produzir e socializar o conhecimento de forma acessível à população, através da elaboração coletiva de cadernos temáticos. Essas e outras ações estritamente participativas denotam a estratégia da UFSCar em estabelecer melhores condições de governabilidade, tendo como princípio a sustentabilidade local.

Dentro desse contexto, observa-se que o Projeto Jaboticabal Sustentável apresentou um esforço quanto ao aprendizado sobre a sustentabilidade, assim como um esforço em torno do exercício participativo, propondo uma relação aberta entre as entidades participantes e o poder público local. Embora não estivesse explícito no projeto enunciado pela UFSCar, o projeto pretendeu dinamizar o processo utópico da descentralização do poder administrativo, dada sua estratégia de ações coletivas, através da formação e capacitação de um grupo misto de entidades da sociedade civil de diferentes segmentos, e, igualmente, diferentes entidades representantes do poder público municipal.

### **4.3 A experiência do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS) no processo participativo na incorporação de conceitos sustentáveis**

As propostas recentes, dentro da concepção de participação popular nas relações de poder local, têm apontado para o envolvimento da população na formulação e nas decisões sobre as políticas públicas. Esse desafio de abertura participativa requer instrumentos, que possam colaborar para que haja canais que possibilitem, não somente conhecer as formas de funcionamento de uma administração municipal, como também participar nas soluções para os problemas, resultando em uma nova relação de trocas de responsabilidades nas decisões municipais.

As entidades participantes do GAJS constituíram-se como representantes de vários segmentos locais, entre elas, ONGs ambientalistas, empresa de assessoria ambiental, cooperativas de economia solidária, órgãos públicos estaduais, instituições de ensino privado, associações diversas, empresas de iniciativa privada, e representantes técnicos da administração municipal de diferentes setores.

Através da equipe de professores e alunos da UFSCar, promoveu-se sistematicamente a realização de reuniões e seminários para as discussões conceituais. Nessa etapa inicial das reuniões ocorreram os primórdios da sensibilização e da formação das pessoas envolvidas no grupo, para a construção da base conceitual sobre as dimensões e princípios de sustentabilidade, e para a formulação dos indicadores de sustentabilidade locais.

Para a formação, ampliação, consolidação do GAJS e para o aprofundamento das discussões sobre os conceitos de sustentabilidade foram feitas reuniões e seminários, facilitando aos participantes a assimilação de conceitos, idéias e argumentos expostos pelos participantes. Portanto, conduziu para uma construção coletiva dos conceitos, provocando maior assimilação das propostas da formulação da sustentabilidade.

Foi observado, como pesquisador participante, que a estratégia de construção de mapas cognitivos utilizada pela equipe de professores e alunos da UFSCar, provocou uma interação entre os atores representantes das entidades, proporcionando a aprendizagem através de trocas de conhecimentos e experiências, enriquecendo o processo de incorporação sobre a sustentabilidade. Essa relação de



horizontalidade na produção do conhecimento colaborou para com o enraizamento do sentido de coletividade e o sentido de processo participativo entre os atores.

Nessa estratégia de formação, foram incluídas apresentações de seminários apresentados por representantes das entidades, de maneira que os membros das entidades participantes expusessem seus conhecimentos e experiências realizadas. Nessa fase, houve o fortalecimento para o desenvolvimento das noções de dimensões da sustentabilidade de forma comparativa às experiências apresentadas pelos integrantes das entidades parceiras.

O desafio de implementação de espaços de interferências locais para uma perspectiva sustentável cria condições para que haja a noção de que a sustentabilidade deve encontrar-se permanentemente em construção, com inúmeras implicações de dimensões e de pluralidade a cada caso. A elaboração e a definição dos princípios e dimensões da sustentabilidade apresentou-se como fruto de uma ação coletiva, através do conhecimento apresentado por cada pessoa presente.

Para maior incorporação e ampliação sobre os conceitos e dimensões de sustentabilidade, foram realizadas oficinas com atividades que incluíram exercícios para a construção de indicadores de sustentabilidade para a água e indicadores para o consumo de energia. Tais exercícios colaboraram para a idealização e posterior realização da Primeira Mostra Jaboticabal Sustentável em praça pública. Esse evento teve como objetivos principais, o fortalecimento e integração das entidades parceiras, oportunidade de cada entidade estar mostrando suas atividades consideradas como sustentáveis, como também, proporcionar maior visibilidade pública ao projeto.

Nesse estágio somatório de atividades, durante a segunda fase, ocorreu um fortalecimento para ações mais concretas do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável (GAJS), a qual pode ser comprovada pelas atividades posteriores, como a realização de mais duas Mostras Jaboticabal Sustentável.

Outras comprovações sobre o fortalecimento de ações mais concretas do grupo estão na elaboração coletiva e posterior publicação de três cadernos da “Série Cadernos Jaboticabal Sustentável”, onde foram produzidos os seguintes cadernos:

Caderno I – Conceitos: contendo as formulações coletivas de conceitos e de dimensões da sustentabilidade, incluindo aspectos favoráveis e desfavoráveis à sustentabilidade.

Caderno II – Conhecendo o município: apresenta a caracterização do município, segundo as dimensões da sustentabilidade, através de aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Caderno III – A água e a sustentabilidade: apresenta as condições da água segundo as dimensões de sustentabilidade e os diferentes usos no município, como o uso urbano, uso rural, as águas pluviais e água como elemento de lazer e paisagístico. Apresenta-se nesse caderno a formulação coletiva de indicadores de sustentabilidade da água para a avaliação e monitoramento participativo.

Os principais objetivos da elaboração dos cadernos foram voltados para uma maior divulgação sobre a sustentabilidade junto à sociedade, levar ao conhecimento da comunidade estudantil, promover a divulgação do Projeto Jaboticabal Sustentável e a criação de uma base de dados para os indicadores. O processo de elaboração se deu pela realização de reuniões periódicas de trabalho, resultando em uma elaboração coletiva de seu conteúdo.

Quanto à formulação dos indicadores de sustentabilidade da água sob os aspectos locais, este se deu através da realização do 3º Seminário Jaboticabal Sustentável, o qual ocorreu em quatro etapas, de uma série prevista de seis etapas. A escolha do tema água como proposta para a formulação de indicadores, foi dada pela questão notória da importância desse bem.

A estratégia para formulação dos indicadores deu-se através da formação de 4 subgrupos de trabalho, relativos aos aspectos de uso urbano, o uso rural, as águas pluviais e a função ecológica, e, posteriormente, os resultados apresentados de cada grupo de trabalho foram discutidos coletivamente. As etapas do seminário consistiram em atividades de elaboração de indicadores, segundo os quatro diferentes aspectos relacionados com a água; a definição dos critérios de escolha de indicadores e sua forma de avaliação, adequando os indicadores segundo as dimensões da sustentabilidade.

Dessa forma, deu-se a escolha dos indicadores, para cada tipo de uso e, posteriormente, identificados por dimensões da sustentabilidade a que se refere cada indicador. A quinta etapa, a coleta de dados para avaliação, assim como a sexta etapa, a

de revisão dos indicadores e possíveis intervenções não foram concluídas até o término dessa pesquisa.

Quanto ao envolvimento dos integrantes do GAJS como base para as atividades mencionadas, tais atividades tiveram como objetivo os exercícios para a formulação posterior de novos outros indicadores necessários para a realidade local.

Nesse aspecto, em observação própria como pesquisador, a consolidação do GAJS nos trabalhos de elaboração dos indicadores da água contribuiu na evidência de que o grupo estaria capacitado para as ações voltadas para o monitoramento participativo dos indicadores de sustentabilidade, de forma a interferir nas políticas públicas. Portanto, confere ao Projeto Jaboticabal Sustentável em ser considerado como um instrumento que viabiliza a participação da sociedade organizada, abordando os assuntos locais em direção à sustentabilidade e à democratização do processo decisório das políticas públicas.

A importância dada a esse projeto foi demonstrada pelas entidades participantes do GAJS, através da preocupação sobre a continuidade dos trabalhos, pela percepção de dois momentos decisórios. O primeiro momento estaria relacionado com a estratégia prevista de afastamento gradual dos pesquisadores da UFSCar, como facilitadores do desenvolvimento do projeto, sendo necessária a maturidade do GAJS para dar continuidade aos trabalhos. O segundo momento estaria relacionado com a proximidade das eleições municipais de 2004, em que, considerando a prefeitura como parceira, entendeu-se que o grau de abertura participativa nas políticas locais dependeria do interesse da nova administração, sendo ela a continuidade da equipe atual no poder ou não. Nesse caso, durante a organização do 1º Encontro Jaboticabal Sustentável, em março de 2003, ocorreu o início de uma discussão sobre as estratégias que pudessem garantir a continuidade do Projeto Jaboticabal Sustentável, propondo-se a possibilidade de institucionalização do grupo, sendo analisados vários formatos, como por exemplo, em conselho, OSCIP, associação, fundação, fórum etc.

Após o 2º Encontro Jaboticabal Sustentável, em agosto de 2003, e o lançamento do 2º Caderno Jaboticabal Sustentável: Conhecendo o município, foram realizadas algumas reuniões entre as entidades parceiras do GAJS, e a equipe de pesquisadores da UFSCar, a qual culminou com a decisão coletiva de institucionalização do Projeto Jaboticabal Sustentável em Fórum Permanente

Jaboticabal Sustentável. Essa decisão deu-se pela visibilidade de que o formato em fórum atenderia aos objetivos de articulação entre as entidades da sociedade civil organizada e o poder local, pela maior representatividade e pela possibilidade de acesso a recursos, entre outras coisas. Foi elaborada uma Carta de Princípios do Fórum, através de um grupo de trabalho, e, posteriormente, avaliada e aprovada pelo GAJS.

A consolidação do GAJS em Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável aconteceu durante o evento simultâneo ao lançamento do Caderno 3: A água e a sustentabilidade, em outubro de 2004. Esse evento ocorreu após as eleições municipais, cujo evento foi caracterizado pela pouca presença da sociedade civil e pela ausência de representantes da prefeitura, ou seja, do governo ainda em gestão, porém, tendo sido derrotado nas eleições.

A adesão das entidades do GAJS ao formato de Fórum não mostrou-se expressiva, considerando o total de 32 entidades parceiras, somente 19 aderiram, sendo que desse total, conforme demonstrado no Quadro 6.

**QUADRO 6** – Entidades com adesão ao Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, 2004

<b>INSTITUIÇÃO</b>
1. Associação A Terra Rica
2. Associação Cultura Ecológica Raízes da Terra – ACERT
3. Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais – APAE
4. Centro de Educação Ambiental – CEA/PMJ
5. Departº de Ação Social – Sec. Saúde e Ação Social
6. Economia Solidária
7. Empresa Municipal de Urbanização de Jaboticabal
8. Faculdade de Educação São Luis
9. Fundação ITESP
10. Grupo Ecológico Amigos da Natureza
11. Ingá- Planejamento Ambiental e paisagístico
12. Movimento Unificado de Defesa Ambiental – MUDA
13. Organização Cultural e Ambiental – OCA
14. Ordem dos Advogados do Brasil
15. Polícia Ambiental
16. Prefeitura Municipal de Jaboticabal
17. Rede Jovem Jaboticabal pela Sustentabilidade – REJOJS
18. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal – SAAEJ
19. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Fonte: Lista de adesão durante o lançamento do Fórum

Quanto ao Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, ainda no final de 2004, foi decidido a formação de um grupo denominado Grupo de Articulação e Facilitação, composto por representantes das entidades parceiras, onde no interior desse grupo, encontram-se dois subgrupos, sendo o primeiro, de articulação para a educação e formação de agentes da sustentabilidade e um segundo, de elaboração de projetos para acesso a recursos.

Pela necessidade da continuidade dos trabalhos, agora do Fórum e pela importância de formação de um maior número de agentes junto às questões de políticas públicas mais sustentáveis, a UFSCar realizou a 1ª Oficina de Formação de Agentes Locais da sustentabilidade, em dezembro de 2004, direcionado aos funcionários de carreira da prefeitura e pessoas da comunidade, com o objetivo de que mais pessoas se tornassem agentes de monitoramento da sustentabilidade, portanto, de maior abertura do Fórum à sociedade.

No início de 2005, através do Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), vinculado ao Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável posicionou-se como instituição âncora de articulação para implantação do programa referido, envolvendo seis municípios. Até meados de junho de 2005 foram realizadas três reuniões de articulação, as quais ocorreram em diferentes municípios (Jaboticabal, Monte Alto e Guariba), evitando-se a centralização em determinado município. As reuniões contaram com a presença de representantes de organizações civis e do poder municipal das cidades de Barretos, Bebedouro, Guariba, Jaboticabal, Monte Alto e Taquaritinga, para estudos de implantação do programa.

#### **4.4 A experiência do processo participativo nas ações coletivas do GAJS**

A estratégia da UFSCar foi comentada por Adeodato (2005), onde, segundo a autora, “a universidade se colocou como assessoria técnico-política, assumindo um papel de provocação de questões, facilitação do aprendizado sobre sustentabilidade e a moderação das relações entre os atores.”

Essa estratégia permitiu que as entidades participantes pudessem, livremente, percorrer por todas as ações realizadas, facilitando o aumento do conhecimento da realidade local, sob os conceitos produzidos sobre a sustentabilidade. Assim, as atividades concretas e coletivas junto ao GAJS foram realizadas, principalmente, sob as seguintes ações: a) na formulação coletiva de princípios e dimensões da sustentabilidade; b) na elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável 1, 2 e 3; c) na participação das Mostras Jaboticabal Sustentável I, II e III; d) na formulação dos indicadores da água e) na formulação da Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, e f) a oficina de formação de agentes locais da sustentabilidade conduzida pela UFSCar, cujas ações são descritas a seguir.

#### **4.4.1 Formulação de princípios e dimensões da sustentabilidade pelo GAJS**

Os seminários e as oficinas, mediados por professores da UFSCar, junto aos atores representantes das entidades parceiras, inicialmente provocaram o entendimento do que poderia ser conceituada a sustentabilidade. Nessa perspectiva, é importante resgatar alguns aspectos marcantes, que propiciaram a experiência da construção coletiva do conhecimento, como estratégia dos pesquisadores da UFSCar dirigida à sociedade organizada.

Os conceitos e princípios da sustentabilidade, adotados pela realidade local, foram formulados em oficinas, ressaltando os problemas locais, suas origens e suas possíveis intervenções. Após as discussões sobre os conceitos, os exercícios sobre o conhecimento adquirido, oficinas e das apresentações de seminários por algumas entidades participantes, deu-se a construção da base conceitual sobre as dimensões e princípios de sustentabilidade.

As interpretações concebidas pelos participantes mostraram a compreensão da sustentabilidade sob os aspectos de dimensão ambiental, econômica, social, política e cultural, sendo seus princípios discutidos e formulados pelo coletivo de entidades, através da construção de mapas cognitivos.

Após a formulação dos conceitos e princípios da sustentabilidade e a percepção da importância desse aprendizado, o GAJS percebeu a necessidade da socialização do conhecimento adquirido, decidindo a publicação dos textos elaborados

sobre os princípios e dimensões da sustentabilidade, com o intuito de levar ao conhecimento público, e de maneira que se constituíssem em forma de fascículos, sendo então, o Caderno Jaboticabal Sustentável nº 1: Conceitos, o primeiro de uma série pretendida.

Através da formatação de cinco sub-grupos de trabalho, divididos em atenção às cinco dimensões da sustentabilidade adotada pelo GAJS, foram realizadas reuniões periódicas para a elaboração do texto a ser publicado. De posse da versão final de cada grupo, caracterizando os aspectos das dimensões, os textos foram submetidos ao coletivo, revisados, complementados e concluídos para a publicação.

Esse primeiro caderno apresentou o esclarecimento à sociedade sobre o que pode significar o termo sustentável, incluindo as características e atribuições das dimensões da sustentabilidade. Assim, as características de princípios e atribuições das dimensões da sustentabilidade elaboradas pelo grupo foram as seguintes:

- Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

Princípio formulado: Garantir que a utilização dos recursos naturais não comprometa a qualidade ambiental.

Atribuições formuladas:

- Compreender e respeitar as dinâmicas do meio ambiente;
- Entender que o ser humano é apenas uma das partes deste ambiente e
- Melhorar e controlar o uso dos recursos naturais, respeitando sua capacidade de renovação.

- Dimensão Econômica da Sustentabilidade

Princípio formulado: Gerar oportunidades de trabalho e emprego, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios econômicos.

Atribuições formuladas:

- Gerar trabalho de forma digna;
- Possibilitar a distribuição de renda;
- Promover o desenvolvimento das potencialidades locais e
- Diversificar setores e atividades econômicas.

- Dimensão Social da Sustentabilidade

Princípio formulado: Garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens e serviços de boa qualidade, necessários para uma vida digna.

Atribuições formuladas:

- Investir em equipamentos públicos, formação de profissionais e condições de trabalho;
- Privilegiar o atendimento para as pessoas mais carentes e
- Diminuir as desigualdades de renda e de padrões de consumo.

- Dimensão Política da Sustentabilidade

Princípio formulado: Garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa.

Atribuições formuladas:

- Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas;
- Favorecer o acesso às informações, permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades;
- Superar as práticas e políticas de exclusão e
- Buscar o consenso nas decisões coletivas.

- Dimensão Cultural da Sustentabilidade

Princípio formulado: Promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais acompanhando suas transformações.

Atribuições formuladas:

- Valorizar culturas tradicionais;
- Divulgar a história da cidade;
- Garantir a todos oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento e
- Investir na construção, reforma e restauração de equipamentos culturais.



As visões pluridimensionais sustentáveis, construídas coletivamente pelo GAJS, mostraram diretrizes que devem, sobretudo, buscar soluções para o sistema como um todo, interligando os aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, configurando-se como um instrumento de mudança. As reflexões relacionadas ao local mostram as abordagens sobre temas como: saúde, habitação, equidade econômica, participação, educação, cultura, dinâmica do ambiente e outros aspectos que interferem diretamente no atendimento das necessidades da vida, com qualidade a todos.

Nos autores anteriormente mencionados como Steinberger (2001), Acsehrad e Leroy (1999), Grazia et al. (2001) e Cavalcanti (1998) e outros, podem ser detectadas várias outras abordagens sobre aspectos da sustentabilidade, o que não significa haver alguma fuga às proposições apontadas pelo grupo. Alguns temas, como sustentabilidade ecológica, tempo de renovação dos recursos naturais, leis de mercado, qualidade/quantidade dos padrões de consumo, entre outros, encontram-se implicitamente contemplados nas abordagens formuladas ao constatar as inter-relações necessárias para a realização da sustentabilidade, mediante as premissas elaboradas.

Considerando a dimensão política da sustentabilidade, enquanto proposta de práticas participativas, na busca de transformações para implementação de ações sustentáveis, a criatividade das entidades parceiras demonstrou a possibilidade da implementação de ações inovadoras e de resultados expressivos para a melhoria das condições de gestão mais democrática, junto ao poder público, expresso no Caderno.

Convém registrar que, praticamente, o grupo composto para a elaboração dos conceitos de dimensões da sustentabilidade foi, simultaneamente, o grupo que elaborou o Caderno 1: Conceitos.

#### **4.4.2 Processo participativo na elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável**

Quanto às diferentes entidades participantes do GAJS destacam-se três aspectos a serem considerados. O primeiro trata sobre a composição do grupo, já anteriormente mencionado, cujas entidades participantes são representantes de diversos segmentos sociais. O segundo aspecto cabe à existência de uma pluralidade de identidade quanto aos objetivos de cada entidade. A terceira consideração cabe à originalidade, em se tratando, não de, por exemplo, um movimento reivindicatório e

sim, um grupo de entidades de diferentes perfis, e, sobretudo, voltado à formulação coletiva de uma intervenção sustentável local, pela participação nas políticas públicas.

- **A experiência de formulação do Caderno nº1: Conceitos**

Com base nas características por atuação das entidades registradas durante a elaboração do Caderno Jaboticabal Sustentável nº1: Conceitos, lançado em setembro de 2002, pode-se projetar a participação das entidades e o número de seus integrantes participantes na elaboração do caderno, como mostra a Tabela 3.

Optou-se em identificar separadamente o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável da equipe da UFSCar, uma vez que a equipe da universidade é composta por facilitadores e mediadores do processo de formação e capacitação dos integrantes do grupo. O critério adotado para pontuar o número de participantes por entidade foi de modo a não considerar o mesmo indivíduo em mais de uma entidade. A não ser quando ele ocorre como o único para mais de uma entidade, que para esse caso foi representado com o asterisco. A característica por atuação foi dada em relação à entidade em que o participante se identificou e registrado no Caderno.

**TABELA 3:** Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 1: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2002.

<b>ENTIDADES PARTICIPANTES DO GAJS E CARACTERÍSTICA POR ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES NA ELABORAÇÃO DO CADERNO</b>
ONG – movimento ambientalista 1	07
ONG – movimento ambientalista 2	01 *
ONG – movimento ambientalista 3	02
<b>Setor Privado</b> – atividades ambientais	02
<b>Poder público municipal</b> – educação ambiental	01
<b>Poder público municipal</b> – autarquia/saneamento	04
<b>Poder público municipal</b> – autarquia/urbanização	01
<b>Poder público municipal</b> – obras e serviços	02
<b>Público estadual</b> – ensino, pesquisa e extensão	05
<b>Privado</b> – Ensino superior	01*
<b>Total de entidades: 10</b>	<b>26</b>
<b>UFSCar:</b> professores e alunos	19

**FONTE:** Cadernos Jaboticabal Sustentável n.º 1: Conceitos (2002)

OBS. (\*) entidade com o mesmo representante simultaneamente.

A forma de elaboração do texto do Caderno 1 deu-se através da divisão do GAJS em sub-grupos, distribuídos entre os princípios formulados das cinco dimensões da sustentabilidade, onde os integrantes escolheram a dimensão em função da sua inclinação ou interesse. O texto final foi revisado e aprovado pelo GAJS.

Pode-se observar pela Tabela 3, que para essa fase do projeto, de 10 entidades, 5 podem ser consideradas com atividades diretas em dimensão ambiental, sendo três ONGs ambientalistas, uma entidade pública, voltada à educação ambiental, e uma entidade privada, também voltada às atividades ambientais. Em seguida, três entidades pertencentes ao atendimento de serviços públicos municipais, uma voltada ao ensino público, e uma entidade privada de ensino. Não foi identificada entidade em dimensão política e cultural. Sendo assim, percebe-se que, quanto ao perfil das entidades por dimensão, prevalece o perfil ambiental. Dos 26 participantes, 8 foram do poder público perfazendo 31%, aproximadamente, de pessoas pertencentes ao governo municipal.

- **A experiência de formulação do Caderno nº 2: Conhecendo o município**

O Caderno Jaboticabal Sustentável nº 2: Conhecendo o município, lançado em agosto de 2003, apresentou-se com evoluções quanto ao conteúdo, bordando as conceituações das dimensões ambiental, econômica, social, política e cultural, caracterizando o município, enquanto cada dimensão, através de exemplos práticos e locais.

A elaboração da versão final do Caderno 2 deu-se por uma equipe editorial, formada por integrantes voluntários das diversas entidades, os quais ficaram responsáveis pelo texto, compondo-se em subgrupos responsáveis por cada dimensão da sustentabilidade. O texto resultante dos grupos foi revisado e aprovado em reunião do GAJS para a publicação da versão final.

As entidades parceiras do GAJS para essa fase, sua característica de atuação e seu número de integrantes são apresentadas na Tabela 4. O critério adotado no Caderno 2 para o agrupamento entre os participantes, enquanto característica de atuação, foi o mesmo para o Caderno 1.

**TABELA 4:** Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 2: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2003.

<b>ENTIDADES PARTICIPANTES DO GAJS E CARACTERÍSTICA POR ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES NA ELABORAÇÃO DO CADERNO</b>
<b>Entidade assistencial 1</b>	Ausente
<b>Entidade assistencial 2</b>	Ausente
<b>Comitê de bacia – entidade de formação mista</b>	Ausente
<b>ONG – agricultura familiar</b>	Ausente
<b>ONG –divulgação cultural</b>	Ausente
<b>ONG –Movimento ambientalista 1</b>	04
<b>ONG –Movimento ambientalista 2</b>	01*
<b>ONG –Movimento ambientalista 3</b>	01
<b>Setor Privado – atividades sobre o meio ambiente</b>	02
<b>Poder Público municipal – educação ambiental</b>	01
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	05
<b>Poder público municipal – autarquia/urbanização</b>	02
<b>Poder público municipal – obras e serviços</b>	01
<b>Poder público municipal – educação</b>	Ausente
<b>Poder público municipal – saúde/social 1</b>	02
<b>Poder público municipal – social 2</b>	Ausente
<b>Público Estadual – assist.reforma agrária.</b>	Ausente
<b>Público Estadual – segurança pública</b>	Ausente
<b>Público Estadual – serviço de socorros</b>	Ausente
<b>Público Estadual – assistência à agricultura</b>	Ausente
<b>Público Estadual – Ensino, pesquisa e extensão</b>	04
<b>Setor Privado – Ensino superior</b>	01*
<b>Setor Privado – Ensino fundamental e médio</b>	Ausente
<b>Setor Privado – cooperativa de segmento profissional</b>	Ausente
<b>Cooperativa – entidade de economia solidária 1</b>	Ausente
<b>Cooperativa – entidade de economia solidária 2</b>	Ausente
<b>Cooperativa – entidade de economia solidária 3</b>	Ausente
<b>Total de entidades: 27</b>	<b>24</b>
<b>Público federal – Ensino, pesquisa e extensão</b>	<b>20</b>

FONTE: Cadernos Jaboticabal Sustentável n.º 2: Conhecendo o município (2003)

OBS. (\*) Entidade com o mesmo representante.

Para essa etapa houve um aumento do número de entidades compondo o GAJS, perfazendo um total de 27, porém, com o número total de entidades integrantes na elaboração do caderno, reduzido para 11. Pode-se perceber, pela Tabela 4, que 16

entidades foram registradas como parceiras do GAJS, mas não participaram da elaboração e revisão do Caderno 2, estando elas com ausência nessa ação.

Quanto ao Caderno 2, o grupo responsável pela elaboração está apresentado na Tabela 5.

**TABELA 5:** Entidades do GAJS na elaboração do Caderno 2: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2003.

<b>ENTIDADES PARTICIPANTES DO GAJS E CARACTERÍSTICA POR ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES NA ELABORAÇÃO DO CADERNO</b>
<b>ONG</b> – movimento ambientalista 1	04
<b>ONG</b> – movimento ambientalista 2	01
<b>ONG</b> – movimento ambientalista 3	01
<b>Setor Privado</b> – atividades sobre o meio ambiente	02
<b>Poder público municipal</b> – educação ambiental	01
<b>Poder público municipal</b> – autarquia/saneamento	05
<b>Poder público municipal</b> – autarquia/urbanização	02
<b>Poder público municipal</b> – obras e serviços	01
<b>Poder público municipal</b> – saúde/social 1	02
<b>Público Estadual</b> – ensino, pesquisa e extensão	04
<b>Setor Privado</b> – ensino superior	01
<b>Total: 11 entidades</b>	<b>24</b>
<b>Público Federal</b> – Ensino, pesquisa e extensão Equipe da UFSCar	<b>20</b>

FONTE: Cadernos Jaboticabal Sustentável n.º 2: Conhecendo o município (2003)

Pode-se perceber que, praticamente, as entidades que participaram na elaboração do Caderno 2 foram as mesmas que elaboraram o Caderno 1. A diferença foi a inclusão de mais uma entidade do poder público municipal, com atuação social. Entidades com perfil em dimensão política e cultural não foram identificadas no GAJS para a elaboração desse caderno. Verificou-se que nove representantes de entidades pertencem às atividades diretamente ligadas à dimensão ambiental. Dos vinte e quatro representantes, onze pertenceram ao poder público municipal, perfazendo 46% das pessoas nessa atividade. O aumento do número de entidades participantes no GAJS elevou-se de 10, na elaboração do Caderno 1, para 27, sendo que somente 11 entidades participaram na elaboração do Caderno 2. As entidades da sociedade civil praticamente foram caracterizadas como de atuação em dimensão ambiental e em educação.

- **A experiência de formulação do Caderno 3: A água e a sustentabilidade**

Este caderno, lançado em outubro de 2004, simultaneamente com o Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável, traz uma análise da água, abordando as dimensões da sustentabilidade, os diferentes usos e algumas propostas de indicadores para avaliação e monitoramento da água. Portanto, foi mais um instrumento de fortalecimento e apoio à disseminação das idéias da sustentabilidade, veiculado à sociedade local.

Com igual estratégia de elaboração do texto do Caderno 2, a primeira versão coletiva do Caderno 3 deu-se por uma equipe coordenadora, formada por representantes voluntários das entidades responsáveis pelo texto, compondo-se em subgrupos responsáveis por cada dimensão da sustentabilidade. O texto resultante dos grupos foi revisado pelo GAJS, para a publicação da versão final.

As entidades parceiras do GAJS, para essa fase, sua característica de atuação e seu número de integrantes na elaboração, estão apresentados na Tabela 6. O critério adotado nos Cadernos 1 e 2, para o agrupamento entre os participantes, enquanto característica de atuação das entidades, foi o mesmo para o Caderno 3.

**TABELA 6:** Entidades do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável registradas no Caderno 3: característica por atuação e número de integrantes por entidade na elaboração. Jaboticabal, 2004.

<b>ENTIDADES PARTICIPANTES DO GAJS E CARACTERÍSTICA POR ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES NA ELABORAÇÃO DO CADERNO</b>
<b>Entidade assistencialista 1</b>	Ausente
<b>Entidade assistencialista 2</b>	Ausente
<b>Comitê de bacia – entidade de formação mista</b>	Ausente
<b>ONG – agricultura familiar</b>	Ausente
<b>ONG – proteção aos animais</b>	Ausente
<b>Rede de jovens pela sustentabilidade (REJOJS)</b>	Ausente
<b>ONG – Movimento ambientalista 1</b>	01
<b>ONG – Movimento ambientalista 2</b>	Ausente
<b>ONG – Movimento ambientalista 3</b>	Ausente
<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>	02
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	02
<b>Poder público municipal – autarquia/urbanização</b>	Ausente
<b>Poder público municipal – obras e serviços</b>	Ausente

<b>Poder público municipal</b> – educação	Ausente
<b>Poder público municipal</b> – saúde/social 1	01
<b>Poder público municipal</b> – social 2	Ausente
<b>Poder público municipal</b> – cultura	Ausente
<b>Poder público municipal</b> – planejamento	Ausente
<b>Público Estadual</b> – assist. reforma agrária	01
<b>Público Estadual</b> – segurança pública	Ausente
<b>Público Estadual</b> – assistência téc. agricultura	Ausente
<b>Público Estadual</b> – Ensino, pesquisa e extensão	Ausente
<b>Público Estadual</b> – fiscalização ambiental	Ausente
<b>Público Estadual</b> – serviço de socorros	Ausente
<b>Setor Privado</b> – Ensino superior	Ausente
<b>Setor Privado</b> – Ensino fundamental e médio	Ausente
<b>Setor Privado</b> - Ensino técnico	03
<b>Setor Privado</b> – atividades sobre o meio ambiente	02
<b>Cooperativa</b> – entidade de economia solidária 1	Ausente
<b>Cooperativa</b> – entidade de economia solidária 2	Ausente
<b>Cooperativa</b> – entidade de economia solidária 3	Ausente
<b>Setor Privado</b> – cooperativa de segmento profissional	Ausente
<b>Total: 32 entidades</b>	<b>12</b>
<b>UFSCar: professores e alunos</b>	<b>08</b>

FONTE: Cadernos Jaboticabal Sustentável n.º 3: A água e a sustentabilidade (2004)

OBS. (\*) Entidade com o mesmo representante.

Verificou-se, mais uma vez, o aumento de entidades na composição do GAJS nessa etapa, sendo de 27 para 32 entidades participantes registrados no Caderno 3. É importante notar que a elaboração do texto foi realizada por 7 entidades, muito embora essas atividades estivessem abertas a qualquer entidade participante que mostrasse interesse e disponibilidade para tal. Dessas 7 entidades que participaram na formatação do Caderno 3, verifica-se que 4 estiveram presentes na elaboração dos Cadernos 1 e 2; uma presente na elaboração do Caderno 2, e somente duas aderiram recentemente ao GAJS, participando da elaboração do Caderno. Verifica-se, também, que 3 entidades pertencem ao poder público municipal; uma ao poder público estadual; uma entidade privada de atuação ao meio ambiente, uma entidade privada voltada à educação e uma entidade caracterizada como ONG ambientalista. Do total de 12 participantes na elaboração, 05 representavam o poder público municipal perfazendo cerca de 42% nesse segmento. Verificou-se que duas ONGs ambientalistas, parceiras iniciais, não estiveram presentes na elaboração desse caderno.

#### 4.4.3 Participação das entidades nas Mostras Jaboticabal Sustentável

Com o objetivo de dar ainda maior visibilidade pública ao Projeto Jaboticabal Sustentável, assim como, buscar novos participantes e favorecer a consolidação do GAJS, surgiu a proposta de ser realizada uma exposição, onde todas as entidades pudessem expor seus trabalhos realizados como ações pertinentes à sustentabilidade. Portanto, foi decidido pelo grupo que o evento seria realizado em praça pública, para que mais pessoas pudessem entrar em contato com o projeto.

Assim, as experiências locais realizadas pelas entidades e consideradas mais sustentáveis foram apresentadas em três eventos denominados Mostra Jaboticabal Sustentável I, II e III. A primeira mostra foi realizada em 9 de março de 2002, a segunda, em 21 de setembro de 2002, e a terceira, em 13 de setembro de 2003, todas em praça pública, em dia de sábado e em horário de pico de movimento. A cada evento, o planejamento foi realizado por todas as entidades, sendo que a viabilização de cada mostra foi feita através de uma comissão organizadora, cujos representantes pertenciam às entidades do poder público municipal.

As entidades parceiras do GAJS e participantes das três mostras podem ser observadas na Tabela 7.

**TABELA 7:** Entidades participantes nas três Mostras Jaboticabal Sustentável.

<b>MOSTRA I – 9/03/2002</b>	<b>MOSTRA II – 21/09/2002</b>	<b>MOSTRA III – 13/09/2003</b>
<b>ONG ambientalista 1</b>	<b>ONG ambientalista 1</b>	<b>ONG ambientalista 1</b>
<b>ONG ambientalista 2</b>	<b>ONG ambientalista 2</b>	<b>ONG ambientalista 2</b>
<b>ONG ambientalista 3</b>	<b>ONG ambientalista 3</b>	<b>ONG ambientalista 3</b>
<b>ONG – agricultura familiar</b>	<b>ONG – agricultura familiar</b>	<b>ONG – agricultura familiar</b>
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>
<b>Privado – atividades ao meio ambiente</b>	<b>Privado – atividades ao meio ambiente</b>	<b>Privado – atividades ao meio ambiente</b>
<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>	<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>	<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>
<b>Privado – Ensino superior</b>	<b>Privado – Ensino superior</b>	<b>Privado – Ensino superior</b>
<b>Público Estadual – Ensino, pesquisa e extensão</b>	<b>Público Estadual – Ensino, pesquisa e extensão</b>	<b>Público Estadual – Ensino, pesquisa e extensão</b>
	<b>ONG – movimento cultural</b>	<b>ONG – movimento cultural</b>
<b>Total: 09</b>	<b>Entidade assistencialista 1</b>	<b>Entidade assistencialista 1</b>



	<b>Entidade assistencialista 2</b>	<b>Entidade assistencialista 2</b>
	<b>Comitê de bacia</b> – entidade de formação mista	<b>Comitê de bacia</b> – entidade de formação mista
	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 1	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 1
	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 2	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 2
	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 3	<b>Cooperativa</b> –economia solidária 3
	<b>Setor Privado</b> – cooperativa de segmento profissional	<b>Setor Privado</b> – cooperativa de segmento profissional
	<b>Setor Privado</b> – Ensino fundamental e médio	<b>Setor Privado</b> – Ensino fundamental e médio
	<b>Público Estadual</b> – assistência à acidentados	<b>Público Estadual</b> – assistência à acidentados
	<b>Público Estadual</b> – assist. à reforma agrária	<b>Público Estadual</b> – assist. à reforma agrária
	<b>Público Estadual</b> – segurança pública	<b>Público Estadual</b> – segurança pública
	<b>Público Estadual</b> – fiscalização ambiental	<b>Público Estadual</b> – fiscalização ambiental
	<b>Poder público municipal</b> – autarquia/urbanização	<b>Poder público municipal</b> – autarquia/urbanização
	<b>Poder público municipal</b> – saúde/social 1	<b>Poder público municipal</b> – saúde/social 1
	<b>Poder público municipal</b> – social 2	<b>Poder público municipal</b> – social 2
	<b>Poder público municipal</b> – educação	<b>Poder público municipal</b> – educação
	<b>Poder público municipal</b> – social 3	<b>Poder público municipal</b> – social 3
	<b>Total: 27</b>	<b>Público Estadual</b> – assistência à agricultura
		<b>ONG</b> – proteção aos animais
		<b>Total: 29</b>

FONTE: Prefeitura Municipal de Jaboticabal e anotações do pesquisador

Embora a UFSCar estivesse presente durante as três mostras, nessa caracterização de entidades, a universidade não foi incluída por ser a responsável pela formação das demais entidades.

Quanto à presença de entidades nesses eventos, pode-se perceber, pela Tabela 7, que da Mostra I para a Mostra II, o número total de entidades participantes triplicou, passando de 09 para 27 em apenas 6 meses. Já na Mostra III, em relação à Mostra II, esse número passou para 29, com o acréscimo de somente uma entidade de

perfil de dimensão ambiental, e outra, de perfil social. As entidades que podem ser consideradas de perfil de dimensão cultural e política estiveram presentes somente nas Mostras II e III, e com uma única entidade representante de cada dimensão. Percebe-se que o poder público municipal esteve presente, representando cerca de 22% das entidades na Mostra I, 26%, na Mostra II e 24%, na mostra III.

#### **4.4.4 Formulação coletiva de indicadores de sustentabilidade da água**

A experiência realizada sobre a formulação de indicadores de sustentabilidade da água, insere-se nesta pesquisa como evento de importância por três motivos. O primeiro, encontra-se pela formulação dentro de um processo coletivo. O segundo, pela sistematização sobre o reconhecimento da transdimensionalidade. O terceiro motivo, pela evidência sobre o nível de conhecimento e maturidade do grupo para as possíveis ações e monitoramento participativo sobre as políticas públicas.

Miranda (2003), ao estudar a escolha de indicadores de sustentabilidade em sistemas urbanos de água e esgoto para Jaboticabal, constatou que os trabalhos realizados pelo GAJS ocorreram em seis encontros descritos a seguir, sendo as duas últimas ainda a serem realizadas.

- Primeira etapa: proposição de indicadores, segundo quatro diferentes aspectos relacionados com a água (uso urbano, uso rural, águas pluviais e função ecológica), considerando os que pudessem representar problemas à comunidade e ao ambiente;
- Segunda etapa: definição dos critérios de indicadores e sua forma de avaliação;
- Terceira etapa: escolha dos indicadores propostos na primeira etapa, segundo os critérios estabelecidos;
- Quarta etapa: adequação dos indicadores, segundo as dimensões de sustentabilidade ambiental, social econômica, política e cultural e
- Quinta etapa: coleta de dados para mensuração dos indicadores escolhidos. (não desenvolvida)
- Sexta etapa: revisão dos indicadores e possíveis intervenções (não desenvolvida)

Após a formulação dos indicadores e da definição de critérios de avaliação dos indicadores selecionados, o GAJS identificou as dimensões da

sustentabilidade sobre as caracterizações dos indicadores selecionados, conforme a Tabela 8.

**TABELA 8:** Identificação das dimensões sobre as características dos indicadores da água formulados pelo GAJS

<b>DIMENSÃO</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>INDICADOR</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental</li> <li>• Econômica</li> <li>• Social</li> <li>• Cultural</li> </ul>	Consumo de água	Consumo de água per capita
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Econômica;</li> <li>• Social</li> </ul>	Falta de água nas residências	Número de reclamações por falta de água
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental;</li> <li>• Social</li> </ul>	Vazão dos rios para captação	Vazão dos rios para captação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental;</li> <li>• Econômica;</li> <li>• Social</li> </ul>	Lançamento de esgoto “in natura” nos corpos d’água	Número de pontos de lançamento de esgoto “in natura” nos corpos d’água
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental;</li> <li>• Econômica</li> </ul>	Perdas de água	Índices de perda de água no sistema
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Econômico;</li> <li>• Social;</li> <li>• Cultural</li> </ul>	Limpeza de caixa d’água	Frequência de limpeza de caixas de água nas residências
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental;</li> <li>• Econômica</li> <li>• Social</li> </ul>	Vazamento de esgoto	Número de vazamento de esgoto
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiental;</li> <li>• Econômica e</li> <li>• Social</li> </ul>	Doenças de veiculação hídrica	Número de caso de doenças de veiculação hídrica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política</li> </ul>	Conselho de gestão de recursos hídricos	Existência de conselho de gestão de recursos hídricos
Não identificado	Desconformidade com padrão de potabilidade	Desconformidade da água segundo os padrões de potabilidade
Não identificado	Desconformidade com o enquadramento dos corpos hídricos	Desconformidade com o enquadramento dos corpos hídricos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não identificado</li> </ul>	Produtos químicos utilizados no tratamento da água tratada	Quantidade de produto químico utilizado no tratamento / 1000 m <sup>3</sup> de água tratada
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não identificado</li> </ul>	Abordagem do tema água no ensino de forma ampla	Abordagem do tema água no ensino, de forma ampla

FONTE: Adaptado de Miranda (2003)

O trabalho coletivo de caracterização e elaboração dos indicadores de sustentabilidade da água, assim como a identificação das dimensões, torna-se de relevância, pois foram identificados treze indicadores, sendo oito pluridimensionais, um exclusivamente de dimensão política e quatro de dimensão não identificadas pelo grupo presente.

Percebeu-se que os elos da transdimensionalidade se fazem presente entres os indicadores. Considerando, por exemplo, que na abordagem do tema água no ensino, questiona-se o tratamento adequado dado a água para sua potabilidade, onde se inclui os produtos químicos para o seu tratamento, segundo o tipo de manancial utilizado, assim como a sua preservação/manutenção/conservação para prover a vazão necessária ao abastecimento local. O consumo de água e a produção de esgoto, ambigualmente relacionados, cruzam-se com a veiculação das doenças hídricas, assim como a cultura da manutenção das caixas d'água. Quanto à dimensão política da sustentabilidade, o Conselho de Gestão de Recursos Hídricos institucionalizado, comporia a força política para resolução dos problemas monitorados.

Segundo Miranda (2003), quanto às entidades participantes, a maioria participou, pelo menos, em quatro encontros. As entidades que participaram na elaboração dos indicadores e o número de representantes por entidade estão demonstradas na Tabela 9.

**TABELA 9:** Entidades participantes na elaboração dos indicadores da água, característica de atuação e número de representantes presentes.

<b>ENTIDADES PARTICIPANTES ECARACTERÍSTICA POR ATUAÇÃO</b>	<b>Nº DE INTEGRANTES NA ELABORAÇÃO</b>
<b>ONG –Movimento ambientalista 1</b>	01
<b>Setor Privado – atividades ao meio ambiente</b>	02
<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>	02
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	09
<b>Poder público municipal – autarquia/urbanização</b>	01
<b>Poder público municipal – obras e serviços</b>	02
<b>Poder público municipal – saúde/social 1</b>	01
<b>Poder público municipal – planejamento</b>	02
<b>Público Estadual – Ensino, pesquisa e extensão</b>	07
<b>Total: 09 entidades</b>	<b>26</b>
<b>UFSCar: professores e estudantes</b>	<b>08</b>

FONTE: Lista de presença

Percebe-se que a autarquia municipal, cujo objetivo principal é promover a captação, tratamento e distribuição da água no município, assim como promover a captação e tratamento do esgoto produzido, mostrou-se com a maior presença, enquanto número de representantes, seguida da entidade do poder público estadual em ensino pesquisa e extensão. Percebe-se a presença de somente duas entidades da sociedade civil, uma de movimento ambientalista e uma privada com ações ambientais, e 6 entidades do poder público municipal, totalizando 17 representantes. O poder público municipal foi representado por 67% das entidades.

#### 4.4.5 Carta de Princípios do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável.

A constituição em Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável deu-se através da análise de uma série de aspectos positivos ou não ao propósito do GAJS, em relação aos conceitos e finalidades sobre alternativas institucionais de organização da sociedade para dar continuidade ao Projeto. Dentre as alternativas foram observadas as formas de conselho, OSCIP, associação, agência e fundação. O formato de Fórum foi decidido pelo coletivo e, através de um grupo voluntário, foi elaborada a Carta de Princípio do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável (Anexo 4), a qual, igualmente, foi aprovada pelo GAJS. A elaboração da Carta foi feita por um total de 11 representantes, composto por 08 entidades parceiras, conforme mostra a Tabela 10.

**TABELA 10:** Entidades participantes na elaboração da Carta de Princípios e o número de representantes.

<b>ENTIDADE</b>	<b>Nº de representantes por entidade</b>
<b>Poder público municipal – saúde/social 1</b>	01
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>	02
<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>	02
<b>Poder público estadual – assistência à reforma agrária</b>	01
<b>Entidade assistencialista 1</b>	01
<b>Entidade assistencialista 2</b>	01
<b>ONG movimento ambientalista 1</b>	01
<b>Setor privado – atuação ao meio ambiente</b>	02
<b>Total de entidades: 08</b>	Total: 11

FONTE: Lista de presença das reuniões

Nessa constituição, das 32 entidades registradas no Caderno 3, último caderno formulado, somente 16 aderiram ao Fórum durante o seu lançamento. Em um total de 19 entidades, 3 são entidades iniciantes no Projeto Jaboticabal Sustentável, conforme o Quadro 7:

**QUADRO 7:** Entidades parceiras no Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável e característica de atuação

<b>ONG ambientalista 1</b>
<b>ONG ambientalista 2</b>
<b>ONG ambientalista 3</b>
<b>ONG ambientalista 4</b>
<b>ONG – agricultura familiar</b>
<b>Entidade assistencialista 1</b>
<b>Rede Jovem movimento pela sustentabilidade</b>
<b>Setor Privado – atividades ao meio ambiente</b>
<b>Setor Privado - ensino técnico</b>
<b>Setor Privado – Ensino superior</b>
<b>Poder público municipal – educação ambiental</b>
<b>Poder público municipal – autarquia/saneamento</b>
<b>Poder público municipal – autarquia/urbanização</b>
<b>Poder público municipal – saúde/social 1</b>
<b>Poder público municipal – social 3</b>
<b>Público Estadual – assist. ref. agrária</b>
<b>Público Estadual – fiscalização ambiental</b>
<b>Entidade de categoria profissional</b>
<b>Prefeitura Municipal</b>
<b>Total de entidades: 19</b>

FONTE: Lista de adesão

Observou-se que a prefeitura, como entidade, aparece não sendo representada por nenhuma das entidades por ela composta como poder público municipal na constituição do fórum. As características das entidades iniciantes apresentam-se como uma ONG ambientalista, uma rede de jovens de movimento pela sustentabilidade local e uma entidade de categoria profissional não sindical.

Durante o evento do lançamento do Fórum foi proposto a público que houvesse a formação de um grupo implementador de ações para a continuidade do Projeto Jaboticabal Sustentável. Esse grupo denominado Grupo de Articulação e Facilitação foi composto por 08 representantes das seguintes entidades, conforme a Tabela 11.

**TABELA 11:** Composição do Grupo Articulador e Facilitador do Fórum.

Entidades	N <sup>o</sup> de representantes
<b>Poder público municipal</b> – educação ambiental	01
<b>Poder público municipal</b> – autarquia/saneamento	02
<b>Público Estadual</b> – assist. reforma agrária	01
<b>Rede Jovem</b> – movimento pela sustentabilidade	01
<b>ONG ambientalista 1</b>	01
<b>Setor Privado</b> - ensino técnico	02
<b>Total de entidades: 06</b>	<b>Total: 08</b>

FONTE: Lista de adesão

Observa-se, na Tabela 11, que entre os representantes do grupo articulador, a presença do poder público municipal ficou restrita a 37,5 % de pessoas representantes, quando no histórico demonstrado por Adeodato (2005), “a supremacia em presença do poder público foi absoluta.” Em termos de entidades, considerando o poder público sendo representado pelos dois órgãos públicos presentes, essa porcentagem cai para 25% das entidades.

#### 4.4.6 Oficina de formação de agentes locais da sustentabilidade

Como estratégia para a continuidade das ações, a UFSCar promoveu a 1<sup>a</sup> Oficina de Agentes Locais da Sustentabilidade, com o objetivo de formar pessoas da comunidade e de agentes da prefeitura, sobre os princípios, conceitos, dimensões e indicadores de sustentabilidade no contexto do projeto. Com o intuito de capacitar mais atores para que possam apropriar do conhecimento já produzido, foram formados um total de dez pessoas da comunidade. Entre os presentes da oficina, três já participavam do projeto, 6 pertenciam às entidades parceiras, mas não haviam conhecido o projeto, e uma pessoa representando o segmento econômico por interesse ao projeto. O grupo de formação foi composto por pesquisadores da UFSCar.

Após esse período, aconteceu o afastamento estratégico da universidade, passando às entidades participantes do Fórum a responsabilidade de articulação para a continuidade do Projeto Jaboticabal Sustentável.

#### 4.4.7 Comentários sobre a experiência em processos participativos

Adeodato (2005) sistematizou as ações desenvolvidas pelo GAJS junto à UFSCar, onde pode-se verificar o envolvimento das entidades no período de 1999 até 2004. Segundo a autora, “observa-se que, a partir de 2002, com o início da segunda fase, os parceiros apresentavam demandas por ações mais concretas, e portanto, foram realizadas ações mais objetivas, em termos de exercício do aprendizado, em relação às discussões teóricas e conceituas que vinham sendo desenvolvidas”, fazendo surgir as Mostras, Cadernos e Seminários. Conforme pode ser observado, as principais ações desenvolvidas pelo GAJS, através das intervenções e acompanhamento da UFSCar, estão na Tabela 12.

**TABELA 12** – Principais ações desenvolvidas pelo GAJS entre 1999 e 2004.

ANO AÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS (Intervenção)						TOTAIS
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Seminários	-	1	-	2	-	-	3
Mostras	-	-	-	2	1	-	3
Cadernos	-	-	-	1	1	1	3
Encontros	-	-	-	-	1	2	3
Oficinas	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	0	1	0	5	3	4	13

Fonte: Adaptado de Adeodato (2005).

Observou-se que, entre as entidades participantes, as entidades do poder público municipal apresentaram-se de forma dominante, em relação às demais entidades. Isso foi percebido pela sistematização de Adeodato (2005), em que a autora comenta que:

“... ao se observar o número de pessoas participantes que se declaravam representantes de alguma instituição, vê-se destaque de quatro tipos principais, dentre elas, do poder executivo (com maior número), associações, ONGs e instituições de ensino. Dentre os tipos de atividades que predominavam nessas instituições, predominaram os enfoques ambiental e educacional.” (ADEODATO, 2005)

Comparando as entidades do poder público municipal e as entidades da sociedade civil, estas últimas superaram em número as do poder público. No entanto,



observando o número de pessoas de cada entidade, a participação de pessoas representantes de entidades do poder público supera em participações nas diversas atividades. Ainda segundo Adeodato (2005), “embora muitas instituições da sociedade tenham passado pelo Projeto (em pelo menos um encontro), foram pessoas do poder público que mantiveram maior assiduidade de participação nas atividades do Projeto.”

A Tabela 13 apresenta uma comparação da participação das pessoas que se identificavam representantes de entidades do poder público municipal e pessoas representantes de entidades da sociedade civil organizada durante as diversas reuniões de trabalho e demais atividades do GAJS no período de 1999 a 2004.

**TABELA 13** – Comparação entre participações de instituições e pessoas da sociedade civil e do poder público nas diversas atividades do GAJS no período de 1999 a 2004.

Dados	Ano						
	Inst.Participante	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Participações de pessoas	Sociedade Civil	0	62	11	46	86	97
	Poder Público	16	123	15	73	146	121

Fonte: Adaptado de Adeodato (2005)

Entre as pessoas representantes do poder público municipal e as pessoas representantes das entidades da sociedade civil, a diferença pode ser percebida em uma média de 64% de presença a mais do poder público municipal, sendo, portanto, uma maioria marcante nas atividades coletivas.

Em observação à Tabela 13, em todas as nove atividades, excluindo-se a atividade de formulação dos indicadores da água (onde a autarquia responsável pelo abastecimento do município foi evidente em presença, pela sua responsabilidade ao assunto), pela presença das entidades da sociedade civil, pode-se comprovar o interesse demonstrado pela realização do Projeto Jaboticabal Sustentável.

Evidencia-se, também, a possibilidade cultural do trilhar caminhos mais democráticos, participativos e sustentáveis, conforme é apontado pela Tabela 14, em que a média da presença de entidades da sociedade civil organizada nas atividades concretas foi de aproximadamente 62%, sendo a presença das entidades do poder público municipal me 38%.

**TABELA 14:** Número de entidades da sociedade civil organizada e do poder público municipal no envolvimento nas atividades concretas do PJS

Entidade	ATC1	ATC2	ATC3	ATC4	ATC5	ATC6	ATC7	ATC8	ATC9
PPM	4	4	5	5	2	7	7	6	3
SC	6	6	6	7	7	20	22	3	5
TOTAL	10	10	11	12	9	27	29	9	8

Siglas: PPM – Poder Público Municipal / SC – Sociedade Civil / ATC – Atividades Concretas

Onde: ATC1 = Formulação de princípios e dimensões da sustentabilidade / ATC2 = Formulação do Caderno 1 / ATC3 = Formulação do Caderno 2 / ATC4 = Formulação do Caderno 3 / ATC5 = Participação na Mostra I / ATC6 = Participação na Mostra II / ATC7 = Participação na Mostra III / ATC8 = Formulação dos indicadores da água / ATC9 = Formulação da Carta dos Princípios do Fórum.

Foi observado que, durante as atividades concretas analisadas no grupo das entidades da sociedade civil, a participação de entidades com ações em dimensão ambiental foram mais evidentes, seguida de entidades com ações voltadas à educação.

## **CAPÍTULO 5**

### **ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES PARTICIPATIVAS**

Nesta análise, foram consideradas as estratégias da universidade junto ao GAJS, as quais foram identificadas por Adeodato (2005) em dois eixos principais: 1) **Estratégia de Formação**, que objetivou *o aumento do conhecimento sobre sustentabilidade no município*, e incluiu ações para construção coletiva de conceitos e princípios de sustentabilidade e 2) **Estratégia de Participação**, que objetivou a *ampliação da participação de agentes locais no processo*, e incluiu ações como o estabelecimento de parcerias, o desenvolvimento do processo participativo e a consolidação do grupo de ação local. Portanto, este capítulo visa a sistematização e a análise na perspectiva da participação do GAJS nas políticas públicas locais, através das relações entre entidades da sociedade civil organizada e a administração municipal, assim como a análise dessas relações na perspectiva das dimensões da sustentabilidade.

#### **5.1 A relação entre a sociedade civil e a administração municipal, na perspectiva de participação nas políticas públicas.**

Quanto à análise da relação entre a administração municipal e o Grupo de Ação Jabolicabal Sustentável (GAJS), buscou-se constatar as evidências a partir de trechos significativos da transcrição das entrevistas dirigidas às entidades pertencentes ao poder público municipal (PPM) e, trechos das entrevistas dirigidas às entidades da sociedade civil (SC).

### 5.1.1 Estímulo e desestímulo à participação das entidades junto ao GAJS no Projeto Jaboticabal Sustentável

Foram observados diferentes fatores de estímulos à participação de entidades do poder público municipal, e, entre eles, a indicação de representante pela administração para o desenvolvimento das atividades junto ao GAJS.

...é uma parceria entre a UFSCar e a prefeitura, e **eu sou alocado** nesse projeto como um representante do poder público para **estar desenvolvendo as atividades nesse projeto especificamente**. Isso foi a primeira coisa. **Depois, eu fiquei conhecendo os conceitos e as atividades desenvolvidas no projeto e eu comecei a me interessar particularmente pelo projeto.** (PPM1)

Constatou-se como estímulo a necessidade em discutir o tema sustentabilidade com o município, justificando entender as questões da água e da educação ambiental envolvidas ao tema sustentabilidade. Outro fator de estímulo mencionado foi o desenvolvimento de políticas educacionais e culturais para o fortalecimento dos conceitos de sustentabilidade no município, sugerindo a necessidade de que os conceitos de sustentabilidade tenham a sua inscrição em políticas educacionais e culturais para incorporação na população local.

**...foi a necessidade de a gente estar tentando discutir toda essa questão de sustentabilidade no município.** A questão da **importância da água para o município, para a população, a questão de você ter a educação ambiental com as crianças, com jovens**, quer dizer, toda essa produção de, assim, vamos dizer, de interesses que mobilizou o PPM2 de estar participando do Grupo Jaboticabal Sustentável. Discutir toda essa **questão de sustentabilidade** no município (PPM2)

Não se pode pensar em desenvolvimento **se você não tiver uma política educacional, uma política cultural. Como é que você vai conseguir passar todos os conceitos de sustentabilidade** se você já não começar trabalhar com a criança, a fim de que ela incorpore esses conceitos (PPM4)

Fatores que pudessem provocar o desestímulo não foram mencionados por nenhum dos representantes das entidades do poder público municipal, embora tenham sido questionados durante a entrevista.

Quanto às entidades da sociedade civil, foram verificados estímulos à participação ao GAJS, pela importância do tema sustentabilidade, ao interesse comum ao PJS, ou seja, à busca da sustentabilidade através das estratégias participativas de monitoramento das políticas públicas propostas pelo projeto.

Bom, nós éramos e **somos uma empresa que é voltada ao benefício do meio ambiente e tecnologias limpas. E também, ela tem um enfoque social também.** Porque ela está virando até de empresa para outra coisa, para qual não existe o nome ainda. Mas, nós fazemos parte, também, do Grupo de Economia Solidária de São Carlos. Então, por todos esses motivos a gente está com atenção no projeto. **Que nosso interesse é o mesmo.** (SC2)

Acho que talvez **o principal motivo** fosse que ali nós estaríamos podendo **participar de uma formulação de uma política pública**, de uma discussão **sobre a questão ambiental da cidade**. Talvez tenha sido esse a principal causa. A abertura de uma discussão sobre um problema ambiental da cidade (SC3)

A primeira, **que motivou inicialmente**, é exatamente **a linha das políticas públicas**. Criar e **fortalecer conselhos municipais de meio ambiente e vários outros conselhos que poderiam estar sendo articulados, ou de certa forma fazendo parte de outras estratégias**. Eu acho que a expectativa fundamental de todo mundo era essa, ou seja, **uma oportunidade de fazer uma reflexão sobre a gestão pública, elaboração de estratégia e isso de uma forma que envolvesse o poder público, entidades públicas, entidades privadas e a sociedade civil numa maneira geral** (SC4)

Percebeu-se que a entidade SC4 direcionou seu comentário sobre o debate existente, exemplificando os motivos de interesse sobre o fortalecimento das entidades, de conselhos municipais e da articulação participativa para a gestão municipal.

Quanto às entidades do poder público municipal, percebeu-se o interesse relacionado aos processos de interação participativa, foi como forma de discussão do tema sustentabilidade junto ao município, e de demonstrar a produção de ações realizadas em dimensão ambiental.

Para as entidades da sociedade civil, entre os fatores estimulantes, foi observado o interesse em espaços de participação junto às políticas públicas no envolvimento com o poder público municipal. As entidades perceberam a dimensão política da sustentabilidade, reconhecendo o GAJS como instância motivadora para sensibilizar e mobilizar a participação. Para as entidades da sociedade civil, foi considerado como estímulo o fortalecimento de conselhos, em estarem sendo articulados em estratégias sustentáveis, assim como uma oportunidade de reflexão sobre a gestão pública. Esses interesses mencionados pelas entidades conferem ao que Silva e Melo (2000) comentam sobre “a importância de se incorporar grupos envolvidos pela política e nela interessados ao processo de formulação e implementação.”

Na análise do estímulo em participação ao GAJS, dirigida às entidades da sociedade civil, deparou-se com a argumentação sobre o **desestímulo**, apresentado por representantes das entidades da sociedade civil.

Verificou-se que, quanto à administração pública, sendo considerada como a organizadora do projeto, apresentou, como elementos desmotivadores, a inexistência do caráter democrático e participativo, sendo este caráter o aspecto esperado e mencionado como estímulo à participação. A falta de clarividência dos objetivos e a organização do projeto por parte da administração municipal foram fatores considerados de desestímulo.

Ainda como fatores que desestimularam a participação, foram mencionadas a ausência de políticas públicas decorrentes do PJS e a ausência de abertura para participação do GAJS nas políticas locais por parte da prefeitura, os quais foram fatores de motivação à participação, conforme os trechos transcritos a seguir.

Do ponto de vista de **elaboração de política pública, nós não víamos, vamos dizer assim, que essa capilaridade na administração dos conceitos que estavam sendo colocados e discutidos dentro do Jaboticabal Sustentável.** Por que? Porque, em verdade, quando nós pensávamos **na questão do social, nós deveríamos ter outra estratégia da área social do município participando ativamente.** Então, o que nós percebíamos? Que **o próprio poder público, ele esvaziou um pouco o debate.** As pessoas não compareciam mais, sobretudo as **pessoas que tinham capacidade de decisão.** Então, deixou a universidade, o grupo da universidade e o grupo da administração refletindo, mas **sem condições de força para imprimir o projeto que**

**pudesse atingir efetivamente as políticas públicas ou produzir políticas públicas. (SC4)**

Ai nós podemos dividir em três etapas. A primeira talvez seja a própria **falta de estrutura de uma ONG**. A segunda, acho que vem do **elemento desmotivador que eu vou chamar da organização do processo, ou talvez da própria prefeitura que não atribuía aquele núcleo, àquela formação, um caráter mais amplo, mais democrático, mais participativo. E por último, que aí eu acho que cabia à parte organizacional desse processo que quando... ouvia esse relato - ou seja, as reuniões elas não tinha mais estrutura organizacional que permitisse para as pessoas, uma clarividência da onde a gente queria chegar, da onde a gente estava saindo e para onde a gente queria chegar. (...) em parte a organização não cumpriu as tarefas porque não foi responsável no momento que deveria ser. Em parte acho que o poder público municipal não deu o devido espaço democrático para todas as ONGs. (SC3)**

Depois, o espírito democrático do projeto permitiu que houvesse uma difusão muito grande das ações pelo município. Depois dessa difusão, aí parece que houve uma **concentração das ações**, como se fosse um gerenciamento **de um setor da administração municipal específico. (SC5)**

A centralização das ações, a falta da clarividência dos objetivos da prefeitura e a ausência de ações decorrentes do projeto foram os fatores de desestímulo à participação das entidades da sociedade civil, onde foi considerado por essas entidades que a ausência de maiores ações se deu por não terem tido incentivo por parte da prefeitura.

Percebeu-se, também, não ter havido abertura de reais espaços participativos nas políticas públicas. Evidenciou-se, por parte das entidades da sociedade civil, que os conceitos da sustentabilidade referentes aos princípios da dimensão política da sustentabilidade, construídos e discutidos no próprio núcleo do GAJS, não surgiram na prática como ações por parte da prefeitura. A inexistência de maior capilaridade dos conceitos da sustentabilidade na administração foi percebida, e, embora a entidade SC5 tenha percebido o espírito democrático inicial ao projeto, seu representante mencionou que as ações foram centralizadas por um setor da administração.

Nessa análise, observou-se a questão da perícia da dimensão “policy” na política pública, comentada por Frey (2000), por parte da administração municipal, para atender os interesses organizados da sociedade. Assim como, ao que Chauí (2004) alerta sobre a existência de “obstáculo sobre a estrutura autoritária que bloqueia a participação”, sendo nesse caso, como exemplo, o bloqueio de uma reflexão necessária para uma gestão pública com estratégias participativas e democráticas, esperada pelas entidades participantes.

As percepções mencionadas pelas entidades apontam para o que inibe as premissas da sustentabilidade, no sentido de que a construção de instâncias democráticas tende a fazer dos atores da sociedade os sujeitos políticos para as ações. A percepção sobre a falta da prática sobre os conceitos da sustentabilidade, que deveria estar presente na capilaridade do poder público, a ausência de políticas descentralizadoras e a não abertura aos conselhos municipais e demais entidades de base, tornam-se barreiras ao que Sampaio (2005) propõe, em que “a ampla inclusão e a alta participação são processos que dizem respeito às condições de funcionamento da dinâmica democrática.”

### 5.1.2 Principal objetivo das entidades

Nesta variável buscou-se verificar os principais objetivos das entidades participantes, para colaborar na caracterização das relações e ações, assim como, colaborar na caracterização do perfil de dimensão da sustentabilidade incorporada pela entidade durante as atividades no Projeto Jaboticabal Sustentável.

Verificou-se, dentre os objetivos citados do poder público municipal, a criação de um canal de participação pela formação de um grupo de pessoas, referindo-se ao grupo como um grupo de conselheiros, o que sugere o GAJS como espaço de consultas para ações e como um espaço de comunicação sobre as atividades públicas, assim como a criação de indicadores para elaboração de ações de políticas públicas.

... primeiramente, **criar mais um canal de participação**. Outros motivos seriam a **criação de indicadores que dariam sustentabilidade...** para elaboração de ações de **políticas públicas** (PPM1)



Ter um grupo de pessoas... **pessoas conselheiros** que estão nos **ajudando. Ter um canal de comunicação com a cidade, com as entidades.** Ter uma forma de você **apresentar o que você está fazendo...** (PPM2)

No entanto, a falta de clareza dos objetivos foi verificada pela divergência entre as entidades do poder público municipal, por não ter havido uma estrutura de discussão interna, onde foi mencionado acreditar que os objetivos das duas entidades estariam em ações sobre a dimensão ambiental e social.

**O PPM2 não tem uma estrutura que discute o processo...** uma estrutura de discussão **para saber realmente qual que é o objetivo dessa instituição.** Mas eu acredito que, principalmente **ligados à Dimensão Ambiental. E à Dimensão Social.** (PPM3)

Foram mencionados como objetivos pelas entidades PPM4 e PPM5, a promoção de uma educação de qualidade para a transformação social, e a conscientização de pessoas sobre as ações no município, sugerindo que essas ações devam ter critérios para serem sustentáveis.

Quanto às entidades pertencentes à sociedade civil, foram constatados como principais objetivos, a participação junto às demais entidades sobre a questão ambiental e a construção dos indicadores de sustentabilidade. Foi apresentado, também, como objetivo, a promoção do benefício social e ambiental por uma das entidades, assim como, objetivos em ações sobre as questões ambientais, seguidas da questão social, pela capacitação de pessoas.

O objetivo de participação ao GAJS mencionado pela SC4, apresentou-se pela missão da entidade enquanto ensino, pesquisa e extensão, sobre as demandas da sociedade que viessem a surgir, assim como, a atuação sobre as demandas de políticas públicas junto ao projeto. Mencionou, também, como objetivo, o de verificar as ações do poder público e, complementando, pelo interesse da entidade em articulação, ensino e pesquisa junto ao GAJS.

A SC4 tem como missão fazer exatamente essa **interface entre a formação e as demandas de sociedade...** A segunda estratégia era **verificar como as ações do poder público, já que tinham sido, não só**

**o CEA, mas outros seguimentos da administração municipal, como a própria Secretaria de Planejamento, o próprio SAAEJ, não tinham ações que eu achava que elas se sobrepunham, mas elas estavam desdobradas, e como é que a gente poderia avaliar essas ações públicas no sentido de estar promovendo o verdadeiro processo de formação de educação ambiental no município. (...)o interesse institucional era basicamente isso - articulação, ensino, pesquisa e extensão. (SC4)**

Quanto à entidade SC5, o objetivo principal foi o de criar ações e metodologias sustentáveis na formação de profissionais em que a entidade atua, sob a prioridade em questões ambientais e a educação ambiental.

Foi constatada a ausência de discussões internas, sendo questionado a clarividência sobre os objetivos entre as instituições públicas PPM2 e PPM3, as quais, uma como autarquia e a outra como departamento dessa autarquia, sugerindo ser os objetivos em dimensão ambiental e social. No entanto, foram apontados por demais entidades do poder público, objetivos voltados à formação crítica de pessoas sobre as ações públicas.

Nota-se, ainda nessa análise, a referência feita de McGee (2003), sobre processos participativos em que “algumas vezes consiste em nada mais do que no fornecimento de informações de um ator aos outros, sendo os últimos considerados como participantes, como também sem necessariamente ser incorporado os pontos de vistas expressos.” Isso se refere à forma de participação proposta pelo poder público, sendo diferenciada à esperada forma de participação pelas entidades da sociedade civil organizada.

Quanto às entidades da sociedade civil, entre os principais objetivos, foram apresentados as atuações em processos participativos sobre questões ambientais, assim como ensino, pesquisa e extensão, através das experiências sobre as demandas em políticas públicas, que foram esperadas como resultados durante o projeto. Portanto, constata-se o objetivo das entidades em estarem junto ao poder público local em níveis de participação que vão além de consultas. As dimensões ambiental e social mostraram-se como as de maior interesse, incluindo a construção de indicadores e de metodologias sustentáveis sobre questões ambientais e de educação ambiental.

A geração de condições de participação foi considerada necessária pelas entidades da sociedade civil, como imperativo para as ações sustentáveis. Nesse

aspecto, Silveira et al. (2001), comentam sobre a identificação de práticas e instrumentos de gestão integrada das políticas públicas, onde para os autores “ênfatiza-se no aprofundamento da democracia participativa e a metamorfose na relação entre os diferentes atores envolvidos.”

### 5.1.3 Transmissão interna do conhecimento adquirido entre as entidades

Para essa variável foi considerada a importância sobre a transmissão interna, provocada pelos atores representantes das entidades, através da disseminação do conhecimento e das atividades geradas no grupo, junto aos seus pares, como verificar o exercício das funções dos atores, como representantes das entidades. Nesse caso, buscou-se constatar a presença de discussões sobre o GAJS, em pauta no âmbito das reuniões de cada entidade.

Quanto ao poder público municipal, a entidade PPM2, através de seu representante menciona o GAJS como constante em pauta nas reuniões, considerando a presença do representante da entidade PPM3 nessas reuniões, porquanto esta entidade PPM3 ser um departamento vinculado à entidade PPM2. No entanto, constatou-se a controvérsia existente, em que o representante da entidade PPM3 menciona não ter havido discussões em pauta que houvesse assuntos relativos ao GAJS durante as reuniões entre as duas entidades como se observa a seguir:

...e o Grupo Jabolicabal Sustentável **sempre esteve presente na pessoa da [representante da PPM3]**, que foi quem representou o PPM2 no grupo. **Ela sempre expôs seu ponto de vista.** (PPM2)

**A instituição em si não fez nenhuma reunião a respeito do grupo.** As pessoas que participam, que representam o PPM2, no caso, fizeram. (PPM3)

Quanto às entidades da sociedade civil, somente duas mencionaram ter ocorrido assuntos referentes às atividades do GAJS em suas reuniões.

As ausências de articulação interna, de convite institucional, assim como a ausência de padronização das ações para ser exposto aos demais, sugerindo falta de

clarividência sobre os objetivos do projeto, foram as justificativas apresentadas por duas entidades.

Dentro da SC4 nós não tivemos, assim, que eu saiba... **Considerando a participação do pessoal da... e daqui da ..., isso nunca foi também de forma internamente articulada. (...) Não houve em nenhum momento um convite institucional de participação** Jaboticabal Sustentável. (SC4)

Olha, eu gostaria de ressaltar que nesse questionamento passa, na minha visão, passa por uma crítica. Essas reuniões **não foram mais frequentes porque não houve, por parte do projeto, uma padronização das ações** que a gente pudesse colocar a público. Tanto para os nossos alunos, como para os nossos professores. **Faltou, na minha opinião uma padronização do que deveria ser colocado para os alunos.** (SC5)

Percebeu-se que, em relação às entidades da sociedade civil, ocorreu pouca disseminação do conhecimento adquirido internamente. Adeodato (2005) percebeu igualmente essa questão, mencionando que

...em muitos momentos observou-se que os sujeitos que se colocavam como participantes ou representantes de alguma instituição não retornavam as discussões para o seu grupo, pondo-se em questão a legitimidade dessa representação... (ADEODATO, 2005)

Um dos motivos apresentados foi sugerido ser pela não compreensão dos objetivos da prefeitura em relação ao projeto, onde Saravia (2004) reconhece que “pode contribuir pela possibilidade de conflitos pelo não compartilhamento de uma identidade de um projeto.”

#### **5.1.4 Presença de conflitos entre as entidades do GAJS**

Buscou-se a constatação da presença de momentos de conflitos e suas causas que pudessem prejudicar a consolidação do grupo, considerando um grupo sendo já capacitado e envolvido em processos democráticos e participativos.

Foram constatados momentos de conflitos pelas entidades do poder público municipal, justificados por diferenças de objetivos ao projeto entre a sociedade

civil e o poder. Também a presença de conflitos quanto à compreensão da dinâmica dos trabalhos sob a justificativa de que, representantes da sociedade civil tiveram dificuldade de entender o projeto, sendo o projeto entendido pelo poder municipal como sendo um projeto democrático, participativo, consultivo e deliberativo.

Eu percebi, particularmente, alguns conflitos nos seminários de indicadores de água, onde **algumas pessoas tinham as visões bastante diferentes do que deveria ser feito** para dar encaminhamento aos seminários. **Até mesmo a elaboração dos indicadores.** Outros conflitos dos quais eu participei foi na **elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável, onde tiveram visões diferentes quanto ao desenrolar do texto, o desenrolar das figuras. Então, a administração tinha uma visão de como isso deveria ser feito. As entidades tinham outra visão.** E com isso, ocorreu alguns atritos (...) As pessoas **tiveram alguma dificuldade de entender** um pouco **a dinâmica do projeto** porque **o projeto era bastante democrático, bastante participativo e consultivo e deliberativo.** (PPM1)

A inexistência de articulação entre entidades foi constatada, pela menção sobre desconhecimento de conflitos por uma das entidades, sendo que através de seu departamento interno foi mencionado ter havido conflitos provocados por censura pela prefeitura. Constatou-se a função do SAAEJ e da prefeitura como entidades responsáveis pela manutenção do GAJS.

Nenhum momento deve ter ocorrido isso, de prejudicar a longevidade do grupo. **Eu volto a dizer a questão da manutenção dessas entidades. Como elas se mantêm financeiramente.** Quer dizer, é difícil ter uma não governamental sem recurso financeiro. A gente sabe disso. **A gente sabe que o papel do SAAEJ, da Prefeitura e até da UFSCar era de dar ao máximo o que a gente podia dar para viabilizar isso.** Mas se teve **uma discussão** que pudesse prejudicar a vida do grupo, **não existiu.** (PPM2)

Mas, o principal conflito foi àquela questão da... aquela questão da **SC2 com a Prefeitura...** Na época **o representante PPM1** ainda era do SAAEJ, eu acho, **e eles tiveram uma discussão** porque **o representante do SAAEJ falou que teria que passar as coisas pelo crivo da prefeitura.** (PPM3)

Nesse caso, pela própria percepção enquanto pesquisador, o representante da entidade PPM3 referiu-se ao episódio da elaboração do texto e escolha de imagens, na ocasião da formulação do Caderno 2, em que a entidade SC3, junto às demais entidades responsáveis pela formulação do caderno, manifestaram a desaprovação sobre a postura da prefeitura e dos representantes do SAAEJ, pela tentativa de censura aos trabalhos realizados coletivamente pelo grupo.

A entidade PPM4 mencionou ter percebido conflitos internos e de demais departamentos da prefeitura pelo não entendimento dos objetivos, assim como entendimento sobre as estratégias que deveriam tomar junto ao projeto.

A não legitimidade do grupo no processo de participação, a presença de hierarquização e a dificuldade de pessoas considerarem o grupo enquanto um grupo de trabalho, constituíram-se como fatores de conflitos, relatados por representante do PPM5.

**Eu acredito que ainda exista uma certa dificuldade das pessoas conseguirem ver o Grupo Jaboticabal Sustentável, enquanto um grupo de pessoas que estudam e tem participação no processo da sustentabilidade no município. E algumas pessoas têm essa dificuldade, porque tem a necessidade de dar nomes, tem a necessidade de fixar chefias. (PPM5)**

Em relação às entidades da sociedade civil, os conflitos percebidos referem-se à centralização do poder público municipal, pelo privilégio de decisão, assim como, conflitos por tentativa de censura provocando o afastamento de uma pesquisadora da universidade participante das atividades do GAJS.

... percebemos que algum momento houve, assim, uma condução em determinadas reuniões **em que determinada pessoa se sentia privilegiada em também poder decidir sem contar com o que o grupo, de uma forma geral, queria...** Então, houve momentos em que alguns **outros participantes acharam que o SC1 deveria ser ouvido com mais atenção em algumas atividades.** ...criou algum impasse. **Inclusive, alguns integrantes sugeriram até a não participação. (SC1)**

**Eu percebi uma vez. Eu me manifestei, o grupo também...** Porque houve um incidente, que inclusive **eu acredito que tenha provocado o afastamento da (pesquisadora da UFSCar) do nosso grupo. E foi uma**

**espécie de tentativa de censura**, talvez involuntária. Infelizmente a (pesquisadora da UFSCar) não voltou para o nosso grupo. Seria bom que ela voltasse. (SC2)

A percepção sobre o uso político por parte da prefeitura sobre as atividades realizadas pelas entidades do GAJS foi um dos fatores apresentado como conflitante.

**Não foram poucos os momentos que permitiram que a gente percebesse como um grupo verdadeiramente consolidado. Ao meu ver às vezes tinha ingerência demais do poder público municipal, ou seja, você tinha uma certa desconfiança do uso desse grupo, do uso das propostas desse grupo com fundo político...** Mas boa parte das pessoas dos grupos falavam: **só nos chamou aqui para mostrar o que a gente faz como se a prefeitura tivesse fazendo, ou seja, querem usar o nosso trabalho pra mostrar como parte do trabalho do poder público. Só nos convidam para vir pro grupo, ou só fazem reunião quando a gente tem que organizar a mostra. Mostrar para que? Mostrar para a cidade... o que cada entidade faz como se fosse o resultado de um trabalho da prefeitura.** (SC3)

Foram reconhecidos o desinteresse de práticas democráticas e participativas, o desinteresse sobre os objetivos do projeto, a sobreposição do político partidário exercido pela prefeitura sobre as atividades o GAJS, assim como, a presença de conflitos por força política sobre as ações do grupo.

**As pessoas tinham uma ação nas suas áreas de atuação dentro da prefeitura... e tinham outro discurso dentro do Grupo Jaboticabal Sustentável. É porque elas não sentiam força política de direção... Esse processo não foi conduzido para dentro da administração municipal como estratégia de política pública.** Então, havia um comportamento que em certo momento - vou abrir aspas pra usar esta expressão - **que é um presépio ou uma grande encenação.. Eu acho que não conseguiam exatamente porque não havia interesse da gestão municipal na condução dessas práticas...**

... saía do interesse, dos objetivos, da questão de sustentabilidade, da participação democrática, da construção coletiva, de um projeto ambiental pro município, e, se sobrepunha o político como fundamental. aí um político partidário, né? **o político no menor sentido possível da palavra que possa existir, ao longo desses anos, sobre tudo quando se tratava dessa questão.** quer dizer, não reconhecer que há matizes diferentes, não dá para se pensar ser democrático. (SC4)

A hora que vai se organizar um documento, que vai se democratizar uma ação, que envolve nome das pessoas, nomes das entidades como organizadoras e participantes do trabalho, **começa haver uma força, uma ingerência política que quer que fique mais voltada para um departamento**, mais voltada para um nome, mais voltada para um grupo. E, isso é gerador de conflito em qualquer projeto. Não só nesse. (SC5)

Sobre os resultados obtidos quanto às entidades do poder público municipal, os conflitos entre a administração municipal e as entidades representantes da sociedade civil, encontraram-se pela diferença de objetivos, pela diferente compreensão do projeto e pela censura assumida por parte da administração sobre as ações coletivas. A não legitimidade da consolidação do grupo foi constatada por uma entidade do poder. Constatou-se a presença da centralização e hierarquização por parte da prefeitura, assim como conflitos internos na administração pela não compreensão do projeto. Constatou-se, mais uma vez, a pouca comunicação entre as entidades do poder público municipal.

A falta de abertura participativa, a censura e a não legitimidade do grupo enquanto um grupo consolidado para atuação junto às políticas públicas, foram incidências responsáveis pela ocorrência de evasão de participantes de entidades. As posturas de centralização de pessoas das entidades do poder público municipal, o uso político partidário das ações do grupo marcaram as respostas das entrevistas, sendo entendido como desinteresse da prefeitura, incluindo a percepção de tendências de cooptação durante as mostras em praça pública. Nesse caso, não foi exposta a capacidade de negociação e conciliação, através da democratização das ações e do fortalecimento da participação por parte da administração.

Saravia (2004), ao considerar os conflitos do governo com a população como sendo “o terreno mais importante das relações, inclui as possibilidades de existência das lutas por espaço de decisão, ou de interesses distintos em relação ao mesmo assunto”, o que foi percebido entre a sociedade civil e as entidades representantes da administração. Nesse caso, o autor comenta, entre outras coisas, que as atitudes governamentais diante da confrontação “não exclui a existência de aspectos positivos, como, por exemplo, a facilitação do trabalho em equipe, promovendo o esforço coletivo harmonioso e respeitoso, resolvendo problemas organizacionais e interpessoais.”



### 5.1.5 Posturas assumidas pelas entidades durante as atividades do GAJS

A constatação desta variável buscou analisar as posturas das entidades, conferindo a presença de posturas assumidas, como de centralização/dominação, hierarquização, e mesmo posturas de abertura participativa.

As entidades do poder público municipal assumiram suas posturas em momentos de centralização, dominação e hierarquização para o encaminhamento do projeto, assim como a centralização das informações e das dinâmicas das atividades, hierarquizando as ações coletivas. Foi mencionada pelas entidades do poder público municipal a existência de posturas centralizadoras das entidades da sociedade civil em discussões sobre a dimensão ambiental. As entidades Prefeitura, UFSCar, e SAAEJ foram consideradas como entidades líderes e coordenadoras das ações do GAJS, pelo poder econômico de viabilização de infra-estrutura, justificando ser necessário para a manutenção do grupo.

As posturas de centralização e dominação pela Prefeitura foram justificadas por ser a principal parceira, e consideradas como papel institucional da prefeitura para troca de favores entre a administração e o GAJS. A UFSCar foi entendida como parceira na dominação pelas entidades do poder público municipal.

Bom... No caso da **prefeitura**, ela tinha alguns momentos uma intenção de ser uma **entidade centralizadora das informações, das dinâmicas do processo**. E procurava **hierarquizar algumas atividades** do projeto. Então **a prefeitura sempre tinha** em alguns momentos **essas três características**. E, **as entidades ambientais**, elas também tinham a intenção de **centralizar a discussão na questão ambiental**, unicamente. (PPM1)

...as entidades que **mais se destacaram**... vamos dizer que eram por bem ou por mal ou que deveriam se destacar, acho que foi **a UFSCar, a Prefeitura e o SAAEJ**. Por que eram entidades que tinham peso. **A prefeitura e o SAAEJ na questão de logística mesmo, veículo. O SAAEJ poderia estar fornecendo local para as reuniões**. Ou seja, acho que **os dois** acabaram se **despontando** como, vamos dizer, como **líderes**, como **coordenadores das ações pelas suas funções, pelas suas características mesmo de entidades**. **Entidades** pouco mais **sólidas**, pouco **mais de poder** realmente **aquisitivo**, de poder de **infra-estrutura para viabilizar o grupo**. (PPM2)

A questão da **prefeitura**, ainda apresentou um pouco essa questão de **centralização e de domínio**, por conta de ser a principal parceira no início. A **idéia da prefeitura**, ainda era de que **ela e a UFSCar dominavam, né?** E então, **a prefeitura ainda centralizava um pouco. O que eu não acho errado. Eu acho que é o papel dela, né? O papel institucional é centralizar.** É querer com que o projeto **ande de acordo como ela quer. É uma troca de favores**, vamos dizer assim. (PPM3)

Constatou-se que as entidades da sociedade civil perceberam as posturas de dominação e centralização por representantes da entidade SAAEJ, pela presença de pessoas desta entidade consideradas com forte poder político. O incidente ocorrido pela censura por parte da prefeitura durante as atividades de elaboração do Caderno 2 foi mencionado como centralização e dominação das ações pela prefeitura. Quanto à abertura participativa, foi entendida como posturas exercidas pelas ONGs e pela UFSCar.

**O SAAEJ tinha uma certa dominância.** Isso é próprio porque existia um grupo de coordenação que estava mais ligado ao SAAEJ... parecia, assim... **que era um projeto do SAAEJ.** ...pessoas do SAAEJ que tinha um forte... **forte, assim, poder político.** (SC1)

... na área **de centralização e dominação... foi o poder público municipal** ...a questão da hierarquia tenha sido representada um pouco pelo grupo da universidade. e a abertura participativa, talvez as ONGS. (SC3)

Eu acho que **a abertura participativa**, ela existiu de uma maneira bastante clara **por parte das pessoas do projeto que vinham da UFSCar.** Agora, **a centralização** ficava por parte **daqueles que reuniam condições para que as ações os eventos acontecessem.** Acho que a dependências das ações do projeto em relação às instituições municipais é que **geraram esses conflitos, essas caracterização e dominação do grupo.** (SC5)

As posturas de dominação e hierarquização exercida pelo SAAEJ e pela Secretaria de Obras foram consideradas como posturas legitimadas pela prefeitura, como estratégias estabelecidas pelo poder público municipal.

...como o **SAAEJ** junto com uma parte da **secretaria de obras acabou assumindo pra si a questão**, por exemplo, da reciclagem, coleta seletiva, essas coisas todas, então, **esse grupo acabou sendo mais**

**hegemônico. mas, essa hegemonia se consolidou exatamente por conta da força que a administração exerceu sobre o grupo pra que estas questões fossem priorizadas.** Por isso que eu chamo atenção desta questão da **dominação e de hierarquização**. Talvez quem tenha mais sofrido nesse processo tenha sido as ONGs. (SC4)

Em relação às entidades do poder público municipal, estas reconheceram ter ocorrido a centralização, dominação e hierarquização durante as atividades como posturas assumidas pela prefeitura. A centralização das ações foi entendida como papel institucional, justificado pelo fato de que as atividades teriam que caminhar conforme o interesse da prefeitura e para troca de favores entre a administração e o GAJS. Soma-se à isso a percepção da entidade PPM5 sobre a dificuldade de crescimento do grupo, o que sugere a presença de dominação, hierarquização e centralização entre as entidades do poder público municipal.

A centralização e dominação ocorreram por parte de representantes do SAAEJ e pela Secretaria de Obras, e, por terem composto um grupo hegemônico, as posturas foram consideradas como legitimadas pela prefeitura para condução do grupo. Para as entidades da sociedade civil, a UFSCar foi considerada hierarquizadora pelo seu papel de articulação e facilitação do projeto.

A ausência de canais de interlocução contribuiu para com os conflitos relatados, onde segundo Saravia (2004), reconhecendo que ambas as partes percebem a existência de metas incompatíveis, passa a ser necessário revisar a situação, “visto que em muitos casos, a exigência cidadã, além de suas formas organizadas de expressão, as demandas são compatíveis com interesses e possibilidades do governo.” O governo municipal não percebeu a possibilidade de caminhar junto às entidades, em direção aos objetivos do projeto, onde um desses objetivos preconizava a participação. O governo apresentou-se, de certa forma, inerte aos canais de interlocução para resolução dos problemas mencionados, assumindo suas posturas, sem permitir que houvesse a sensibilidade de buscar informações e conhecimentos sobre a realidade onde atuaram as suas posturas e conseqüentemente, os conflitos verificados.

### 5.1.6 Abertura de espaços políticos cedidos pela prefeitura para participação do GAJS

A percepção dos espaços políticos abertos pela prefeitura busca a constatação da abertura democrática e participativa, concedida para atuação do GAJS nas políticas públicas, conferindo, também, o entendimento das entidades, verificando o que foi considerado como espaços de abertura participativa para as políticas públicas, durante as atividades do GAJS.

De uma maneira geral, as entidades do poder público municipal entenderam como espaços de participação e atuação do GAJS nas políticas públicas como sendo: as Mostras realizadas, a elaboração dos Cadernos Jaboticabal Sustentável, as atividades de seminários realizados, a institucionalização do grupo em Fórum, as sessões de locais para reuniões e o próprio envolvimento das entidades em grupo. Por esse entendimento, foi mencionada a intenção futura de concessão de espaço físico próprio ao GAJS.

**Além da Mostra Jaboticabal Sustentável**, onde as pessoas se colocavam quanto entidade representativa de algum setor, **os seminários**, e, principalmente, no final desse ano de 2004, a montagem, a estruturação do **Fórum Jaboticabal Sustentável**. (PPM1)

A gente está ainda numa discussão com o pessoal da (...) na criação de um **local físico pra abrigar o Fórum Jaboticabal Sustentável**. (PPM2)

Contudo, a entidade PPM3 mencionou considerar as mostras e seminários como espaços deflagradores de discussões em favor de políticas públicas locais:

Seria, não sei, mostras ou seminários que fizeram com **que algumas discussões acontecessem em favor de políticas públicas**. (PPM3)

As entidades da sociedade civil não consideraram ter ocorrido espaços de abertura para participação nas políticas públicas, sendo mencionado ter havido cobranças durante as reuniões do GAJS. As Mostras, seminários, etc., como espaço de

participação, foram as únicas atividades que ocorreram, sendo estas atividades consideradas internas ao grupo e não em participação nas políticas públicas.

Olha... Nós realmente não tivemos assim... **dentro da prefeitura eu não percebi esse espaço político não.** Inclusive era uma cobrança nossa, em algumas reuniões... (SC1)

Agora, espaço especificamente **de poder, de determinar ações** do poder público municipal, de desempenhar ações públicas, de políticas públicas, **eu posso dizer se elas aconteceram, eu não percebi.** (SC3)

As ações do GAJS foram também consideradas institucionalizadas, justificado pela ausência de conselhos e associações de moradores, assim como a inexistência de ações do poder público.

**Olha, eu não vejo políticas públicas.** Eu não vejo esse espaço. **Eu não enxergo esse espaço por nenhum momento. Eu não vejo esse espaço** na aproximação de um conselho municipal, das associações de moradores do município de Jaboticabal, por exemplo. **Acho que as reuniões** do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, **elas acabaram se tornando burocratizadas, institucionalizadas. Apresentação** da temática **para a sociedade no sentido de dizer: existe** alguma coisa no município sobre a questão ambiental. **Mas a pessoa não sentiu isso na prefeitura.** Nós tínhamos **quase que uma secretaria discutindo economia solidária e ela não aparece dentro da discussão de sustentabilidade** para o município. (SC4)

Quanto à entidade SC5, seu representante mencionou ter havido espaço de participação nas políticas públicas de forma acadêmica, sugerindo a construção do conhecimento coletivo promovido pela UFSCar, não considerando, portanto, a criação de espaço de participação do GAJS nas políticas públicas pela prefeitura:

Notou-se que as entidades do poder público municipal entenderam como abertura de espaços participativos nas políticas públicas locais, as atividades de trabalho interno, de articulação do GAJS, posicionando-se como ações limitadas sobre uma real participação em políticas.

Santos Junior (2005) menciona que a garantia de direitos da cidadania política depende de dois aspectos, quais sejam “o grau de inclusão social e a existência da cultura cívica, e a conformação de esferas públicas de interação entre governo e

sociedade.” Nesse caso, implicou na falta de habilidade da administração municipal, na promoção da inclusão do grupo, e na impossibilidade do exercício de uma cultura cívica reivindicatória da sociedade civil organizada por uma governança descentralizada.

Por esses aspectos, as atividades do GAJS foram consideradas burocráticas e institucionalizadas. A menção sobre a inexistência da participação de entidades de representantes de classe, associações de bairros e conselhos, sugere que o projeto não foi incorporado pela prefeitura. Para Adeodato (2005), que analisou as estratégias para incorporação da sustentabilidade no projeto, “as fontes de evidência apontam para uma efetividade da estratégia mais enquanto trabalho interno ao Grupo de Ação, e não na sua incorporação no processo político de tomada de decisões, como é proposta do Projeto.”

A divergência de considerações sobre a existência dos espaços de participação nas políticas públicas pode-se considerar que consistiram em condições de dificuldade da legitimação do GAJS por parte da prefeitura, embora nas atividades internas ao projeto ela tenha apresentado algum esforço sobre a democratização das ações coletivas. No entanto, além do grau de consolidação democrática da prefeitura, deve-se levar em conta outros fatores, sobretudo a cultura política de agentes da administração, que contribuíram pela configuração das estruturas de participação, onde segundo Frey (2000), “a cultura de participação interfere de forma ativa nos acontecimentos políticos”, o que não aconteceu nas ações do GAJS pela fragilidade cultural de participação.

### **5.1.7 Formas de participação consideradas como retorno da prefeitura ao GAJS**

Ao considerar que algumas entidades tenham mencionado reconhecer espaços de abertura participativa concedida pela prefeitura municipal, buscou-se a constatação dos níveis de participação considerados por essas entidades, permitindo verificar a compreensão sobre o nível de participação ocorrido durante as ações do GAJS.

Para algumas entidades do poder público, foi considerado ter ocorrido trocas de informações, consultas e tomada de decisão conjunta, com ênfase em

dimensão ambiental. No entanto, houve divergência sobre a existência de abertura participativa, portanto inexistência de formas de participação.

**O Grupo de Ação demandava muitas consultas e informações pertinentes a administração pública**, tanto na questão ambiental, social, cultural, política... E **a decisão**, de uma certa forma, sempre era **tomada de uma forma conjunta**. (PPM1)

Acho que **não teve** ainda essa **abertura total**, por exemplo, **de tomada de decisão conjunta**. Às vezes algumas informações, **trocas de informações, mesmo, influenciaram em algumas políticas que a prefeitura realizou**. (PPM3)

Observou-se ter sido considerado que trocas de informações, consultas, tomada de decisão conjunta ocorreram enquanto reuniões internas, entre as secretarias da administração municipal, na busca de alternativas para resoluções de questões relativos à condução do GAJS. Observou-se, também, que os níveis de participação foram referidos às atividades internas realizadas junto ao GAJS.

As entidades da sociedade civil não perceberam formas de participação efetiva que interferisse nas políticas públicas, onde trocas de informações e consultas não foram consideradas como um papel de participação em tomada de decisão junto à prefeitura. A UFSCar foi entendida como a entidade que se esforçou para contribuir para a produção dos Cadernos Jaboticabal Sustentável, onde houve diferentes níveis de participação nessa atividade.

As entidades apontaram suas considerações mencionando a prefeitura como um local de consulta do SAAEJ, sendo esta entidade reconhecida pela prefeitura como coordenadora do GAJS.

Talvez pelo fato do **SAAEJ** ser o órgão da administração da prefeitura que estava mais envolvido, isso aí **era visto como um projeto coordenado por uma autarquia**, uma empresa municipal. Então eu acho que no caso aí, **a prefeitura então ficou apenas como um local de consulta, mas não de tomada de decisão**. (SC1)

foram **trocas de informações**, às vezes funcionava como **consultas**, mas eu acho **que nunca tinha um papel decisivo na tomada de decisão**. (SC3)

**Eu diria que não teve.** Eu acho que o que nós tivemos pontualmente foi o esforço da UFSCar. Ao produzir os cadernos, ao entregar a comunidade uma reflexão sobre. (SC4)

Bom... Olha, eu senti que houve tomadas de decisões conjuntas nas reuniões que foram feitas para uma mostra, para a construção das cartilhas. **Mas, nas decisões políticas, nós não fomos consultados.** (SC5)

A percepção do papel da prefeitura como consultora do SAAEJ e este órgão percebido como coordenador do GAJS, confere a percepção de legitimação de centralização por parte da prefeitura, anteriormente mencionado pelas entidades da sociedade civil. Foi percebido em ter havido um esforço da UFSCar para contribuir com a produção dos Cadernos Jaboticabal Sustentável de maneira coletiva, confirmando que os diferentes níveis de participação necessários à democratização das ações políticas aconteceram somente no âmbito das ações internas ao GAJS.

Nesse aspecto divergente entre as entidades da sociedade civil e as entidades do poder público municipal, pode-se considerar o que McGee (2003) comenta onde “a força das relações entre participantes e o potencial politicamente transformativo de sua interação diferem consideravelmente entre um nível de intensidade e outro.” No entanto, pela percepção das divergências existentes sobre a compreensão efetiva de participação em níveis entre a sociedade civil e a administração municipal, pode-se considerar não ter acontecido a participação das entidades junto às políticas públicas locais em qualquer que seja a escala sugerida.

#### **5.1.8 Abertura para participação de demais entidades**

A constatação sobre uma ampla participação com a presença de sindicatos, conselhos municipais, associações de bairros, entre outras, confere, no caso, a capacidade de abertura concedida pelo poder público municipal às entidades para atuação junto ao GAJS.

Foi constatada a divergência ocorrida entre as entidades do poder público municipal sobre as colocações apresentadas, onde foi considerado por uma das entidades, ter ocorrido a presença de sindicatos, conselhos, associações de bairro, etc.,



por ter havido uma participação popular voluntária no Projeto Jaboticabal Sustentável. As demais entidades da administração não perceberam tal presença efetiva de entidades de movimento social ou sindicatos, etc., durante as atividades do GAJS. A participação efetiva ao GAJS foi considerada como sendo da UFSCar, ONGs, SAAEJ e Prefeitura.

**Existe a representatividade de todos esses que foram citados. Mas, sabendo do projeto acabaram se interessando. Então, é aí uma participação popular voluntária. (PPM1)**

**Não. A única coisa fora de poder público são as ONGs, a grande maioria, né? Mas, entidades de classe, sindicatos, conselhos, eles não vem participando do grupo, que é uma falha do grupo. (PPM3)**

Quanto às entidades da sociedade civil, estas não consideraram ter havido a presença das entidades mencionadas, incluindo comentários sobre a ocorrência do afastamento das entidades participantes ao longo das atividades do GAJS. Embora o poder público tenha considerado uma falha, houve a cobrança para a abertura de participação de tais entidades por parte da sociedade civil, assim como a percepção de que a ausência dessas entidades foi dada pela falta de vontade política da administração.

Mas, efetivamente de classe, nas reuniões que eu participei, **eu não vi. Por exemplo, sindicato eu nunca vi nas reuniões, associações de moradores, inclusive eu cobre isso numa das reuniões, não tínhamos associação de moradores. ... vou dar uma opinião particular, mas elas pareciam muito mais reunião de grupos ideológicos, mas sem ligações da realidade de classes sociais.... talvez tenha sido a Terra Rica do assentamento... só iam nas reuniões na época das mostras. (SC3)**

**O GAJS não conseguiu abrir para a sociedade de maneira geral. Porque ele virou um debate mais acadêmico. Porque foi a estratégia da UFSCar. Ela não tinha outra estratégia. Porque ela percebeu que não havia espaço e vontade política da administração para tornar aquele espaço politicamente democrático. (SC4)**

Verificou-se que o GAJS não foi suficientemente um espaço de representação da sociedade local ao considerar a ausência de entidades representativas, as quais foram apresentadas de forma sucinta no Capítulo 3, para contribuir junto ao

processo de formação de um grupo que permeasse todas as classes sociais, portanto, legitimando os processos democráticos e participativos.

Considerando as questões colocadas sobre a burocratização, a ausência de entidades de base, a não percepção do projeto pela população, etc., envolve a conotação do GAJS como um grupo de entidades organizadas com interesse em promover a sustentabilidade através da participação na gestão pública, como sendo ainda um projeto a ser realizado.

Essa percepção foi comentada por Adeodato (2005), igualmente considerada a ausência dos vários segmentos sociais. A autora argumenta sobre a participação das entidades, igualmente verificado nesse capítulo.

“A ausência de vários segmentos sociais na participação efetiva do Grupo, e não só em momentos específicos (como Mostras e Encontros) tornou questionável o seu reconhecimento como representação social de fato...” (ADEODATO, 2005)

Nesse sentido, o processo de construção de um espaço participativo, envolvendo a sociedade organizada junto às políticas públicas locais, ocorreu de forma limitada às ações estratégicas de fomento e consolidação do GAJS, não ocorrendo uma disseminação mais efetiva do conhecimento entre a sociedade. Embora tenha ocorrido discussões internas sobre a necessidade do aumento de entidades participantes ao GAJS, pela percepção própria do pesquisador, havia uma negação por parte de pessoas ligadas à administração municipal, sempre sendo justificado, algumas vezes, que não seria o momento propício, considerando a dinâmica dos trabalhos. Essa consideração foi identificada por Adeodato, onde comenta que

“...a Prefeitura foi muitas vezes identificada como “dona” do Projeto, o que impediu a aproximação de mais parceiros devido a questões políticas pré-existentes, percebendo-se também momentos de centralização que contribuíram para esse afastamento.” (ADEODATO, 2005)

Percebeu-se a ausência de representantes dos poderes legislativo e judiciário, o que poderia contribuir por uma maior legitimidade do GAJS. Portanto, o PJS foi identificado por uma das entidades da sociedade civil, como ter sido uma interferência de debate acadêmico, cuja consideração foi por reconhecer como sendo a

única estratégia que poderia ter a UFSCar para com o projeto, por não ter havido espaço e vontade política por parte da administração municipal para construir as condições necessárias para efetiva implementação dos indicadores e o monitoramento das políticas públicas.

### **5.1.9 Interesse das entidades enquanto desenvolvimento de políticas públicas**

Buscou-se constatar os interesses em políticas públicas das entidades do poder público municipal e das entidades da sociedade civil. A pergunta: Quais projetos de políticas públicas sua entidade desenvolveria?, vem a colaborar para com o entendimento dos objetivos criados no imaginário dessas entidades para as políticas públicas locais, e, em quais dimensões da sustentabilidade estariam caracterizadas.

Os interesses por desenvolvimento de políticas públicas, demonstradas pelas entidades pertencentes ao poder público refletiram em maior grau sobre a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade. Nesta dimensão, encontraram-se considerações que sugeriram-na politicamente forte, incluindo a educação ambiental como um fator importante agregado nas políticas desenvolvidas. Também foram mencionados a proteção dos recursos naturais e questões como a qualidade da água. Quanto às políticas em dimensão social, foi mencionado um projeto educativo a ser implementado em uma das escolas municipais, envolvendo a sociedade civil, incluindo a formulação de indicadores de sustentabilidade ao projeto. O cooperativismo popular, geração de renda e programas sócio-educativos foram mencionados como intenções de políticas a serem realizadas.

**Acho que a gente agregou muito e tá desenvolvendo isso, é questão da educação ambiental, a questão da qualidade da água.** Acho que isso ficou muito claro para a gente. A importância de tudo isso. E **o que contou muito ponto para a gente conseguir isso lá na FUNASA, no Ministério da Saúde, foi o nosso projeto de educação ambiental.** (PPM2)

No entanto, foram constatadas algumas implicações por conflitos em interesses entre as entidades da administração. Na ação pretendida em desenvolver projetos políticos em dimensão social através de inovações de condições do processo

educativo, incluindo a participação da população do entorno da escola, observou-se ter havido impossibilidade por conflitos internos.

**Olha aí você tocou numa ferida. Eu tinha pensado num projeto** (“tal”) Eu tinha... Nossa... Dessa vez eu viajei na maionese. Sonhei, sonhei muito, mas, não houve... **Não houve... Não compraram minha idéia. Eu acabei ficando sozinha.** Quem falou... Assim... Não compraram aqui. Eu tive muito apoio do... (pesquisador da UFSCar), do... (também pesquisador da UFSCar e assessor da prefeitura) e da própria direção da escola. **E daí esbarrou nas outras secretarias... Por que se você fizer isso... Depois... Aí, olha, foram vários entraves.** Mas eu tinha sonhado com isso. Com o entorno da escola, com as casas serem pintadas, ajardinadas, sabe? Fazer trabalho com a vigilância sanitária, com a secretaria da saúde na questão da saúde pública. Puxa vida, quanta coisa a gente poderia ter feito com isso. **Tinha os indicadores do processo de educação, nós íamos trabalhar a interdisciplinaridade com eles.** Pegar geografia, história. Eles iam ter que usar, por exemplo, a rua chama não sei o que, por quê? Quem foi o cara? Que que ele fez por Jaboticabal? Qual foi a contribuição? Esse bairro nasceu como? Sabe quanto tempo demorou? Como é que conseguiram asfalto, iluminação? **Trabalhar associação de bairro... Nossa, era muita coisa.** (PPM4)

Verificou-se, nesse relato, a fragilidade da gestão democrática do poder público municipal em ações em que envolve a participação da sociedade civil, como foi pretendida nesse projeto sugerido pela entidade PPM4. Dessa forma, constatou-se um maior interesse nas políticas públicas sobre ações em dimensão ambiental pela prefeitura, o que contribuiu em inibir as possíveis intervenções em demais dimensões voltadas à coletividade de forma a fortalecer a dimensão política da sustentabilidade.

Os interesses mencionados no desenvolvimento de políticas públicas pelas entidades da sociedade civil demonstraram igualmente maior grau sobre a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade. No entanto, tais interesses foram acompanhados com noções em ações participativas, inclusivas e abrangentes, com a constatação sobre a profissionalização das entidades, sugerindo a sua formação em relação aos trabalhos desenvolvidos, assim como o monitoramento de desempenho das ações em políticas públicas. Também como desenvolvimento de políticas, foi apontado o interesse sob a identificação das demandas locais para o apoio institucional, exemplificado como que direcionado para o cooperativismo, como apoio para o fortalecimento da economia popular. A Dimensão Ambiental surgiu mais claramente

através da educação ambiental, no entanto, sendo esta gerida pela construção participativa de agenda 21 escolar, não deixando com isso a inclusão da dimensão política da sustentabilidade, dado o processo participativo necessário para o seu desenvolvimento.

... tem como desenvolver alguns projetos de políticas públicas. Mas, tem que ser **feito em conjunto**. Aí que seria... Nós teríamos um alcance mais abrangente com a sustentabilidade com o povo. (SC1)

... o que eu acho que esse **grupo poderia propor, e aí é que de interesse para todas as entidades, é um pouco da profissionalização desse tipo de atividade**. Que não existia. ... tem várias **entidades que desenvolvem um monte de trabalho que é para exposição na praça**. Mas essas entidades, por exemplo, **não elaboram um indicador de desempenho**. Como medir se o trabalho delas **estão realmente dando resultado, como saber se o resultado ou as políticas que elas estão propondo está melhorando**. (SC3)

Eu acho que é **o apoio institucional, fortalecimento das cooperativas**, no caso da cooperativa dos catadores de lixo. Acho que é o apoio forte na questão da **identificação de demandas institucionais** para pequena produção que poderia criar um processo de diversificação da produção agrícola no município. (SC4)

Muito embora tenha sido constatado que as entidades da sociedade civil tenham se apresentado com inclinações em dimensão ambiental, enquanto atuação, em seus interesses foi percebida a formação da cultura participativa, pela intenção em ações democráticas e participativas, o que confere ao que Moreira e Farias (2005) comentam onde “estamos construindo paradigmas para uma nova cultura, inclusive a do governar.”

Dessa forma, pode-se considerar que após a formação dos representantes das entidades, promovida pela universidade, numa estratégia de construção mútua e coletiva do conhecimento sobre os conceitos da sustentabilidade, essa formação possibilitou ao grupo a compreensão sobre a necessidade em exercitar a cidadania no que diz respeito às demandas locais.

Percebeu-se que os anseios por práticas apresentadas em diferentes dimensões exercem, necessariamente, implicações em dimensão política da sustentabilidade para uma emancipação da sociedade junto às questões que lhe dizem

respeito. Essa análise apresenta-se como contribuinte com proposta da emancipação comentada por Boaventura de Souza Santos, partindo da idéia de que, do ponto de vista político, “a emancipação implica a criação de um novo senso comum político.” Para o autor,

“a conversão da diferenciação do político no modo privilegiado de estruturação e diferenciação da prática social, tem como corolário a descentralização relativa do Estado e do princípio do Estado. A nova cidadania, tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos.” (SANTOS, 2005)

Santos (2005) comenta sobre a renovação da teoria democrática em que se assenta na formulação de critérios democráticos de participação política, a qual implica na articulação entre democracia representativa e democracia participativa. O autor considera que “para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo político seja radicalmente redefinido e ampliado.”

Constatou-se que uma entidade do poder público municipal manifestou sua inclinação em práticas educativas com a participação da comunidade local. No entanto, essa entidade foi coibida internamente pelos demais órgãos do poder público municipal. Tal fato confirma a consideração de que os conceitos de sustentabilidade não atingiram a capilaridade interna da administração municipal, inibindo a possibilidade do exercício de políticas públicas efetivamente decorrentes do PJS.

Ao considerar o que Moreira e Farias (2005) comentam que “a participação nem sempre é bem vista pelos governos pois pode redefinir planos, dificultar alianças pré-estabelecidas para a governabilidade, criar tensões insolúveis e estabelecer reivindicações não previstas”, compreende-se que a administração não percebeu que só uma sociedade com pluralismo político e menos desigual pode produzir a sustentabilidade local.

#### **5.1.10 Ação e participação do GAJS no Conselho Municipal de Meio Ambiente**

Nesta variável buscou-se a constatação sobre a participação do GAJS no Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA), onde foi considerada a

percepção do pesquisador enquanto participante do GAJS, as inclinações dos perfis das entidades da sociedade civil, em ações em dimensão ambiental, assim como as inclinações do poder público municipal sobre a centralização de suas atividades em dimensão ambiental, como uma bandeira política e uma marca de sua gestão.

Foi constatada a divergência entre as entidades da administração quanto às ações do GAJS no CONDEMA. Foi verificada a não expressividade do conselho como instância de consulta e deliberação, embora a administração tenha apresentado certa ênfase sobre as questões ambientais. Os conselhos foram desconsiderados e o GAJS considerado como de maior visibilidade, em relação ao CONSEMA.

**... ele tem reuniões periódicas...** e, nesse conselho existe pessoas que também participam no grupo de ação. **Então, é uma participação indireta do grupo de ação.** (PPM1)

**... esteve muito tempo parado.** ... questão de a gente achar que **conselho não serve para nada.** Acho que o **GAJS tem até uma participação muito mais ativa** do que o Conselho do Meio Ambiente. (PPM2)

A gente sente, assim, uma **certa dificuldade.** Porque **as pessoas** que se organizam ainda **com relação ao meio ambiente, não conseguem se formar num grupo todo.** As pessoas ainda **conseguem ter “birrinhas”.** Ainda conseguem achar que “tal” grupo faria “tal” ação melhor. (PPM5)

Mesmo com divergências, para o poder municipal, não foi percebida a ação do conselho no município, portanto, a não participação do GAJS no CONDEMA, constatando, ainda, ter ocorrido conflitos de interesses entre os grupos da administração e da sociedade organizada com relação às ações em dimensão ambiental, posicionando esta dimensão como competidora entre os grupos.

Quanto às declarações concedidas pelas entidades da sociedade civil, foi considerado o conselho como sendo uma entidade não relevante na administração, assim como não ter havido participação do grupo, incluindo o argumento de que os conselhos municipais são cooptados politicamente pela prefeitura.

... foi criado, constituído, mas, **não houve, assim, uma participação forte na administração...** ... eu não lembro, assim, de reuniões que tinha lá representante representando realmente como sendo representante no Conselho Municipal de Meio Ambiente. (SC1)

E o Conselho de Meio Ambiente daqui de Jaboticabal, **infelizmente não existe**. É um conselho que **ficou 2000 e 2001 sem se reunir**, nunca se reuniu. Em 2003 ele escolheu seu presidente – Seu... (...então presidente da entidade PPM2). E na medida que escolheu seu presidente, **nós tivemos, durante dois anos, três reuniões**. ...como não é uma visão só do conselho do meio ambiente - de todos os conselhos. Por que **os conselhos, eles passaram a ser captados pela prefeitura como instrumentos de poder político**, ou seja, ali é um instrumento só para homologar as decisões que eu já tomei no gabinete. Nunca houve uma interligação específica com o Conselho de Meio Ambiente e o Grupo Jaboticabal Sustentável. (SC3)

A consideração de que não foi percebida a importância do CONDEMA para o município é uma visão partilhada entre duas entidades, onde, não somente o conselho do meio ambiente não tenha tido expressão, como todos os demais conselhos municipais. Os conselhos foram considerados como instrumentos de poder político e como instrumentos institucionais para homologação das decisões tomadas pela prefeitura, portanto, criados para atender a norma da lei, não possuindo projetos políticos por existirem somente em papel, sem envolvimento participativo junto ao poder.

Bem eu... Se eu responder para você, parece que vai ser provocativo. **Mas, eu desconheço o Conselho Municipal de Meio Ambiente**. (...) eles foram criados, mas não implementaram **nenhuma estratégia específica**. (...) **Mas nós nunca vimos estratégia alguma**. Então, você pode criar apenas para atender a norma da lei e não para efetivamente criar política pública. Seria isso. (SC4)

Olha. Eu entendo do ponto de vista particular (...) que **o conselho municipal de meio ambiente só existe no papel**. A partir disso, é impossível que qualquer outro seguimento organizado da sociedade tenha participação. E o Grupo Jaboticabal Sustentável não ia ficar fora disso. (SC5)

Considerando a menção sobre a presença de conflitos no GAJS entre pessoas que desempenham funções sobre as questões de meio ambiente, dificultando a sua formação como um grupo sólido, reforça a presença da centralização das ações do poder público sobre a dimensão ambiental. Assim, a administração municipal considerando a dimensão ambiental como a de maior interesse das entidades da sociedade civil, torna esta dimensão como sendo uma dimensão de competição.



Portanto, restringe a dimensão política, a participação do GAJS no CONDEMA, assim como as próprias atividades do conselho.

## **5.2 A relação entre entidades da sociedade civil organizada e a administração pública local na perspectiva das dimensões da sustentabilidade.**

Considerando o debate existente sobre as dimensões da sustentabilidade, buscou-se analisar quais as relações entre as dimensões da sustentabilidade e as entidades, de forma a fundamentar os perfis por dimensão das entidades que puderam ser determinantes no processo participativo do GAJS, assim como verificar qual dimensão da sustentabilidade foi incorporada pela administração local voltada para as políticas públicas.

### **5.2.1 Perfil de dimensão da sustentabilidade das entidades participantes**

De uma forma geral as entidades do poder público municipal mencionaram o perfil ambiental como sendo o principal perfil, seguido da social, confirmando as análises anteriormente percebidas, como sendo uma dimensão competitiva entre os grupos, conforme pode ser verificado.

**Principalmente da questão ambiental.** Com o fortalecimento desse projeto, a estruturação dele e seu desenvolvimento, a **questão ambiental tomou mais força.** Porque era uma **coisa mais presente** e, também, **porque as entidades que representavam as questões ambientais, elas tinham mais atuação no grupo de ação.** (PPM1)

Eu acho que não fica só na questão da dimensão ambiental. **Sem dúvida nenhuma o ambiental é o foco do PPM2** (PPM2)

**Ambiental e Social.** (PPM3)

Em relação às entidades da sociedade civil, o principal perfil apresentado foi como o de dimensão ambiental da sustentabilidade. No entanto, as respostas foram acompanhadas com outras dimensões confirmando os elos transdimensionais da sustentabilidade.

o principal é... dimensão de sustentabilidade **está dentro da ambiental**. Mas, isso não quer dizer que nós também não temos... trabalhamos a parte **social e parte cultural**. (SC1)

Olha, eu não poderia colocar em um só. Eu colocaria talvez, talvez, em **ordem de importância, talvez não: o ambiental, o social e o cultural**. (SC2)

... entender o ambiental como uma coisa mais profunda atingindo também as **questões sociais**, etc e tal. Mas, **eu acho que a questão central é a ambiental**. (SC3)

A entidade SC4 mencionou ser a dimensão econômica como principal dimensão da sustentabilidade para com o Projeto Jabolicabal Sustentável.

Uma das demandas principais, que a gente acabou se envolvendo, exatamente pela área do trabalho, era **tentar caracterizar melhor essas dimensões**. Nesse processo de caracterização, quase que ficou meio que por uma questão, pelo departamento, **pela área de atuação, que nós deveríamos trabalhar com a questão econômica**. (SC4)

A entidade SC5 mencionou ser a dimensão social, porém passando pela educação ambiental, o que sugere dimensão ambiental como perfil principal.

**É a dimensão social**, que passa pela **questão da educação ambiental, principalmente**. (SC5)

As dimensões ambiental e social, foram as dimensões percebidas como perfis das entidades do poder público, onde somente uma entidade menciona a correlação com outra dimensão. Pela percepção própria do pesquisador, e enquanto membro de entidade participante no GAJS, a dimensão determinante nos interesses em políticas públicas da administração, ancorou-se na dimensão ambiental, pela realização de inúmeras interferências nessa área, onde, entre outras determinações políticas, a “Gestão Ambiental Integrada” foi caracterizada como uma bandeira política da administração.

Quanto às entidades da sociedade civil, prevaleceu o perfil em dimensão ambiental, seguido das dimensões social, cultural e econômica, comprovando o entendimento da pluridimensionalidade e a transdimensionalidade como necessários para as ações.

## 5.2.2 Ações decorrentes do PJS desenvolvidas pelas entidades

Buscou-se verificar as ações consideradas decorrentes do PJS desenvolvidas pelas entidades para contribuir com o reconhecimento sobre a existência dessas ações, analisando em quais dimensões são caracterizadas.

As atividades de fomento ao Projeto Jaboticabal Sustentável, como mostras, seminários, a viabilidade da permanência das entidades e divulgação do projeto ao município, foram ações consideradas como decorrentes das entidades do poder público municipal. As ações em educação ambiental foram consideradas como um grande investimento, acompanhado de ações voltadas às questões ambientais, como também ações de articulação à formação da cooperativa de coleta de materiais recicláveis.

As ações práticas que tiveram bastante envolvidas com a montagem das atividades da **Mostra Jaboticabal Sustentável**, dos **seminários temáticos de indicadores** de água, das **atividades ocorridas** no Centro de Educação Ambiental que eram seminários de sustentabilidade, e, **principalmente, na divulgação do projeto na cidade** (PPM1)

Muito prático que ficou depois do grupo foi a idéia da **importância da educação ambiental**, a idéia da importância da **qualidade da água**, idéia da importância das **entidades** sociais (...) **da gente viabilizar a permanência...** uma entidade social **ter essa estrutura para ficar**, hoje, em pé. (...) **o Projeto da Bacia do Córrego Rico. A reforma da ETA... E a questão da educação ambiental que foi um grande investimento nosso, eu acho.** (PPM2)

é a questão do **auxílio à cooperativa** de reciclagem que vem muito ligada à geração de renda e de emprego. E pouco a questão, também, **ambiental**, e, algumas práticas de **fiscalização, de proteção dos mananciais, recomposição de matas ciliar. Mais ligado às questões ambiental e social.** (PPM3)

Para as entidades representantes da sociedade civil as ações consideradas decorrentes, foram mencionados o aprimoramento das ações em questões ambientais, ações desenvolvidas fora de Jaboticabal, e intenções de atividades em questões sociais. A participação das atividades internas ao GAJS foi considerada como sendo decorrente,

justificado por uma das entidade por já ter desenvolvido atividades sustentáveis anteriormente ao projeto.

já desenvolvemos algumas **atividades que foram melhoradas** junto com a participação com o Grupo do Projeto Jaboticabal Sustentável. O que nós... Foi dado um novo, talvez **um novo direcionamento e, principalmente, na questão de proteção ambiental.** (SC1)

Nós trabalhamos, algumas vezes, **em outros municípios.** E isto é interessante né? **Porque é decorrente do Jaboticabal Sustentável,** mas não foi em Jaboticabal. **É no sentido de adequar melhor áreas verdes públicas.** E temos um plano agora de fazer um... é até mais ou menos, um experimento uma pesquisa, né? **Com um ambiente no asilo, aqui, de idosos, pra verificar que benefício nós podemos trazer à eles.** (SC2)

Para a entidade SC4, esta mencionou como ação decorrente, o afastamento devido pouco empenho do poder público local para condução do projeto.

...existe um momento fundamental nesse processo, que é **exatamente o nosso afastamento do projeto.** Ou seja, como nós constituímos essa leitura e **participamos inclusive da discussão do primeiro caderno** que tratava exatamente... dava um enunciado das dimensões. E depois, os cadernos foram sendo feitos no sentido de fazer um aprofundamento de cada dimensão. **Nesse momento eu já senti que não havia muito espaço e muito empenho do poder público municipal na condução do projeto.** (SC4)

Pode-se considerar que as ações sugeridas como decorrentes foram sensíveis, tanto do poder público, quanto das entidades da sociedade civil. Embora possa ser considerado que a incorporação dos princípios e conceitos da sustentabilidade tenha ocorrido entre as entidades, a constatação desta incorporação poderia ser melhor observada através da verificação das possíveis mudanças de condutas e ações práticas individuais e coletivas decorrentes do aprendizado.

Foi verificado o afastamento de uma das entidades do projeto, sendo considerado decorrente da ausência de espaço e de empenho do poder público municipal na condução do projeto. Essa atitude de afastamento refere-se ao que foi constatado anteriormente, sobre as divergências apresentadas quanto à participação, a qual foi

considerada como limitada pelo poder público, restringindo espaços e ações junto às políticas públicas.

### **5.2.3 Caracterização em dimensão da sustentabilidade considerada sobre as ações práticas das entidades**

Nessa análise, buscou-se verificar o entendimento das entidades em relação às ações praticadas e consideradas decorrentes do PJS, através de qual dimensão da sustentabilidade essas ações praticadas foram caracterizadas, conferindo o perfil de inclinação e apropriação em dimensão das entidades.

As entidades da administração municipal caracterizaram suas ações principalmente em dimensão ambiental, justificado pela presença de entidades de perfil nessa dimensão, sendo essas entidades consideradas como as de maior atuação junto ao GAJS. As demais ações foram caracterizadas em dimensão social e cultural.

**Principalmente da questão ambiental.** Com o fortalecimento desse projeto, a estruturação dele e seu desenvolvimento, a **questão ambiental tomou mais força.** Porque era uma **coisa mais presente** e, também, **porque as entidades que representavam as questões ambientais, elas tinham mais atuação no grupo de ação (PPM1)**

Quanto às entidades representantes da sociedade civil, a entidade SC1 mencionou suas ações em dimensão ambiental, mencionando a relação com ações de dimensão cultural e dimensões social, o que sugere a transdimensionalidade entre os princípios das dimensões .

Eu imagino que essas ações que nós estamos executando, ela tem um aspecto **bastante cultural dentro da parte de educação, né?** Mas, isso **reflete na dimensão social.** Porque na medida que **você trabalha o meio ambiente.** (...) as ações que nós temos praticado, elas **se encaixam muito bem dentro da cultural e, sem deixar de lado a social e a ambiental.** (SC1)

As demais entidades mencionaram suas ações como sendo de dimensão ambiental, seguida de social, cultural e econômica.

A dimensão ambiental da sustentabilidade foi a dimensão que mais caracterizou as ações do poder público municipal e das entidades da sociedade civil, indicando como dimensão determinante nos interesses e nas relações entre os grupos de entidades, como também, dimensão enraizadora da sustentabilidade.

Adeodato (2005) verificou, pelo conteúdo dos materiais produzidos pela prefeitura, como por exemplo, folhetos e jornais informativos, que a ênfase era dada por obras de caráter ambiental. A autora comenta que “a chamada gestão ambiental integrada foi uma das marcas da política ambiental da administração em seu segundo mandato (2001-2004), sendo desenvolvidas várias ações como implantação de aterro sanitário, coleta seletiva, criação da estação de tratamento de esgoto, obras de drenagem etc.”

#### **5.2.4 A transdimensionalidade entendida pelas entidades sobre as ações realizadas**

Para melhor verificar a compreensão sobre a inter-relação entre as questões que cercam a sustentabilidade, a qual é sugerida neste trabalho como sendo a transdimensionalidade existente sobre as ações, buscou-se verificar a presença de interações com outra(as) dimensão(ões) sobre as ações anteriormente mencionadas e caracterizadas em dimensões pelas entidades.

Entre as entidades da administração, constatou-se a inter-relação com a questão educacional, a qual estaria interagindo com a dimensão cultural. Foi mencionada a relação entre a dimensão econômica e ambiental pelo investimento financeiro em ações. Foi percebida a dimensão cultural, entendendo a necessidade de mudança de valores e tradições junto à população, assim como a dimensão política para a realização de suas ações de forma participativa, entendido como um jogo político.

**Principalmente a questão educacional, que pode ser uma dimensão cultural. E também a questão ambiental. (PPM1)**

Acho que muito com a **política**. Porque você precisa ter esse jogo político de participação para realizar essas ações e, **também, com a cultural**, porque, às vezes, **você tem que mudar a visão da população... Você tem que mudar um pouco os valores e tradições da pessoa, né? (PPM3)**

Constatou-se entre as entidades da sociedade civil que foram entendidas as interações entre as dimensões.

...enfim, não dá pra você pensar pontualmente que o **econômico** está envolvido **com o social**, por conta de que nós fizemos, a princípio, uma leitura da empregabilidade. Eu acho que não. Eu acho que estas questões estão extremamente envolvidas. De que maneira? **Com o ambiental**, porque nós podemos avaliar a questão econômica de vários aspectos. (SC4)

A entidade SC5 mencionou as ações de intenção sob a dimensão ambiental, no entanto aponta a prioridade sobre a questão da sustentabilidade, o que sugere a presença das múltiplas dimensões mencionadas.

E nós tentamos criar um senso pedagógico (...) para que eles possam tratar a **questão ambiental** (...) como uma prioridade. E a prioridade é a **questão da sustentabilidade** voltada para a qualidade de vida. (SC5)

Os grupos de entidades, de uma forma geral, todas as dimensões foram consideradas interligadas, comprovando suas compreensões da transdimensionalidade da sustentabilidade.

### 5.3 Considerações de entidades não participantes sobre o PJS

Considerando que para o alcance da sustentabilidade requer políticas mais democráticas e participativas junto aos vários seguimentos da sociedade, buscou-se constatar, através de entrevistas, os motivos pela não participação e as percepções sobre o PJS de representantes de duas entidades da sociedade civil, as quais, embora sabendo da existência do projeto, não participaram das atividades junto ao GAJS. Dessa forma, buscou-se verificar a percepção de uma entidade representante de classe, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e Região (STR), e um conselho municipal, sendo ele, o Conselho Municipal de Educação (CM).

As perguntas foram dirigidas igualmente às duas entidades, levando em consideração a impossibilidade da obtenção de respostas claras pela não participação durante o processo das atividades do GAJS.

- **Razão da não participação**

Verificou-se não ter havido estímulo à participação no projeto, sugerindo conflitos no relacionamento entre o sindicato e a gestão administrativa no período das atividades do GAJS.

Eu não fiquei sabendo na época que existia e que agente poderia participar. **Nos não fomos**, não teve nenhuma reunião, alguma explicação do que seria esse projeto **e nem um estímulo para participação**. Então, realmente se eu vi alguma faixa na cidade... Eu não vi direto do conselho municipal de educação não teve essa... motivo pra essa participação. Por isso eu não participei. (CM)

O representante do Conselho Municipal relatou o não conhecimento na época e também mencionou a inexistência de estímulo e motivação.

- **Principal objetivo da entidade**

A entidade sindicalista, através de seu representante, mencionou o sindicato como uma entidade voltada para o bem social dos trabalhadores e suas famílias sob a base territorial do sindicato. O representante do conselho municipal mencionou a busca de resoluções de problemas de fundo econômico-social.

Então, nós fazíamos muitas **reuniões pra ver se a verba da prefeitura estava direcionada de forma a não ser burlado nada**. Tem que ajudar os **alunos mais carentes**. (CM)

- **Conflitos percebidos**

A entidade sindicalista mencionou ter ficado sabendo sobre conflitos no PJS, assim como entre o sindicato e a administração, sendo os conflitos ideológicos, de exclusão, privilégios e de identidade político partidária.



Olha a gente tem conhecimento, inclusive aconteceu com o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal. **Existiu conflitos ideológicos.** Por exemplo, a ex-administração de Jaboticabal, eles tinha uma política aonde socializava todo mundo. Mas **desde que você tivesse dentro do contexto político deles.** Nesse ínterim houve alguns conflitos, **a dúvida de várias pessoas com relação ao partido político.** Segundo alguém comentou com a gente dos privilégios das facilidades, aonde alguém tinha mais, outros tinham menos, isso dificultava qualquer projeto para Jaboticabal, dentro do grupo. (STR)

A entidade representante de conselho municipal mencionou não saber responder sobre a presença de conflitos.

- **Interesse em desenvolvimento de políticas públicas**

O representante sindical mencionou a promoção de cursos de qualificação e re-qualificação para os trabalhadores rurais. O representante do conselho municipal mencionou o desenvolvimento de políticas sociais nas escolas, através da aproximação dos moradores do entorno da escola.

Acho que aí seria nas escolas mesmo. Nas escolas municipais. Uma atuação em cada escola no sentido de fazer com que a escola abrisse as portas para a comunidade. **Abrisse as portas para os moradores próximos a ela.** Então seria mostrar pra população, pra um perímetro em volta da escola, aquele espaço da cidade, que a escola é feita pra eles. Que o município está voltando pra eles a oportunidade de usar aquele espaço. **Um espaço público para o saber, para o conhecimento, para cursos, para divertimento, para os jovens.**

Nesta análise, embora apresentando dificuldades sobre a consistência dos resultados pela não participação das entidades junto ao GAJS, foi percebida a presença de conflitos entre o sindicato e a prefeitura como um dos motivos da não participação. A falta do estímulo e da motivação foram os fatores que contribuíram pela não participação das entidades entrevistadas.

O representante do sindicato entrevistado mencionou seus objetivos em promover ações sociais, não percebendo a importância da dimensão política da sustentabilidade como dimensão de interferência à classe representada, dado o não conhecimento dos princípios dessa dimensão. No caso do representante do conselho

municipal, em suas declarações, foi mencionado interesses em políticas sociais, através da aproximação dos moradores do entorno da escola para o reconhecimento de novos valores.

#### **5.4 Considerações sobre a experiência do GAJS no PJS**

As considerações quanto aos aspectos analisados apresentados pelas entidades da administração municipal e da sociedade civil, nas perspectivas da participação e das dimensões, estão apontados a seguir:

- **Estímulos à participação**

Poder público: processos de interação participativa pela forma de discussão do tema sustentabilidade junto ao município, demonstrar a produção de ações à população e formular políticas educacionais para incorporação dos conceitos.

Sociedade civil: processos participativos, pesquisas na linha de políticas públicas e gestão local, envolvendo a sociedade sobre o tema sustentabilidade, a adequação das atividades internas e a sustentabilidade do município.

- **Desestímulo em participar**

Sociedade civil: estrutura centralizadora da administração, falta de clareza dos objetivos da administração municipal, ausência de formulação de políticas decorrentes do projeto e pela não atribuição de legitimidade ao grupo pela prefeitura.

- **Principais objetivos das entidades**

Poder público: criação de um canal de participação enquanto consultas, a visibilidade ao público sobre as ações desenvolvidas, caracterizadas, principalmente, em questões ambientais seguidas das sociais e a formação de agentes transformadores e críticos.

Sociedade civil: atuação em processos efetivamente participativos e atuação por ensino, pesquisa e extensão sobre as demandas em políticas públicas esperadas no decorrer do projeto. Inclui-se a formação de pessoas, a construção de indicadores, formulação de metodologias sustentáveis e o benefício ambiental e social para o município.

- **Disseminação do conhecimento adquirido internamente nas entidades**

Poder público: houve divergências entre entidades, sugerindo que durante as reuniões o assunto GAJS estaria para a articulação das ações internas.

Sociedade civil: afirmaram ter havido certa constância de assuntos relativos ao GAJS nas reuniões internas. No entanto, houve ausência de articulação entre uma das entidades, justificada pela inexistência de formalidade na participação e pelo questionamento sobre a clarividência dos objetivos do PJS por parte da prefeitura.

- **Presença de conflitos entre as entidades do GAJS**

Poder público: perceberam conflitos pelo não compartilhamento da identidade do projeto entre as entidades do poder público e as entidades da sociedade civil. Foram constados conflitos por centralização, censura e hierarquização do poder público municipal sobre as atividades do grupo. Constatou-se, também, conflitos internos nas entidades do poder público municipal pela não compreensão do projeto.

Sociedade civil: perceberam conflitos por haver privilégios de pessoas com poder de decisão, havendo censura, hierarquia e centralização pelo poder público, portanto considerou-se a não legitimidade do grupo. Foi considerado que tais conflitos tenham contribuído pela evasão de integrantes de entidades e pela saída de um dos pesquisadores da UFSCar. Verificou-se conflitos pelo desinteresse de práticas democráticas e participativas pela administração municipal, sobrepondo o político partidário, assim como o uso político do GAJS.

- **Percepção de posturas conflitantes assumidas**

Poder público: posturas de centralização, hierarquização e dominação foram assumidas pela Prefeitura e pelo SAAEJ, justificadas por serem os principais parceiros e coordenadores do projeto. A centralização foi entendida como papel institucional da prefeitura.

Sociedade civil: foram evidenciadas as posturas de censura, centralização e dominação, considerando o SAAEJ legitimado pela prefeitura para exercer tais posturas.

- **Abertura de espaços de participação para o GAJS nas políticas públicas**

Poder público: entenderam como sendo as atividades de fomento, articulação e visibilidade do Projeto Jaboticabal Sustentável, as quais foram as formulações coletivas dos conceitos da sustentabilidade, dos cadernos, dos indicadores, a participação das mostras e a articulação do grupo em fórum.

Sociedade civil: as atividades foram consideradas burocráticas e institucionalizadas pela prefeitura para apresentação dos resultados à população, sem articulação interna necessária para promover a participação do GAJS junto às políticas públicas.

- **Formas de participação consideradas como retorno da Prefeitura ao GAJS**

Poder público: as atividades coletivas do GAJS, como formulações de princípios, indicadores, mostras, cadernos, etc., foram consideradas como participação nas políticas públicas em níveis de troca de informação, consulta e tomada de decisão conjunta.

Sociedade civil: não consideraram ter havido nenhuma forma de participação em políticas públicas, observando que os níveis de participação como troca de informações e consulta foram formas ocorridas durante as atividades internas ao GAJS.

- **Abertura para participação de entidades representantes de classes, conselhos, movimentos sociais, associações de bairro, sindicatos, etc.**

Poder público: embora havendo divergências, as entidades não afirmaram ter ocorrido a participação dessas entidades, sendo considerada como falha do projeto.

Sociedade civil: não consideraram ter havido participação das entidades representantes de classes, conselhos, associações de bairro, etc., justificada pela ausência de abertura da prefeitura por espaço político para essas entidades.

As entidades não participantes entrevistadas, representadas por um conselho municipal e um sindicato representante de classe, os fatores da não participação foram a falta de convite, de estímulo e de empenho por parte da prefeitura.

- **As dimensões e os interesses em ações nas políticas públicas pelas entidades**

Poder público: a Dimensão Ambiental foi dominante nos interesses em ações nas políticas públicas da administração. Houve conflitos entre secretarias pelo desenvolvimento de ações em Dimensão Social, enquanto interesse em projeto de educação para a sustentabilidade.

Sociedade civil: igualmente a Dimensão Ambiental foi a dimensão dominante nos interesses de desenvolvimento de ações nas políticas públicas. No entanto, as ações idealizadas apresentaram a apropriação da Dimensão Política da Sustentabilidade, através de propostas de participação inclusiva e abrangente, pela identificação das demandas na sociedade, pelo fortalecimento de conselhos municipais, da economia popular, entre outros.

- **Ação e participação do GAJS junto ao CONDEMA**

Poder público: verificou-se ter havido divergências entre as entidades do poder público municipal, onde uma das entidades menciona ter ocorrido reuniões periódicas do

CONDEMA, com participação indireta do GAJS, sendo que as demais entidades do poder público municipal desconheciam as ações do conselho.

Sociedade civil: consideraram o CONDEMA como um conselho não relevante na administração, sendo esta consideração dirigida aos demais conselhos municipais.

• **Perfil de dimensão apresentado pelas entidades**

Poder público: a Dimensão Ambiental foi verificada como perfil evidente e predominante para as suas ações, seguida da dimensão social e cultural.

Sociedade civil: o perfil em dimensão ambiental prevaleceu seguido das dimensões social, cultural e econômica.

• **Ações decorrentes do PJS desenvolvidas pelas entidades**

Poder público: ações de fomento ao GAJS, como as atividades de organização de mostras, seminários, indicadores, divulgação, etc. A dimensão ambiental foi caracterizada como central das ações decorrentes, seguida da dimensão social.

Sociedade civil: além das atividades junto ao GAJS, foram mencionados como decorrentes do PJS o aprimoramento em ações em dimensão ambiental, seguida da dimensão social. Foi constatado como ação decorrente, o afastamento de uma das entidades pela falta de empenho do poder público na condução do projeto.

• **Caracterização em dimensão da sustentabilidade sobre as ações decorrentes**

Poder público: a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade foi a dimensão que mais caracterizou as ações, seguida da social e cultural.

Sociedade civil: igualmente, a Dimensão Ambiental foi a que caracterizou suas ações, seguida das dimensões social, cultural e econômica.

- **Transdimensionalidade entendida pelas entidades sobre as ações realizadas**

Poder público: as entidades demonstraram a compreensão sobre elos de inter-relação nas ações.

Sociedade civil: todas as dimensões foram consideradas interligadas, sugerindo a compreensão da transdimensionalidade da sustentabilidade.

Para finalizar, dentro de uma abordagem geral do que foi exposto, as últimas considerações são apresentadas a seguir:

**a) A prática dos espaços participativos a partir do ponto de vista das entidades.**

A fragilidade da gestão democrática da administração pública municipal, pela restrição do desenvolvimento da dimensão política da sustentabilidade durante as atividades coletivas do GAJS, não permitiu a geração de condições efetivas de participação das entidades da sociedade civil nas políticas públicas.

**b) A relação entre as dimensões da sustentabilidade e as entidades enquanto dimensões de interesse, que puderam ser determinantes nas relações durante o processo participativo.**

A Dimensão Ambiental foi o alvo central de ação para as políticas públicas no ideário dos dois grupos de entidades, sendo a dimensão mais passível de competição, evidenciando, nesse caso, o enraizamento da sustentabilidade nessa dimensão.

**c) Dimensão da sustentabilidade incorporada pela administração local como determinante nas políticas de participação.**

A Dimensão Ambiental da Sustentabilidade foi a dimensão determinante sobre as ações do poder público municipal pela estratégia assumida enquanto marca de desenvolvimento das políticas públicas.

A centralização das ações pelo poder público municipal sobre a Dimensão Ambiental, configurando numa dimensão competitiva e disputada entre os grupos, acarretou na não legitimidade do GAJS, pela restrição do grupo da participação efetiva nas políticas públicas locais, constatando a hipótese de que:

“A administração municipal assume a função de fomentadora do Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, porém limitando o desenvolvimento da Dimensão Política da Sustentabilidade pela restrição das formas de participação nas Políticas Públicas, prevalecendo a Dimensão Ambiental nas ações, porquanto prevalece ainda um forte enraizamento sobre as questões ambientais nas discussões sobre a sustentabilidade.”



## **CAPÍTULO 6**

### **A PRÁTICA DOS ESPAÇOS PARTICIPATIVOS**

Em administrações mais democráticas, observa-se a tendência de os conselhos municipais, grupos sociais, movimentos populares e outros, tornarem-se mais representativos intervindo na realidade pela elaboração e implementação das políticas locais. São ações coletivas de descentralização do poder local criadas em torno de identificações e propostas para as demandas comunitárias. Nesse caso, a sustentabilidade inspira-se em experiências onde os resultados dos processos democráticos entre poder e sociedade na governança local, criando espaços e incentivos para um processo mútuo de aprendizagem contínua e dinâmica.

A análise sobre a existência ou não de práticas participativas inovadoras na formulação das políticas locais refere-se para a necessidade de diagnosticar o estado da arte da prática da sustentabilidade, pela potencialização dos espaços de diálogo, interação, tomada de decisões e ações conjuntas, assim como a disseminação do conhecimento adquirido pela experiência. O envolvimento da sociedade organizada pelo discurso da participação amplia as oportunidades para a construção da democracia participativa. Portanto, tornam-se possibilidades reais para o enriquecimento político e administrativo sobre a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos, significando que a democracia não se limita a garantir direitos, mas uma constante construção de novos direitos e de abertura às mudanças sustentáveis.

#### **6.1 A prática dos espaços participativos a partir do ponto de vista das entidades**

Embora haja a busca por novos processos democráticos na governança local, faz-se necessário que haja o reconhecimento sobre como eles funcionam, para quem e com quais resultados. Na revisão de literatura deparou-se com o comentário que Bava (2001) apresenta sobre os processos participativos construídos por administrações municipais alertando para esses processos, pois eles também ocultam os seus

significados. Segundo o autor, “se é verdade que em muitos casos elas constroem novos espaços públicos e novas formas de exercício de cidadania, também é verdade que nem sempre elas são virtuosas e servem ao fortalecimento da democracia.” Nesse caso, enquanto participação, o autor percebe que

“Muitas delas apropriam os espaços como mecanismo de cooptação e de controle político, de forma que as experiências prestigiam a imagem dos governantes, desarticulando a capacidade de pressão de importantes setores da sociedade, e mantém sob controle as manifestações e demandas populares.” (BAVA, 2001)

O grupo de entidades pertencente à sociedade civil organizada participante do GAJS pode ser considerado, segundo Scherer-Warren (2001), como um grupo solidarista/cooperativista, pelo interesse e motivação em parcerias para gestão de políticas públicas. Por solidaristas, pode-se entender por estarem solidários ao tema sustentabilidade e de interesse comum ao projeto. Por cooperativistas, por estarem motivados em participar sobre as demandas públicas para o monitoramento das políticas locais. Ao grupo de entidades pertencentes ao poder público municipal, as motivações apresentadas em participar foram por interesse ao projeto, por indicação administrativa e pelo enriquecimento do conhecimento.

Quanto ao funcionamento na prática dos espaços participativos em políticas públicas a partir do ponto de vista das entidades, os resultados apresentaram-se divergentes entre as entidades do poder público municipal e as entidades da sociedade civil organizada.

Para as entidades do poder público municipal foram considerados como espaços participativos de atuação do GAJS nas políticas públicas, as atividades coletivas realizadas como Mostras, formulação dos cadernos, seminários, concessão de espaços físicos para reuniões, formulação dos indicadores da água e a institucionalização do grupo em fórum. Notou-se que um dos objetivos das entidades do poder foi o de concretizar um grupo conselheiro para as ações de gestão pública. Porém, não foi considerada pela administração a ocorrência de participação do grupo das entidades da sociedade civil organizada como consultor nas ações públicas.

Pelo que parece, as atividades entendidas pela administração como a participação do GAJS em políticas públicas, estas foram consideradas apenas como

atividades realizadas pelo grupo, enquanto mediação e facilitação da UFSCar de formação, capacitação e habilitação do GAJS em estar participando nas políticas, e não como ações que necessariamente dissessem respeito às políticas públicas. Dessa forma, a administração se restringiu apenas em viabilizar essa experiência pela organização e fomento das atividades do Projeto Jaboticabal Sustentável.

Pelos resultados apresentados, as entidades da sociedade civil organizada não consideraram ter havido participação nas políticas de gestão local, embora seus objetivos e estímulos em participar do Projeto fossem em processos mais democráticos e participativos junto à administração através das demandas públicas esperadas como resultantes do projeto. Destaca-se na literatura pesquisada, Chauí (2004), onde menciona os obstáculos para a efetiva participação, podendo ser, primeiramente, decorrente da estrutura autoritária que bloqueia a participação e a criação de direitos, e, a segunda, é decorrente das ideologias que reforçam a despolitização provocada de um lado pela fragmentação e dispersão das classes populares, e por outro lado pelo encolhimento do espaço público.

Os principais fatores que influenciaram o desestímulo à participação das entidades da sociedade civil organizada enquanto GAJS foram: a) posturas de centralização, hierarquização, dominação e censura da administração municipal, portanto, a não legitimação do GAJS enquanto parceiro nas políticas públicas; b) a ausência de políticas públicas em demandas que fossem decorrentes do projeto por parte da prefeitura; c) a ausência de abertura para participação nas políticas públicas e d) o uso político das ações do GAJS pela prefeitura.

A postura de centralização assumida pela administração e considerada como postura legítima e necessária, em que a prefeitura entendeu sua função como coordenadora e fomentadora do projeto, conduziram ao afastamento de uma das entidades, assim como o afastamento de pessoas representantes de entidades e da universidade, por considerarem a inexistência de abertura de participação, tanto nas políticas públicas, quanto nos espaços de diálogos no interior do GAJS.

O Projeto Incorporação de Princípios e Indicadores de Sustentabilidade em Pequenos e Médios Municípios proposto pela UFSCar para a prefeitura como uma parceira inicial e estendido para as demais entidades da sociedade civil como uma experiência piloto na busca da sustentabilidade, foi uma importante experiência de

aprendizado, tendo sido construído um novo espaço público e novas formas de exercício de aprendizagem e de cidadania. Porém, os resultados democráticos não se apresentaram virtuosos em termos de participação nas políticas públicas.

## **6.2 Relações entre as dimensões da sustentabilidade e interesses ao processo participativo no GAJS**

A censura provocada pela administração sobre uma das suas entidades, sendo ela sobre um projeto político de interesse dessa entidade em Dimensão Social direcionado à educação e à participação comunitária, verificado no Capítulo 5, colaborou para caracterizar a prioridade política da administração sob a Dimensão Ambiental, locando a Dimensão Política da Sustentabilidade não no mesmo nível que a Dimensão Ambiental. Portanto, a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade foi a dimensão de interesse em políticas públicas, e não uma dimensão de inclusão do GAJS, o mesmo do CONDEMA em processos participativos.

Igualmente, a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade foi a dimensão de maior inclinação de ações entre as entidades da sociedade civil organizada, caracterizada pelo histórico de atuação dessas entidades. Essa observação colabora com a afirmação de que o termo sustentabilidade está ainda ancorado nas questões ambientais, sendo que estas entidades foram as entidades que acompanharam o projeto desde seu início, pelas inclinações a essa dimensão, por afeto e por objetivos comuns ao projeto.

Mesmo sendo a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade como a dimensão central de políticas da administração e de perfil dominante nas entidades da sociedade civil, a ausência do Conselho Municipal de Meio Ambiente nas decisões públicas constata a falta de abertura política.

No entanto, a Dimensão Política da Sustentabilidade foi a determinante nas articulações de ações nos objetivos das entidades da sociedade civil, assim como a dimensão também determinante pelos conflitos existentes, pela fragilidade apresentada nessa dimensão junto ao poder público, principalmente pelas posturas centralizadoras apresentadas. Embora o termo sustentabilidade esteja ainda enraizado em dimensão

ambiental, as reivindicações por espaços de participação nas políticas públicas por parte das entidades civis, transcende para um aspecto mais abrangente, pela repercussão de práticas junto à esfera pública.

### **6.3 Dimensão da sustentabilidade apropriada pela administração local, voltada para as políticas públicas.**

Na revisão da literatura sobre a prática das políticas públicas, segundo Frey (2000), verificou-se que a dimensão material, a “Policy”, refere-se aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material. Então, a prática das políticas públicas, do planejamento e da intervenção se direciona em atender as demandas coletivas e interesses organizados em áreas sensíveis ou estratégicas que visam garantir a legitimidade política e a estabilidade social.

Por outro lado, a dimensão processual, a “Politics”, refere-se ao processo político, aos objetivos, aos conteúdos e decisões de distribuição. Nesse caso, é a dimensão do processo decisório, envolvendo conflitos e negociações políticas em torno de interesses e demandas que têm expressão e solução no âmbito dos poderes públicos.

Nesse caso, a dimensão determinante em políticas públicas da administração, para as suas “policy” e “politics” ancorou-se na Dimensão Ambiental da Sustentabilidade, pela realização de inúmeras interferências nessa área, caracterizando a “Gestão Ambiental Integrada” como sendo uma das bandeiras políticas da administração. Entendendo que o planejamento das ações esteja contido em uma determinada gestão, Frey comenta que:

“a experiência com o planejamento integrado, abordagem predominantemente de planejamento urbano no Brasil sob o regime militar, como na Europa no auge da socialdemocracia, revelou limitações desta abordagem que se devem, por um lado, às restrições concernentes à capacidade informacional e analítica dos agentes estatais, por outro lado, à desconsideração da complexidade e imprevisibilidade dos processos sociais e políticos, sobretudo no processo de implementação de políticas públicas e projetos urbanos.” (FREY, 2001).

Conforme verificado pelos resultados, a Dimensão Ambiental da Sustentabilidade foi a dimensão apropriada e determinante sobre as ações do poder público municipal, pela estratégia assumida enquanto marca de desenvolvimento das políticas públicas, em detrimento da Dimensão Política de participação social. No entanto, observa-se que para Frey (2001), na abordagem política de participação democrática, “a participação popular torna-se peça fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas.”

Nota-se que os conflitos ocorridos entre os grupos de entidades foram prioritariamente por abertura de participação nas decisões e pela incapacidade de formulação de políticas decorrentes do Projeto Jaboticabal Sustentável. Nesse caso, quanto às políticas ambientais, Frey (2001) entende que “o planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela.” O autor ainda propõe que a dimensão política, inclusive a realização da democracia, “é um dos principais objetivos de ação do desenvolvimento alternativo”. Portanto, pode-se considerar a Dimensão Política da Sustentabilidade como a dimensão determinante à realização do processo da sustentabilidade. Ainda Frey menciona que:

“Observa-se na prática das políticas ambientais uma tensão entre duas dimensões da crise ecológica. Por um lado temos os ecólogos e cientistas, os planejadores-tecnocratas das empresas e organizações estatais, incumbidos da análise das grandes questões ecológicas e da elaboração e implementação de correspondentes soluções e planos abrangentes, por outro lado, os educadores e professores, os ambientalistas dos movimentos sociais, os cientistas e assistentes sociais empenhados na educação ambiental e para a cidadania, tentando organizar a luta política dos excluídos e pensando novos modelos de um desenvolvimento alternativo.” (FREY, 2001)

Embora não se pretenda uma análise de estilo político, compete a verificação do estilo assumido frisando fatores culturais, padrões de comportamento político e inclusive atitudes de atores políticos. Nesse caso, a administração municipal expressou uma cultura política limitante, onde as entidades da sociedade civil esperavam uma cultura de participação de forma ativa nos acontecimentos políticos e não uma cultura política de desempenho passivo. Considerando a política ambiental da administração e as aspirações das entidades da sociedade civil, Frey (2001) menciona

que “na realidade, faz-se necessária a junção dessas diversas forças do movimento ambiental (de forma cooperativa ou conflitiva), assim como a estimulação de processos de aprendizagem mútua para que se possa chegar a um desenvolvimento sustentável.”

Portanto, o estilo político do poder público para ações sustentáveis deve estar embasado em políticas de descentralização e ações coletivas, procurando estabelecer processos democráticos e participativos junto à população.

#### **6.4 A administração municipal e a função de fomentadora.**

Constatou-se a notoriedade da prefeitura em incorporar o desafio da implantação de uma experiência que implica necessariamente sobre propostas de alteração das estratégias políticas e de formulação de novos critérios sobre as ações que possam refletir nas relações sociais em uma comunidade. Esse desafio incorporado pela prefeitura propondo a sustentabilidade do município constatou uma experiência de aprimoramento de gestão pública, observado em administrações mais democráticas.

Nesse caso, observou-se o interesse em novas experiências pela abertura ao desenvolvimento do Projeto Jaboticabal Sustentável, e também o esforço ao desenvolvimento através da disponibilidade de infra-estrutura, recursos humanos e articulação entre as entidades participantes e poder público local. Denotou-se também a compreensão sobre o reconhecimento da participação da sociedade como essencial à busca da sustentabilidade, e fundamental à legitimidade democrática do governo, em que, pela percepção própria do pesquisador, a prefeitura organizou inúmeros eventos como fóruns, seminários, congressos, encontros, etc., sob vários assuntos que dizem respeito à coletividade, como fomento à criação de conselhos municipais, orçamento participativo, assessoria em articulação de cooperativas populares e demais ações.

Quanto ao projeto, a prefeitura compartilhou, inicialmente junto à UFSCar, a responsabilidade da implementação de uma experiência piloto, de adoção de práticas participativas como intervenção e controle por parte da sociedade organizada sobre as ações públicas locais. Portanto, necessariamente para a implementação do projeto, a prefeitura compartilhou tal responsabilidade junto às entidades da sociedade civil organizada e consolidada como Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável, onde a

equipe da UFSCar promoveu a formação, capacitação e a habilidade pelo aumento do conhecimento sobre sustentabilidade e pelo fortalecimento do grupo.

A esse projeto implantado, a prefeitura recebeu uma menção honrosa no Prêmio CEBDS 2004, promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, em que foram premiadas as prefeituras por iniciativas sustentáveis, constatando a importância da administração de Jaboticabal pelo seu desafio em processos nessa direção.

Nesse caso, considera-se a inclinação da prefeitura na perspectiva de uma organização da sociedade civil em que Nunes (1996) propõe que “pensar um sujeito territorial na sua dupla face de povo e governo pressupõe, então, pensar a organização desses dois elementos.” A essas considerações, a prefeitura estaria inclinando-se à noção da sustentabilidade comentada por Leroy et al. (2002), onde “o primeiro objetivo da sustentabilidade supõe o fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias, a redistribuição a elas de recursos e de informação para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão”. Assinalam os autores que “não por acaso, as idéias de redes, fóruns, grupos de trabalho, articulação, estão sempre presentes, mostrando que, à amplitude e à complexidade dos desafios, a sociedade responde com estratégias que juntam vários atores.”

Nesse aspecto, a prefeitura mostrou seus esforços para a viabilização do projeto e do fomento à participação das entidades, através de cessão de espaços para reuniões, infra-estrutura para as mostras em praça, acesso à transporte, articulação entre as entidades, produção gráfica dos cadernos, divulgação na mídia, etc., cujas ações foram consideradas pela prefeitura como espaços participativos nas políticas públicas, sendo o GAJS entendido como um grupo conselheiro para as ações de gestão pública.

No entanto, os conflitos pela falta de autonomia e emancipação do grupo pela não legitimação dessa instância de participação, foram as maiores dificuldades consideradas no processo, pelas interferências da atuação do poder público nas ações participativas, por centralização, censura, etc.

Inclui-se a ausência de representantes de sindicatos, conselhos, associações de bairros, representante do poder legislativo, do poder judiciário, etc., em que tal fato, não permite ao GAJS uma consistente representação da sociedade civil local, e sim um grupo da sociedade civil organizada.



Nesse sentido, fragiliza-se a oportunidade do enriquecimento das relações onde, nas colocações de Saravia (2004), o papel da autoridade municipal na resolução dos conflitos é um papel importante a ser cumprido, pois “da mesma maneira que se prepara para cumprir as responsabilidades específicas do cargo, é necessário que se esteja preparado para exercer a função como facilitador na solução dos diversos conflitos.”

Nesse cenário, deve-se ressaltar que o Projeto Jaboticabal Sustentável como uma experiência piloto, seus frutos, como cadernos, indicadores, mostras, articulação entre entidades, entre outros, são considerados importantes exercícios coletivos junto à administração local, mas também um exercício para o fortalecimento das ações na dimensão política. Nesse caso, foi um começo promissor, pois mostrou uma tendência de inovação à cultura de participação social nas políticas locais.

## **6.5 Fatores limitantes que transcendem a cultura participativa ocorridos na Dimensão Política da Sustentabilidade.**

“no que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam a sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática. Esta certamente representa um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.” (FREY, 2001)

Na literatura consultada, Frey (2000) menciona sobre o fato de que as políticas podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, necessitando de uma seqüência de averiguações sobre a vida de uma política pública, que possa contribuir na percepção de problemas ocorridos, na negociação e na decisão. Nesse caso, quanto ao Projeto Jaboticabal Sustentável, percebeu-se que na medida em que os enfoques participativos poderiam passar do nível de projetos para o nível das ações políticas, a participação somente

poderia ser efetiva caso o processo estivesse articulado com uma mudança político-institucional.

Na prática da experiência no caso GAJS, seus efeitos são considerados como uma implementação da administração municipal, implementada de cima para baixo, sendo não articulada a política institucional à política de participação. Nesse caso, a administração pública apresentou certa hesitação em “entender uma visão do público, permitir a liberdade de debate e diferença de opiniões, rompendo com a cultura do medo, ainda muito presente, inclusive, nas gestões democráticas.” (MOREIRA e FARIAS, 2005). Nas análises dos resultados e pela percepção do pesquisador, pode ser constatado que um grupo de pessoas, representantes da administração municipal, fortaleceram seus espaços, refletindo em um comportamento decisório centralizado, inibindo a abertura sobre os processos participativos.

Observou-se na literatura os comentários de McGee (2003), em comentar que a participação algumas vezes consiste em nada mais do que no fornecimento de informações de um ator para os outros, com os últimos sendo referidos como participantes e, freqüentemente, consiste em um ator consultando outros sobre seus pontos de vista, sem nenhuma obrigação de incorporar os pontos de vista expressos.

O grau de consolidação democrática apresentada pela prefeitura revela a cultura política e administrativa como responsável pela configuração do PJS, pois não se caracterizou a participação das entidades da sociedade civil de forma ativa nos acontecimentos políticos. Considerando a variedade de elementos analisados, é possível perceber um governo de caráter mais tecnocrata e um sistema democrático ainda verticalizado para assumir as demandas participativas necessárias para as políticas públicas.

Saravia (2004) comenta uma outra forma da administração ver o conflito, sendo ela como um resultado da diversidade que pode oferecer possibilidades para o crescimento mútuo e para melhor relação. Segundo o autor, uma das ações seria a de facilitar o trabalho em equipe, pois promove o esforço coletivo harmônico e respeitoso, resolve problemas organizacionais e interpessoais. Como também, construir espaços de interlocução para melhorar as relações, oferecendo mecanismos para encontrar respostas mais próximas das necessidades, gerando uma interlocução positiva diante de interesses em conflito.

Pode-se considerar que as condições de pré-requisito necessárias, para a dimensão política da sustentabilidade ser incorporada, estariam nas condições que possibilitam a governança participativa comentada por Gaventa (2001), na revisão de literatura, quais sejam: a) a forte capacidade da administração em assumir politicamente a participação; b) a sociedade civil estar desenvolvida para o processo e c) a força política organizada, com fortes características de movimento social.

Considerando que a participação pressupõe uma relação de troca entre a gestão municipal e a sociedade, em que nessa relação de troca constroem-se conhecimentos coletivos sobre os problemas, é fundamental o estímulo ao debate entre agentes do governo e entidades locais para que se redefina as relações poder/sociedade. Nesse caso, a dinâmica política local pela prática da comunicação mútua, colabora no estabelecimento de uma rede entre os vários saberes estabelecendo os elos transdimensionais entre os diferentes setores, na perspectiva de reconhecer como se relacionam e como atuam.

Em análise dos resultados, foi observado entre as entidades, quanto aos interesses em desenvolvimento de políticas públicas apresentaram a participação inclusiva e abrangente; projetos educacionais com processos participativos junto à comunidade; formação de cooperativas populares; projetos sócio-culturais; profissionalização e monitoramento das ações das entidades em políticas públicas; apoio institucional para o fortalecimento da economia popular; educação ambiental; proteção dos recursos naturais, etc. As políticas desejadas pelas entidades apresentaram os fatores que são referenciais à diversidade de elos entre as demais dimensões. Assim, pode-se perceber que a sustentabilidade encontra-se nucleada em dimensão política, pela necessidade de decisão coletiva, mas encontra-se internamente dividida em princípios de diferentes dimensões que predispõe a construção da própria sustentabilidade.

Portanto, a dimensão política pode assumir como um eixo norteador, dada a sua transdimensionalidade, pautada nos elos entre as dimensões, conferindo a legitimidade da gestão através de processos democráticos e participativos, portanto, havendo decisões mais sustentáveis.

A partir do empoderamento da sociedade, que se dá na medida em que a ação esteja vinculada com a discussão entre a sociedade civil e governo, a dimensão política da sustentabilidade assume a construção de novas relações, pela

descentralização do poder e pelo empoderamento da sociedade efetivamente participante sobre as questões das diversas dimensões da sustentabilidade.

Alguns aspectos de dimensão política da sustentabilidade transitam em várias dimensões, como por exemplo, no processo decisório para equacionar questões em que a dimensão econômica possa interagir com a dimensão social através da geração de trabalho e renda, garantindo a equidade da distribuição dessa renda e uma justiça social. Ou mesmo, garantir a manutenção do equilíbrio dinâmico entre interesses em diferentes dimensões na perspectiva de uma gestão municipal mais sustentável.

Nesse ponto, a dimensão política da sustentabilidade reconhece as características específicas das demais dimensões que interagem entre si como um elemento integrador que transcende a fragmentação cognitiva das ações em diferentes dimensões. Cria-se a possibilidade de comunicação entre as necessidades coletivas, e a dimensão política como eixo transdimensional poderá desenvolver-se a partir dessas comunicações. Substitui a arrogância da centralização do poder, pela sensibilização dos cidadãos na busca constante do empoderamento da sociedade, cujas conseqüências são respeito, solidariedade, cooperação e legitimidade da ação democrática.

No entanto, as reflexões sobre a dimensão política necessariamente passam a requerer maior verificação teórica e prática, pela proposta de que a dimensão política pressupõe em garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos em diferentes dimensões, e se ancora na descentralização do poder e no empoderamento da sociedade.

Para maior compreensão da dimensão política como eixo norteador transdimensional da sustentabilidade, a Figura 2 mostra que essa dimensão envolve aspectos tais como a democracia participativa e a organização da sociedade, sua emancipação na coletividade para maior controle do uso, para novos critérios de qualidade e quantidade de consumo dos recursos naturais, para a participação nas decisões em dimensão cultural na preservação de hábitos e costumes, etc.





**FIGURA 2:** Esquema representativo da dimensão política como eixo norteador transdimensional da sustentabilidade



## **CAPÍTULO 7**

### **CONCLUSÕES**

Para a pesquisa, como um estudo de caso sobre o Projeto Jaboticabal Sustentável, tendo como objetivo analisar as relações entre as entidades, na perspectiva da participação e na perspectiva das dimensões da sustentabilidade para uma gestão pública sustentável, pode-se chegar às seguintes conclusões:

- A dimensão política da sustentabilidade não é adotada plenamente pela administração municipal, acarretando na não legitimidade do GAJS pela própria administração, para a participação nas políticas públicas.
- As entidades da sociedade civil organizada apropriam-se da dimensão política ao perceber a centralização da administração pública local, na prática dos espaços participativos.
- A dimensão ambiental se apresenta como a mais disputada e configurada, entre as entidades da sociedade civil organizada e a administração pública local.
- A nulidade ou a unilateralidade da dimensão política nas relações entre os grupos de entidades enfraquece a transdimensionalidade presente na dimensão política da sustentabilidade, sendo esta dimensão um eixo norteador das ações, pois é nela que se ancora a sinergia dos ideários nas diferentes dimensões, moldando a própria sustentabilidade.



## CAPÍTULO 8

### COMENTÁRIOS

“A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que já existe, só por que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece lutar. (...) Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe.”

Boaventura de Souza Santos, 2005

Os aspectos a serem considerados para a busca da sustentabilidade implicam num desafio muito grande para as administrações públicas locais, sendo necessário a compreensão da complexidade que cerca o próprio termo sustentável. Para o poder local são necessárias uma grande capacidade de adaptação, flexibilidade e mudança de valores políticos para favorecer estratégias de participação e co-gestão para o alcance de uma sociedade sustentável.

Inclui-se um sinal, sendo ele de que o processo de condução da sustentabilidade está vinculado à dimensão política como eixo norteador para a formulação de políticas públicas condizentes com os diversos aspectos e princípios, como premissa fundamental para a realização da sustentabilidade. Esta percepção deve ser aqui entendida como um provocativo para maiores debates, onde considera-se como uma pista a ser verificada, e, entre outras coisas, sinaliza uma lacuna no campo do conhecimento sobre a dimensão política, em termos da busca da sustentabilidade em gestões públicas efetivamente participativas.

O Projeto Jabolicabal Sustentável é um começo promissor, pois mostra uma tendência de inovação à cultura nas políticas locais, indicando caminhos à participação nas decisões e propõe uma nova relação entre a esfera pública e a sociedade.

De uma forma geral, numa análise dos resultados e conclusões sobre as relações entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada, e seus perfis em dimensões, quanto à possibilidade de trilhar a sustentabilidade, são apresentadas algumas colocações e observações para discussão, entendidas como elementos inacabados. São elas:

- Conscientizar a comunidade política e seus gestores quanto às premissas da Dimensão Política da Sustentabilidade enquanto abertura de participação à sociedade, pois nela encontram-se representadas as necessidades e/ou interesses em diferentes dimensões da sustentabilidade, pois eles estão conectados às questões da vida e da gestão pública.
- Promover a formação de agentes do governo, grupos, fóruns, conselhos e outros, para que sejam capazes de inserir o contexto social-político-cultural nas políticas públicas e de desenvolver uma capacidade de olhar a sustentabilidade sob os aspectos da cidadania, organização, participação, emancipação e empoderamento da sociedade.
- Para formular e experimentar novas estratégias de formação e capacitação do poder público municipal e da sociedade, é necessário construir coletivamente a democracia participativa e emancipatória, sob condições de informações, consultas e tomada de decisão conjunta, visando ações democráticas sobre as políticas emergenciais no reconhecimento das necessidades das pessoas mais distantes do mínimo necessário para prover uma qualidade digna de vida.
- Assegurar a socialização das informações entre os membros dos grupos, fóruns, conselhos, etc., evitando a centralização das ações e posturas hierárquicas de atores, que podem gerar um processo de competição e exclusão.
- A construção de espaços de interlocução para melhorar as relações, oferecendo mecanismos para encontrar respostas mais próximas das necessidades, geram uma relação positiva diante de interesses em conflito e permitem gerar pontes ou

elos de transição entre a democracia representativa e a democracia participativa empoderante.

- E, por fim, processos democráticos, que permitam à sociedade a reflexão, ação e a construção das bases para a realização da sustentabilidade local, através de instâncias descentralizadoras, devem permanecer em constante avaliação, pois essa prática é um processo ininterrupto de construção do conhecimento. É educação.

Pelo exposto, espera-se contribuir pela disseminação do conhecimento nesta experiência sobre as relações entre sociedade e poder local, visando a sustentabilidade em suas várias dimensões, assim como colaborar com novas experiências sobre a construção da prática sobre a sustentabilidade, uma vez que envolve a sociedade e governo na incorporação das várias dimensões que requer a compreensão da sustentabilidade.

## LIERATURA CITADA

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Belo Horizonte, n.1, 1999. p.79-90.

ACSELRAD, H. *A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu*. Projeto Brasil Sustentável e Democrático. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 3) Disponível em: <<http://www.rits.org/pbsd>> Acesso em: 18 jul 2004.

ACSELRAD, H; LEROY, JEAN-PIERRE *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999. 72p. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 1).

ADEODATO, M. T. P. C. *Análise de condições para o monitoramento participativo da sustentabilidade em políticas públicas por meio de indicadores: Caso Jaboticabal, SP*. 2005. 274 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D.F. et al. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p.17-26.

ALONSO, A; COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico In: BIB, São Paulo, n. 53, 2002, p. 35-78 (Mimeografado).

ARRETCHE, M. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n.39, p.75-86, 1996.

ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. 333 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Índices Urbanísticos*. NBR 6505. Rio de Janeiro, 1994.

BAVA, S. C. *Participação, representação e novas formas de diálogo público*. São Paulo: Polis; Programa de gestão pública e cidadania/EAESP/FGV. 2001 52 p.

BERMANN, C. *O cenário energético alternativo sustentável e democrático*. Brasil Sustentável e Democrático. (Caderno temático 1). Disponível em: <[www.brasilsustentavel.fase.org.br](http://www.brasilsustentavel.fase.org.br)>. Acesso em: 10 dez. 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consorcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000. 155 p.

BRÜSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, C. F. e VIOLA, E. (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p.103-132.

CARDOSO, P. *Fundo Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Polis: PUC-SP, 2003. 63p. (Série Cadernos do Observatório do Direito do Cidadão).

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.

CHAUÍ, M. Considerações sobre democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2004. p. 23-30.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 51-66.

D'AMBRÓSIO, U. Valores, transdisciplinaridade e o despertar da consciência. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO AOS 10 ANOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS, 1., 2005, São Carlos. *Anais...* CRHEA/SHS/EESC/USP, 2005. p. 107-109.

DANIEL, C. As administrações democráticas e populares em questão. *Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: NERU, n.30, p.11-27, 1990.

DANIEL, C. Gestão local e participação da sociedade. In: FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS DEMOCRÁTICAS, 1994, Cajamar. *Anais...* São Paulo: Polis, 1994. p. 21-41.

DOWBOR, L. *A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local*. São Paulo: Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV. 2001. 80 p.

FRANCO, M. A. R. *Planejamento ambiental pra a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 296 p.

FREITAS, M.I.C. O movimento não governamental ambientalista no Estado de São Paulo – Brasil. In: FREITAS, M.I.C.; LOMBARDO, M. A. (Orgs.). *Universidade e comunidade na gestão do meio ambiente*. Rio Claro: AGETEO, 2000. p. 11-25.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, n.21, 2000. p.211-259.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 9., 2001, p. 115-148.

FUNDAÇÃO SEADE. Disponível em:  
<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/index.php>> Acesso em: 08 abr. 2005.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. 217 p.

GAVENTA, J. *Em direção a uma governança local participativa*: seis propostas para a discussão. Rede LogoLink. Fontes sobre participação cidadã e governança local. 2001 Disponível em :  
<[logolinkla.org/conteudos/documentos/sixpropositionsfordiscussionportuguese.version.pdf](http://logolinkla.org/conteudos/documentos/sixpropositionsfordiscussionportuguese.version.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2004.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 67-80.

GÓMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, D. F. (Org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999. p. 95-116.

GONZALEZ, R. E *Manual sobre participação e organização para gestão local*. Santafé de Bogotá: Editorial Gente Nova, 1996. 137 p.

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 72-92.

GRAZIA, G; SANTOS, A. M. ; MOTTA, A. Estratégias para a construção da sustentabilidade urbana. In: GRAZIA, G. et al. *O desafio da sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. p. 113-129. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 5).

GRAZIA, G; QUEIROZ, L. L. R. F. A sustentabilidade do modelo urbano brasileiro. In: GRAZIA, G. et al. *O desafio da sustentabilidade urbana*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. p. 11-81. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático 5).

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde, São Paulo 1974-1984*. São Paulo: Cortez Editora, 1989. 166p.

LAZARTE, L. *Ecologia cognitiva na sociedade da informação*. *Ci. Inf.* [online]. maio/ago. 2000, vol.29, no.2 [citado 11 Agosto 2005], p. 43-51. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010019652000000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652000000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16 mai. 2005.

LAZZARINI, M.; GUNN, L. Consumo sustentável. In: BORN, R. H. (Coord.). *Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 67-86.

LEROY, JEAN-PIERRE et. al. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?*. Petrópolis: Vozes, 2002. 198 p.

MARICATO, E. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In: BONDUKI N. G. (Org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 38-44.



McGEE, R. et. al. *Marcos legais para a participação cidadã: relatório síntese*. São Paulo: Polis, 2003. 86p. (Série Relatórios de Investigação).

MIRANDA, A.B. *Sistemas urbanos de água e esgoto: princípios e indicadores de sustentabilidade*. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MOCHCOVITCH, L. G. *Gramsci e a escola*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. 81p.

MOREIRA, A.; FARIA, H.J.B. *Cultura e governança: um olhar transversal para o município*. Disponível em: [http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=19](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=19)> Acesso em 08 abr.2005.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 118 p.

NOVAES, W. (Coord.). *Agenda 21 brasileira: Bases para discussão: Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da agenda 21 nacional*. Brasília: MMA/PNUD, 2000. 192 p.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. *São Paulo em perspectiva*. vol. 10, n.3, p.32-39, 1996.

PÁDUA, J. A. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: ACSELRAD, H. *A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 1999 (Série Cadernos de Debates Brasil Sustentável e Democrático, 5). p. 11-47

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL. *Revisão do Plano Diretor de Jaboticabal*. Jaboticabal: Secretaria de Planejamento, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sítio Oficial de Jaboticabal*. Disponível em: <<http://www.jaboticabal.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2004.

QUIRINO, T. R.; IRIAS, T. R.; WRIGHT, J. T. C. *Impacto agroambiental: perspectivas, problemas e prioridades*. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1999. 184 p.

RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001. 176 p.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigmas e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 41-53.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rurais e urbanas. In: VIEIRA, P. F; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 464-469.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS, B. S. Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2., 2002, Porto Alegre. Sítios hospedados no portal DHnet, Fórum Social Mundial, Painéis 2002. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2005.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2005. 348 p.

SANTOS JÚNIOR, O. A. Dilemas e desafios da governança democrática. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 41-58.

SAMPAIO, P. A. Participação popular. In: TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis. 2005. p. 47-58

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo; Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997. 383 p.

SARAVIA, D. G. *Manual de instrumentos para gestão de conflitos*. Disponível em <[http://: www. Logolinkla.org/conteúdos/documentos/cesem.pdf](http://www.Logolinkla.org/conteúdos/documentos/cesem.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2004.

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SPOSATI, A. et al. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p.115-134.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e participação. In: SPOSATI, A. et al. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

SCHLESINGER, S. *Indústria no Brasil: produção sustentável, consumo democrático*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2001. 136 p. (Série Cadernos Temáticos, 7).

SILVA, A. S. Cidadania planetária. In: *Simpósio comemorativo aos 10 anos do curso de especialização em educação ambiental e recursos hídricos*. 1., 2005, São Carlos. *Anais...* CRHEA/SHS/EESC/USP. p. 95-96.

SILVA, S.R.M. *Indicadores de sustentabilidade urbana: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável*. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, S.R.M.; SHIMBO, I. Proposição básica para princípios de sustentabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL E ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2., 2001. Canela, RS. *Anais...* Porto Alegre: NORIE/UFRGS, 2001. p. 73-79.

SILVA, P.L.B; MELO, M.A.B. *Processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 2000. 15 p. (Caderno, 48).

SILVEIRA, C. et al. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 56 p.

SINGER, P. *Economia solidária: possibilidades e desafios*. Proposta, São Paulo, n. 88/89, p. 44-58, mar./ago. 2001.

SPANGENBERG J. H. *Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade*. Brasil Sustentável e Democrático. Cadernos de debate 2, 1996. Disponível em <[www.brasilsustentavel.fase.org.br/](http://www.brasilsustentavel.fase.org.br/)>. Acesso em: 18 jul. 2004.

SPOSATI, A. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SPOSATI, A. et al. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001. p.11-40.

STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(no) espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n.4, p.9-32, 2001.

STROCH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 276-292.

TASCHNER, S. P. Um olhar sobre o urbano: política públicas em São Paulo. In: SPOSATI, A. et al. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001. p.185-207.

TEIXEIRA, B. A. N. et al. *Cadernos Jaboticabal Sustentável: Conceitos*. Jaboticabal: Artsigner Editores, 2002. 20 p. (Cadernos, 1)

\_\_\_\_\_. *Cadernos Jaboticabal Sustentável: Conhecendo o município*. Jaboticabal: Artsigner Editores, 2003. 48 p.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Jaboticabal Sustentável: A água e a sustentabilidade*. Jaboticabal: Artsigner Editores, 2004. 35 p.

VIGLIO, J. E. *Avaliação da experiência do orçamento participativo numa cidade média: o caso de Jaboticabal, SP*. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista ao multi-setorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992. p. 73-102.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001. 204p.

**ANEXO 1:** Síntese das análises qualitativa e quantitativa sobre a participação das entidades pesquisadas

Participação das entidades nas atividades concretas realizadas pelo GAJS em porcentagem

Atividade Entidade	ATC1	ATC2	ATC3	ATC4	ATC5	ATC6	ATC7	ATC8	ATC9	%
PPM1	p	p	p	p	p	p	p	p	p	100
PPM2	p	p	p	p	p	p	p	p	p	100
PPM3	p	p	p	p	p	p	p	p	p	100
PPM4	a	a	a	a	p	p	p	a	a	33
PPM5	a	a	p	p	p	p	p	p	p	78
SC1	p	p	p	p	p	p	p	p	p	100
SC2	p	p	p	p	p	p	p	p	p	100
SC3	p	p	p	p	p	p	p	a	a	78
SC4	p	p	p	p	p	p	p	a	a	78
SC5	p	p	p	p	p	p	p	a	a	78

Síglas: PPM – Poder Público Municipal / SC – Sociedade Civil / ATC – Atividades Concretas

Onde:

p = Presença nas atividades

a = Ausência nas atividades

ATC1 = Formulação de princípios e dimensões da sustentabilidade

ATC2 = Formulação do Caderno 1

ATC3 = Formulação do Caderno 2

ATC4 = Formulação do Caderno 3

ATC5 = Participação na Mostra I

ATC6 = Participação na Mostra II

ATC7 = Participação na Mostra III

ATC8 = Formulação dos indicadores da água

ATC9 = Formulação da Carta dos Princípios do Fórum.

**ANEXO 2:** Questionário apresentado aos representantes das entidades.

Pesquisa: Entidades da sociedade civil, administração pública local e as dimensões da sustentabilidade

Objetivo: Analisar as relações entre as entidades e a administração municipal nas perspectivas das dimensões de sustentabilidade e de participação nas políticas públicas.

Data.....local.....início.....término.....

Nome da Entidade.....

Nome do Representante.....

Função.....

Sendo o Projeto Jaboticabal Sustentável, inicialmente, um projeto de parceria entre a UFSCar e a prefeitura voltado para as políticas públicas locais através do monitoramento dos indicadores de sustentabilidade de forma participativa entre as entidades e a administração...

1 Qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) que es(des)timulou(aram) você na participação do GAJS?

2 Qual(is) a(s) razão(ões) da não participação?

3 Qual o principal objetivo da entidade que você representa?

4 Em qual dimensão da sustentabilidade a sua entidade tem como perfil principal? Por que? (Ambiental / Social / Econômica / Política / Cultural / Outra)

5 Quais foram as ações práticas da sua entidade que são consideradas decorrentes do Projeto Jaboticabal Sustentável?

6 Em qual dimensão da sustentabilidade essas ações praticadas estão caracterizadas?

7 Essas ações interagem com qual(is) dimensão(ões)?

8 Quantas reuniões tiveram como pauta o Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável?

9 Quanto ao GAJS, em qual(is) momento(s) foi(ram) percebido(s) conflitos que pudessem prejudicar a consolidação do grupo como espaço de participação democrática? Por quê?

10 Qual(is) entidade(s) apresentou(aram) as seguintes posturas:

Centralização/dominação – Hierarquização – Abertura participativa. Por quê?

11 Quais os espaços políticos que foram criados pela administração municipal para participação e atuação do GAJS nas políticas públicas locais?

12 Quais as formas de participação que surgiram como retorno da administração local para o GAJS? Foram somente trocas de informações? Foram consultas? Houve tomada de decisão conjunta?

13 No GAJS existe a presença de entidade(s) de movimento de classes, sindicatos, conselhos municipais, associações de moradores de bairro, ou outros?

14 Quais projetos de políticas públicas sua entidade desenvolveria?

15 Como você considera as ações do Conselho Municipal do Meio Ambiente? Há participação do GAJS?



**ANEXO 3:** Modelo do termo de consentimento para coleta de dados em entrevista**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Ciente dos objetivos da pesquisa DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E SUA APROPRIAÇÃO PELAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. CASO: PROJETO JABOTICABAL SUSTENTÁVEL, sob a responsabilidade do pesquisador, mestrando do curso de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar, autorizo a utilização das informações fornecidas sobre a entidade, para finalidades científicas e acadêmicas. Declaro ainda estar ciente de que a entidade poderá interromper a participação no estudo a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

Nome do representante \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Mestrando \_\_\_\_\_

**ANEXO 4: Carta de Princípio do Fórum Permanente Jaboticabal Sustentável****CARTA DE PRINCÍPIOS  
FÓRUM PERMANENTE JABOTICABAL SUSTENTÁVEL**

Proposta elaborada pela Comissão Organizadora do Fórum  
e aprovada pelo Grupo de Ação Jaboticabal Sustentável em 07/07/04

Considerando que compete à sociedade civil acompanhar, debater, propor soluções e intervir, mediante as ações de todos os que atuam na questão da sustentabilidade;

Considerando a necessidade do somatório de esforços para o fortalecimento dos instrumentos essenciais às articulações do movimento pela sustentabilidade local e global;

Acordam as organizações signatárias em constituir o Fórum Jaboticabal Sustentável, sem caráter político-partidário, religioso ou comercial.

O Fórum Jaboticabal Sustentável congrega representantes da sociedade civil, do poder público e de entidades diversas que procuram aprofundar a reflexão e o debate democrático de idéias, formulando propostas que facilitem a viabilidade da construção de uma sociedade planetária centrada na relação equilibrada e sustentável entre o ser humano e o meio, buscando em suas diferentes dimensões:

- Ambiental: garantir que a utilização dos recursos naturais não comprometa a qualidade ambiental;
- Econômica: gerar oportunidades de trabalho e emprego, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios econômicos;
- Social: garantir que toda população tenha acesso a bens e serviços de boa qualidade, necessários para uma vida digna;

- Política: garantir a participação efetiva e organizada da população nos processos de planejamento, execução e fiscalização de projetos que beneficiem a maioria das pessoas, promovendo a cidadania ativa;
- Cultural: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, acompanhando suas transformações.

## **OBJETIVOS**

São objetivos deste Fórum:

Contribuir para fortalecer, aprimorar e ampliar o conjunto de entidades que atuam na questão da sustentabilidade, apoiando suas atividades;

Organizar uma rede efetiva de comunicação que facilite a interação entre os participantes, divulgando as atividades do Fórum para fomentar as discussões sobre sustentabilidade;

Fortalecer as entidades viabilizando cursos de aprimoramento e promovendo a troca de experiências entre os signatários;

Monitorar a atuação dos órgãos públicos e instituições quanto à sustentabilidade de suas ações, por meio do sistema de indicadores de sustentabilidade local;

Facilitar a consulta das entidades a profissionais das diversas áreas relacionadas com sustentabilidade;

Organizar ações e campanhas sobre sustentabilidade;

Fomentar e otimizar a participação das organizações não governamentais nos conselhos municipais e estaduais relacionados com sustentabilidade, comitês de bacias hidrográficas e outros fóruns de participação institucionalizados;

Produzir textos e documentos para subsidiar a atuação dos membros do Fórum.

Estar em contato permanente com as redes e fóruns em âmbito nacional e internacional, que atuem na promoção da sustentabilidade, trocando informações e apoiando campanhas que sejam coerentes com os princípios expostos nesta carta.

## **PRINCÍPIOS**

O Fórum Jaboticabal Sustentável não se constitui em instância de poder, a ser disputado pelos participantes, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem. Ele é um espaço plural e diversificado, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de uma sociedade sustentável.

As atividades do Fórum Jaboticabal Sustentável serão pautadas pela liberdade de manifestação das diversas opiniões de seus participantes, procurando sempre a busca do consenso entre seus membros para manifestar publicamente seu posicionamento enquanto Fórum. Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, posições quaisquer que pretenderiam ser de todos os seus participantes.

Os membros do Fórum Jaboticabal Sustentável devem assumir um compromisso ético no desenvolvimento de suas atividades. Assim, deverão ser tomadas as providências para dar máxima publicidade às atividades do Fórum, respeitando-se sempre a liberdade de expressão dos participantes, e o direito ao encaminhamento efetivo de reivindicações e idéias.

Os membros do Fórum nunca poderão perder de vista o fato de que todas as pessoas têm o direito de participar do desenvolvimento ambiental, econômico, social, político e cultural de uma nação, podendo dele desfrutar e com ele contribuir.

O modelo de sociedade a ser perseguido deve ser focado na melhoria da qualidade de vida e bem-estar do povo. Todos têm o direito de gozar de condições de vida adequadas, num meio que lhes permita viver com dignidade.

O bem-estar depende da paz. Não se pode admitir o desenvolvimento sem a diminuição constante, até a completa extinção, de todas as manifestações de violência, tendo como meta uma sociedade que possa viver com segurança, tranquilidade, liberdade e respeito absoluto ao semelhante.

A sustentabilidade que se pretende ver realizada deve ser sinônimo de cidadania, de solidariedade, de consciência, de responsabilidade e de integração social.